

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**O TERCEIRO SETOR NA EDUCAÇÃO:**  
**ações privadas em escolas públicas do Distrito Federal**

**SUSANA SILVA CARVALHO**

**Brasília – 2007**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO NA ÁREA DE CONFLUÊNCIA: “ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO” APRESENTADA À BANCA EXAMINADORA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, SOB A ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA Dr.<sup>a</sup>. REGINA VINHAES GRACINDO, DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Professora Dr.<sup>a</sup> Regina Vinhaes Gracindo (UnB)

Membro Titular – Orientadora

---

Professor Dr. Luiz Fernandes Dourado (UFG)

Membro Titular

---

Professora Dr.<sup>a</sup> Maria Abádia Silva (UnB)

Membro Titular

---

Professor Dr.<sup>o</sup> José Vieira de Sousa (UnB)

Membro Suplente

## AGRADECIMENTOS

Sobretudo a Deus pelo meu equilíbrio.

Aos meus queridos pais, pois sem eles nada seria possível.

Os meus irmãos. De um modo especial às minhas amadas irmãs Andréa e Beatriz que trouxeram luz e sabedoria.

A toda minha família querida principalmente às minhas tias Beta, Inês e prima Ana Rachel.

À Soninha e Maura, amigas conquistadas nesse processo e fundamentais no êxito do percurso.

À Cristina, Telma, Ilná, Ieda e aos meus colegas do CEEDV.

À Djanira, Ângela e meu grupo do Pathwork, que contribuíram com um grande apoio.

À Juliane e Ana Paula pelo carinho e atenção dispensados em todas às solicitações feitas à Secretaria do Programa de Pós-Graduação.

Ao enorme apoio, paciência e o aprendizado de minha orientadora professora Dra. Regina Vinhaes Gracindo.

## RESUMO

O problema central desta pesquisa se localiza na esfera das relações entre terceiro setor e escolas públicas do Distrito Federal: como se desenvolve a relação da escola pública com o terceiro setor? O objetivo da pesquisa é desvelar as possíveis influências das organizações do terceiro setor na escola pública. As questões da pesquisa foram respondidas baseadas em metodologia de pesquisa qualitativa. Quanto ao tipo organizativo, foi utilizada a classificação baseada no estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Fez-se a opção por duas escolas públicas onde existiam ações das organizações selecionadas, no ano de 2006: uma escola de educação infantil e outra de ensino fundamental que atende alunos portadores de necessidades educacionais especiais, em processo de inclusão. O estudo das organizações e escolas foi feito por meio de instrumentos de análise documental e entrevistas. A análise dos dados e das informações coletadas teve a finalidade de identificar as relações de independência, colaboração e atuação tanto da escola como das entidades do Terceiro Setor, e os tipos de ações realizadas pelas organizações, na escola pública. O primeiro capítulo aborda o Estado na concepção neoliberal e conceitua as Políticas Públicas de Educação, com fundamentos das relações entre o Estado e Sociedade, na abordagem neoliberal. Além disso, o capítulo analisa o Estado brasileiro inserido no contexto da reestruturação produtiva, agregando a descrição dos conceitos básicos implantados pela Reforma do Estado, assim como as políticas educacionais decorrentes do modelo neoliberal. O segundo capítulo se destina às considerações gerais sobre a temática do Terceiro Setor. Vale ressaltar que a compreensão da dicotomia público/privado tornou-se muito importante na análise de política educacional brasileira. Os dados empíricos são apresentados no terceiro capítulo, primeiramente com o perfil das organizações do Terceiro Setor que possuem ações na rede pública de ensino do Distrito Federal. Procurou-se, depois, caracterizar as duas escolas e as duas organizações priorizadas neste estudo. No que diz respeito às escolas, buscou-se ressaltar a localização, atuação e as especificidades de cada uma. Quanto às Organizações, o foco foi levantar o histórico e a origem de cada instituição, suas finalidades e a procedência dos recursos utilizados por elas para a realização de suas funções/tarefas junto às escolas da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal - SEEDF. Finalizando esse capítulo foram delineadas as ações das Organizações e os impactos percebidos pelas escolas e Organizações, assim como, os distanciamentos e aproximações de percepções de cada um dos diferentes atores envolvidos no estudo. Os resultados encontrados na pesquisa revelam que o terceiro setor se faz mais presente, na Educação Pública do DF, nas áreas de educação infantil e ensino especial. Há distanciamentos em termos de resultados efetivos das ações das duas organizações estudadas. Nota-se que a primeira possui projeto próprio e atua de forma autônoma em relação às questões pedagógicas, contribuindo positivamente para o desenvolvimento dos estudantes atendidos, enquanto que a segunda executa projetos já estabelecidos pelo setor público, atuando apenas na seleção e contratação de pessoal e compra de material e contribuindo pouco, ou quase nada, no processo educacional dos estudantes. Também foi possível verificar as frágeis relações das organizações com as escolas. Mesmo percebendo o esforço da primeira organização nesse sentido, percebeu-se que essa relação não é valorizada pela SEEDF. Já na segunda organização, essas relações são totalmente negadas e não há nenhum interesse em estabelecê-las.

## ABSTRACT

The central concern of this research lies in the sphere of the relations between the third sector and public schools of the Federal District: how the relation of the public school with the third sector has developed? The objective of the research is to unveil the possible influences of the organizations of the third sector in the public school. The research has been conducted through a methodology of qualitative research. The organization type chose was based on a classification study that has been carried on by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE. I have chose two public schools where actions of the selected organizations existed, in the year of 2006: a school of child education and one of basic education that endeavors to include in its education process pupils with special needs. The study of organizations and schools was made through instruments of document analysis and interviews. The collection and analysis of data aimed at identifying the relations of independence, contribution and performance between the school and the considered Third Sector institutions. The first chapter approaches the State in the neoliberal conception and appraises the Public Politics of Education, grounded on the relations between the State and Society, in a neoliberal perspective. Moreover, the chapter analyzes the inserted Brazilian State in the context of the productive reorganization, adding the description of the basic concepts implemented by the Reform of the State that has taken place recently, as well as the educational politics of the neoliberal model. The second chapter considers mainly the Third Sector. It focuses on how important the private/ public dichotomy is for the analysis of Brazilian educational politics. The empirical data are presented in the third chapter, first with the profile of the organizations of the Third Sector that takes action in the public net of education of the Federal District (DF). I proceed to characterize the chosen schools and organizations with respect to location, performances and specificities. This chapter closes with the actions of the Organizations and the impacts as perceived by the schools and the actors involved in the study. The results found disclose that the Third Sector is remarkably present in the Public Education of the DF; especially in the areas of infantile education and special education. Concerning the effectiveness of its intervention, the results are not entirely positive. While one of the chosen institution has a specific project and acts accordingly in pedagogical matters, thus making a positive contribution, the other institution does no more than execution of already established goals contributing little to the overall education process. The research also shows how fragile relations of the organizations with the schools are. Taking the effort in this direction of the first organization into account, one perceives that this relation is not properly appreciated by the public institution responsible for education in the DF. In the second organization, these relations fail to happen and there is no perceived interest in attempting to establish them

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESC – Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

AEC – Associação Brasileira de Educação Católica

BIA – Bloco Inicial de Alfabetização

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAESB – Companhia de Água e Esgoto de Brasília

CAS-DF – Conselho de Assistência Social do Distrito Federal

CDCA-DF – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal

CEMPRE – Cadastro Central de Empresas

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNEC – Campanha Nacional das Escolas da Comunidade

CORDE – Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

CRM-DF – Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal

DF – Distrito Federal

EB – Exército Brasileiro

EUA – Estados Unidos da América

FASFIL – Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos

FENEM – Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIESP – Federação das Indústrias de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRDI – *Federation Riding Disabled International* (Federação Internacional de Equitação para as pessoas com Deficiência)

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MST – Movimento dos Sem-Terra

ONGs – Organizações não governamentais

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

OSFL – Organizações sem Fins Lucrativos

POUPEX – Associação de Poupança e Empréstimo

SEAS/DF – Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal

SEEDF – Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal

SENAD – Secretaria Nacional Antidrogas

UnB – Universidade de Brasília

UNIP – Universidade Paulista - Objetivo

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição percentual das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos – FASFIL, por área de atuação – Brasil – 2002

Tabela 1 - Distribuição das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e da população total, segundo as Grandes Regiões - Brasil – 2002

Tabela 2 - Distribuição das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e do pessoal ocupado assalariado, segundo a data de criação - Brasil – 2002

Tabela 3 - Distribuição das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e do pessoal ocupado assalariado, segundo porte - Brasil 2002

Tabela 4 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, total e percentual, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil – 2002

Tabela 5 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e do pessoal ocupado assalariado, total e percentual, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil – 2002

Tabela 6 - Pessoal ocupado assalariado e salários das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2002

Tabela 7 – Contratos e Convênios

Tabela 8 – Localização da Sede

Tabela 9 – Data de Fundação

Tabela 10 – Classificação

Tabela 11 – Tipo de Registro/Certificado

Tabela 12 – Atendimento

Tabela 13 – Quantidade de alunos por nível e modalidade de ensino

Tabela 14 – Atendimento Exclusivo X Complementar

Tabela 15 - Recursos Humanos

## SUMÁRIO

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1. Origem e Proposição do Tema.....	12
2. Objetivos.....	17
3. Considerações metodológicas.....	18
4. Configuração geral da pesquisa.....	22

### CAPÍTULO I - ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

1. Introdução.....	24
2. O Estado num contexto neoliberal.....	24
3. Políticas Públicas e Educação .....	30
4. A dicotomia Público e Privado.....	32
4.1. As interfaces do Público e Privado na Educação Brasileira.....	34
5. Conclusão.....	39

### CAPÍTULO II- CARACTERIZANDO O TERCEIRO SETOR

1. Introdução.....	41
2. O Terceiro Setor e a origem do termo.....	41
3. Debilidades e Definições do Terceiro Setor .....	43
4. Pressupostos e Promessas.....	46
5. Relações do Terceiro Setor com o campo social.....	50
6. Conclusão.....	60

## **CAPÍTULO III - TERCEIRO SETOR NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

1. Introdução.....	.61
2. Parcerias e Contratos com a Educação Pública do DF.....	.62
3. O Terceiro Setor na Escola A	
3.1 Caracterizando a Escola A.....	.67
3.2 Caracterizando a Organização A.....	.68
3.3 A Organização A na Escola A.....	.76
4. O Terceiro Setor na Escola B	
4.1 Caracterizando a Escola B.....	.85
4.2 Caracterizando a Organização B.....	.86
4.3 A Organização B na Escola B.....	.88
5. Conclusão.....	.94

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>.98</b>
----------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>.105</b>
--	-------------

<b>ANEXOS.....</b>	<b>.109</b>
--------------------	-------------

1 – Proposta de roteiro para entrevista - 1

2 – Proposta de roteiro para entrevista – 2

3 – Dados das organizações do terceiro setor que possuem convênio com a SEEDF

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

### 1. Origem e Proposição do Tema

O termo Terceiro Setor surge em um contexto de novas configurações da ordem produtiva pela qual passa o capitalismo, dirigidas pelo neoliberalismo, que redimensiona as relações de trabalho, reestrutura a produção e defende e/ou comanda a reforma do Estado.

Muito utilizado na mídia, inclusive na televisiva, o termo conquistou um espaço considerável, seja em programas específicos<sup>1</sup> ou em outros de grande audiência. Toda esta divulgação parece ter uma intenção principal: a de criar e fomentar uma cultura de participação social atrelada a uma ideologia silenciosa, indicando que o Estado não pode fazer melhor do que vem fazendo nos diversos campos sociais, além de precisar reduzir sua ação. Com isso, há um apelo para que a sociedade se organize, para suprir as lacunas deixadas pelo Estado, quase sempre considerado ineficiente.

São argumentos que possuem uma convicção sedutora, pois “são marcados pela explicitação da necessária e urgente solidariedade para com a grande margem de excluídos, além de demarcarem a responsabilidade de toda a sociedade para com essas pessoas. "Assim, “os que têm mais devem ajudar os que têm menos” e ”todos devem fazer o bem”, torna-se discurso no “qual se sustentam formas de organização e de resolução da miséria em que se encontra a maioria dos brasileiros, numa ótica linear e desideologizada da análise entre as causas e as conseqüências”, além de atribuir responsabilidade a “todos” pela superação desta realidade. (SILVA, 2001:03)

Essa categoria genérica de Terceiro Setor envolve um número significativo de organizações e instituições, denominadas de diversas maneiras: organizações públicas não-estatais; organizações sem fins lucrativos (OSFL); grupos sociais não-institucionalizados; organizações da sociedade civil; organizações não-governamentais (ONG's), fundações privadas, dentre outras. Essas entidades, nas últimas décadas, foram incrementadas

---

<sup>1</sup> Exemplo é o programa “Ação”, exibido na rede Globo de televisão, desde 1999, “mostra a iniciativa de pessoas que não ficam paradas à espera de soluções (...) que arregaçam as mangas pelo bem do outro. Gente que empresta sua experiência profissional e que doa seu tempo na certeza de que esta pode ser a única oportunidade na vida de milhares de brasileiros. Arte, cidadania, educação, geração de renda, voluntariado... Caminhos que levam a um futuro melhor. E todos eles têm espaço no Ação!” (in: <http://acao.globo.com>, acessado em 10/02/2007), às 18 horas.

quantitativamente, acompanhadas por uma ampliação dos tipos e formas de organização. Segundo Montaña (2005), estudo realizado pelas Organizações das Nações Unidas em 1998, demonstrava que existiam no Brasil 200 mil ONG's, sendo 32 mil de atuação internacional. Segundo esse mesmo autor, a Fundação Getúlio Vargas - SP, por sua vez, apresentava estimativas de que no Brasil, no ano de 2000, existiriam aproximadamente 400 mil organizações não-governamentais (ONG's) registradas e cerca de 4 mil fundações. Além disso, analisando o ano de 2001 como o Ano Internacional do Voluntariado, identificava-se que, no Brasil, 22,6% dos adultos doavam "alguma parte [...] do seu tempo para ações de 'ajuda' a alguma entidade ou pessoa física..." (LANDIM E SCALON apud MONTAÑO, 2005: 15).

Nesse cenário, o Estado acaba tendo um papel preponderante, pois promove o Terceiro Setor "tanto no plano legal como na esfera financeira, como contrapartida à retirada paulatina da responsabilidade estatal no trato à questão social" (MONTAÑO, 2005: 16). O contexto histórico do crescimento quantitativo das organizações, posterior à Reforma de Estado, implantada no governo FHC<sup>2</sup>, em 1995 - demonstra claramente a participação e apoio do Estado a esse novo setor que se configura: o público não-estatal.

Vale notar que, nesse processo de ampliação, os vínculos do "Terceiro Setor" com o setor governamental pretendiam possuir formato de uma parceria na formulação e implantação de políticas públicas, estão cada vez mais restritos ao financiamento de suas atividades. Corroborando esta tese, Horochovisk (2003) mostra o grau de dependência das organizações não-governamentais dos recursos do Estado. Para ele, mais de 54% de um total de 189 instituições têm forte participação da União em seus orçamentos, o que demonstra uma tendência à terceirização das políticas públicas, por meio da multiplicação deste tipo de prestação de serviços. Com isso, não só o terceiro setor preenche o vazio deixado pelas políticas públicas, em diversos campos sociais, mas também se justifica a falência aparentemente proposital dos equipamentos e serviços públicos.

Sobre o tema, são identificados outros estudos que consideram as organizações não governamentais (ONG's) como uma nova designação que rebatiza a antiqüíssima filantropia, viabilizada por organismos da sociedade civil: as chamadas instituições (ou organizações) sem fins lucrativos (ROSEMBERG apud SILVA, 2001).

---

<sup>2</sup> Fernando Henrique Cardoso

A relevância do presente estudo está situada em dois aspectos. O primeiro ressalta a existência de poucas pesquisas sobre a temática do terceiro setor<sup>3</sup> e, destas, grande parte ou está situada na administração, ou no serviço social, apesar de muitos estudos definirem a educação como um dos campos de maior atuação dessas organizações. O outro ponto relevante da pesquisa está na necessidade de análises críticas e totalizantes do fenômeno que, quase sempre, apresenta-se como uma resposta positiva às demandas sociais, descartando ações públicas e trazendo, como bem expressou o representante da Associação Brasileira de ONG's - ABONG: "... incômodo sentimento de que, neste momento, corremos o risco de nos transformarmos em 'inocentes úteis' num processo de desmonte da assistência social, cujo biombo seria o pretenso fortalecimento do 'terceiro setor'" (DURÃO, 1999).

A motivação do presente estudo está originalmente localizada quando eu ainda fazia graduação em pedagogia. À época, como membro de grupo de pesquisa voltado para o tema juventude, constatou-se, pelos resultados encontrados no estudo empírico, a quase total ausência de políticas públicas para atendimento de jovens. Como consequência, parte do grupo de pesquisa funda uma ONG que se organiza para prestar esse tipo de atendimento social. A partir desse momento começa o dilema pessoal e social: caberia aos atores sociais mais conscientes a atuação e, usando terminologia do "terceiro setor", o protagonismo nas ações sociais, por vezes substituindo o Estado ausente? Ou a pesquisa e articulação política participativa seriam suficientes para atender a demanda por políticas sociais? Essas questões,

---

<sup>3</sup> Na área de educação – trabalhos apresentados nas reuniões anuais da Associação Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Educação / ANPED - foram encontradas pesquisas relacionadas com o Terceiro Setor e a dicotomia público e privado: VIRIATO, Edaguimar Orquiza. A Redefinição do Espaço Público na Organização da Escola Pública; PERONI, Vera Maria Vidal. Reforma da Ação Estatal e as estratégias para a constituição do público não-estatal na educação básica brasileira; SILVA, Maria Vieira. A participação do terceiro setor na Escola Pública; SOUZA, Silvana Aparecida de. O projeto "Amigos da Escola" e a "gestão compartilhada" no Paraná: Primeiras Aproximações; GONZALEZ, Wânia Regina Coutinho e MATIAS, José Luís. ONG's e Educação profissional: uma análise crítica das diretrizes pedagógicas pautadas na resolução N. 194 de 20/09/1998 do CODEFAT. (anped. gov.br). Outros trabalhos sobre a temática também podem ser encontrados em revistas especializadas, por exemplo: [LOPES, José Rogério](#). Terceiro Setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. São Paulo Perspec. jul./set. 2004, vol.18, no.3, p.57-66; [MADEIRA, Felícia Reicher](#) e [BIANCARDI, Miriam Ribeiro](#). O desafio das estatísticas do Terceiro Setor. São Paulo Perspec. jul./dez. 2003, vol.17, no.3-4, p.177-184.; [PINTO, Céli Regina Jardim](#). A sociedade civil e a luta contra a fome no Brasil (1993-2003). *Soc. estado.*, jan./abr. 2005, vol.20, no.1, p.195-228.

que naquele momento despontavam, geraram outra questão que demandaria uma nova pesquisa, mas que ficou aguardando o momento propício: afinal, qual o diferencial recebido pelos beneficiados diretos das ações desenvolvidas por organizações desse tipo?

Tempos depois, já no mundo do trabalho, por meio de duas experiências docentes, o problema apareceu novamente. A primeira experiência deu-se em uma escola que era constituída por um público em profunda situação de exclusão social. Nela, foi possível observar pelo menos três instituições que assistiam aos alunos, fora da escola, prestando serviço (projetos na área de educação ambiental, esporte, artes, recreação, lazer ou reforço escolar). Estas instituições, vinculadas à Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal (SEAS/DF) atuavam junto a jovens e crianças matriculadas nas escolas públicas e usavam como critério para permanência nos projetos a frequência e a aprovação na escola. Isto é, elas desenvolviam ações voltadas ao público escolar, mas que tinham, como única vinculação com a escola, a exigência do desempenho do aluno. A segunda experiência ocorreu em uma escola onde, as relações com essas entidades pareciam se configurar de forma diferente, pois eram quatro organizações, de três tipos: duas associações, uma ONG e aproximadamente 30 voluntários, os quais desenvolviam ações, diferentemente da experiência anterior, dentro da escola.

Mesmo em contextos diferentes, essas duas realidades vividas como docente, conjugadas às de aprendiz de pesquisa, anteriormente relatadas, suscitavam grandes questionamentos. Primeiramente, a ação dessas organizações no âmbito da educação causava certo fascínio, parecia mesmo que seria a solução para preencher as lacunas deixadas pelo Estado. No entanto, à medida que o olhar como docente se embrenhava "para dentro" de instituições escolares públicas e o contato com leituras e abordagens mais críticas se fazia, esse "deslumbre" inicial foi diminuindo, surgindo o desejo de ir além do "pedacinho" da realidade até então conhecido. Nesse percurso, muitas outras questões foram sendo solidificadas, tais como: em que contexto histórico do capitalismo, essas organizações têm surgido mais fortemente? Que Estado é esse, que tem se afastado do atendimento aos direitos básicos do cidadão, ao mesmo tempo em que favorece a ação de outras organizações, que embora sejam denominadas de públicas não-estatais, atuam na implementação de políticas públicas focalizadas?

A educação vista como política pública de corte social e setorial, pois “parte de uma totalidade que é pensada de acordo com o projeto societário efetivado pela ação do Estado”

(CASTRO, 1994). A presente pesquisa tem como tema central a análise crítica das ações do terceiro setor, especificamente na educação. Nesse contexto, vale destacar que, se é na escola que se concretiza parte das políticas educacionais, o estudo concentrou-se no desvelamento das relações estabelecidas entre escolas e organizações do terceiro setor, a partir do olhar da gestão, ou seja, procurou situar em que aspectos a escola depende dessas organizações para cumprir sua função social.

A presente temática pode conduzir a vários caminhos, um deles seria o estudo do terceiro setor sob a ótica do financiamento da educação, analisando as relações dessas organizações com o setor governamental e as diversas destinações dos recursos financeiros da educação pública. Contudo, a escolha foi estabelecer um recorte a partir da gestão, por entender a importância desse enfoque na educação pública brasileira.

É notório que a temática se torna polêmica e exige um esforço da pesquisadora em não emitir juízos de valor. Assim, o esforço foi o de revelar o fenômeno do Terceiro Setor na educação, indo além do aparente e do local, identificando os vínculos da realidade social na esfera educacional do Distrito Federal, numa perspectiva totalizante. Azevedo (2004) reforça essa idéia quando afirma:

tentar um sábio equilíbrio: manter uma postura objetiva que dote o conhecimento produzido de um coeficiente científico, sem abdicar de um nível analítico que contemple as condições de possibilidade da adoção de estratégias que venham a permitir a implementação de uma política de transformação, (...) Assim, podemos nos livrar da constante tentação de nos deixar envolver na prática “das denúncias”, que pouco contribui para a construção de novos saberes comprometidos com a mudança substantiva da ordem. (AZEVEDO, 2004: IX).

O debate sobre o tema impõe ao estudo, primeiramente, uma análise depurada da relação que se estabelece entre o público e privado no campo social, de forma geral e na educação, de forma particular. Além disso, cabe também analisar a tendência à setorização da sociedade civil. Para garantir a visão do todo, cabe compor um panorama geral da presença do terceiro setor na educação pública do Distrito Federal, a partir de um mapa que localize as instituições, classificando-as por tipo (filantrópicas, fundações privadas, organizações sociais sem fins lucrativos, organizações sociais etc.); por categoria (pública ou privada), identificando nesse contexto a origem, atividade e finalidade dessas entidades.

O problema central desta pesquisa se localiza na esfera das relações entre Terceiro Setor e Escolas do Distrito Federal. Ou seja, como se desenvolve a relação da escola básica

com o Terceiro Setor?

A partir desta questão central, cabe indagar: Como se estabelece a questão do público e privado na relação da escola com o Terceiro Setor? Em quais campos escolares incidem as ações das organizações do Terceiro Setor? As organizações do Terceiro Setor fornecem recursos financeiros e humanos para as escolas? Há interveniência das organizações do Terceiro Setor nas atividades pedagógicas?

Para o encaminhamento das questões que foram identificadas, outras, de caráter mais geral, apresentam-se: Em que contexto histórico surge mais fortemente o Terceiro Setor? Qual o papel do Estado, no atendimento a direitos básicos do cidadão? O Terceiro Setor estaria sendo usado pelo Estado como instrumento privado para cercear direitos públicos? .

## **2 - Objetivos**

### **2.1 - Objetivo geral:**

Desvelar as possíveis influências e relações das Organizações do Terceiro Setor em escolas públicas do Distrito Federal.

### **2.2 Objetivos específicos:**

- a) Localizar organizações do Terceiro Setor que possuem ações voltadas ao atendimento do público escolar no Distrito Federal, caracterizando-as por tipo organizativo, origem, atividade e finalidade.
- b) Analisar as relações que se estabelecem entre essas organizações e a escola pública.
- c) Estudar duas escolas que possuem relações com organizações do Terceiro Setor analisando, por meio das percepções dos gestores (das organizações e das escolas pesquisadas), os principais aspectos de interdependência, colaboração e atuação, tendo em vista a dicotomia público-privado.

### 3 - Considerações Metodológicas

As questões da pesquisa foram respondidas baseadas em uma metodologia de pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa na educação permite uma compreensão profunda das relações complexas que se apresentam no campo social. Nesse enfoque investigativo, pesquisador e pesquisado são sujeitos recorrentes, e por consequência, ativos no desenvolvimento da investigação científica. (LIMA, 2001).

A opção metodológica se justifica pela complexidade que o objeto de estudo requer, sendo necessário conceber o “real como uma totalidade concreta, saturada de determinações, mediações e particularidades interconectadas, que entende a realidade social como um processo histórico...” (MONTAÑO, 2005: 17).

A análise da relação público e privado permite um olhar sob o prisma da categoria da contradição que “não pode ser entendida apenas como categoria interpretativa do real, mas também como sendo ela própria existente no movimento do real, como motor interno do movimento, já que se refere ao curso do desenvolvimento da realidade.” (CURY, 2000: 30)

A opção pela abordagem qualitativa não implicou em desprezo aos dados quantitativos produzidos acerca do objeto em estudo, pois estes são considerados como elementos que se somam e permitem o aprofundamento do conhecimento da realidade estudada, tais como, os tipos organizativos mais presentes, ações e tempo de atuação das mesmas, contratos estabelecidos com o Estado.

A localização das organizações foi feita por meio de um mapeamento no órgão competente (SEEDF – Gerência de Contratos e Convênios) priorizando a diferenciação e classificação, quanto ao tipo organizativo e quanto ao conceito público e privado, na origem, atividade e finalidade.

Se uma fundação ou uma empresa tem origem privada, contrariamente uma associação de vizinhos ou uma creche comunitária tem origem pública. Se uma ONG e um movimento social podem ter finalidade pública, no entanto uma fundação ou a intervenção de um candidato a vereador certamente tem finalidade privada. Nesta homogeneização perde-se a diferenciação (mais uma vez) entre as entidades do chamado “Terceiro Setor” e não se consegue distinguir entre o caráter público ou privado da origem, a atividade e da finalidade (MONTAÑO, 2005: 136)

Quanto ao tipo organizativo, foi utilizada a classificação baseada no estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada - IPEA, em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE<sup>4</sup>. Buscaram com esse estudo elaborar e aplicar, em conformidade a critérios internacionais, uma proposta de identificação e de classificação das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, no Brasil.

Desta forma, a presente pesquisa considerou dentro da gama de tipos organizativos presentes nos variados conceitos de Terceiro Setor, apenas aquelas que atendem aos critérios de serem Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos – FASFIL. Isto é, optou-se, por adotar como referência para definição das FASFIL<sup>5</sup> as organizações registradas como Entidades sem Fins Lucrativos, segundo o seu código de natureza jurídica e que se enquadrem, simultaneamente, nos cinco seguintes critérios: (1) privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado; (2) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podem até gerá-los desde que aplicados nas atividades fins; (3) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas; (4) auto-administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e (5) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

Os critérios acima descritos, segundo o estudo liderado pelo IBGE, correspondem a três figuras jurídicas do novo Código Civil, são elas: associações<sup>6</sup>, fundações<sup>7</sup> e organizações religiosas<sup>8</sup>.

---

4 A publicação “Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil – 2002” objetivou apresentar um retrato mais completo das instituições privadas sem fins lucrativos que atuam no Brasil.

5 Ver melhor conceito de FASFIL no capítulo II e em BRASIL, As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil - 2002. Rio de Janeiro, IBGE, 2004. 2ª Edição.

6 As associações, de acordo com o art. 53 do novo Código regido pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins não-econômicos.

7 As fundações são criadas por um instituidor, mediante escritura pública ou testamento, a partir de uma dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

8 As organizações religiosas foram recentemente consideradas como uma terceira categoria. Com efeito, a Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003, estabeleceu como pessoa jurídica de direito privado as organizações religiosas, que anteriormente se enquadravam na figura de associações. O novo Código Civil concedeu prazo até janeiro de 2005, para que essas organizações pudessem se adequar à disposição.

Dentre os cinco critérios já definidos, certas entidades mesmo sendo consideradas formalmente como sem fins lucrativos, não se enquadram, simultaneamente, aos critérios de privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, auto-administradas e voluntárias. Este é o caso das seguintes categorias: Serviço Notarial e Registral (Cartório); Serviço Social Autônomo; Condomínio em Edifícios; Unidade Executora (Programa Dinheiro Direto na Escola); Comissão de Conciliação Prévia; Entidade de Mediação e Arbitragem; Partido Político; Entidade Sindical; Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior.

Sendo considerada, portanto, como FASFIL as entidades sem fins lucrativos enquadradas nas seguintes categorias:

- 1) Organização Social;
- 2) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP);
- 3) Fundações Mantidas com Recursos Privados;
- 4) Filial, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras;
- 5) Outras Formas de Associação.

A partir do mapeamento realizado dentre as FASFIL que estabeleceram convênio e/ou parceria formalizada com a SEEDF, foi possível escolher duas organizações. Três critérios foram utilizados na escolha: (1) entidades com mais de um ano de atuação; (2) entidades que tinham, por meio de projetos ou programas, ações em escolas públicas do Distrito Federal; (3) entidades com tipo de atuação que apareceu com maior frequência no mapeamento realizado. Num primeiro momento, foi possível perceber que as áreas de maior atuação dessas entidades na educação do Distrito Federal são aquelas que atendem demandas por Educação Infantil e Ensino Especial. Desta forma, a escolha recaiu em duas entidades com tipos organizativos diferentes – Associação e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Posteriormente, após a escolha das organizações, fez-se a opção por duas escolas públicas onde existiram ações dessas organizações anteriormente selecionadas, no ano de 2006. Uma escola de educação infantil e outra de ensino fundamental que atende alunos portadores de necessidades educacionais especiais, em processo de inclusão.

O estudo das organizações e escolas escolhidas foi feito por meio de instrumentos de análise documental e entrevistas. Os documentos analisados das organizações do Terceiro Setor foram: contratos, convênios, termos de parcerias e extratos de termos de parceria publicados no Diário Oficial do Distrito Federal, relatórios de atividades e outros documentos com registros de datas de fundação, objetivos, finalidades e fontes de recursos. Nas escolas foram priorizados para análise os projetos pedagógicos e outros dados disponibilizados pela secretaria de cada escola. A análise dos dados e das informações coletados teve a finalidade de determinar às relações de independência, de colaboração e de atuação tanto da escola como das entidades do Terceiro Setor, e os tipos de ações realizadas pelas organizações, na escola pública.

A entrevista semi-estruturada foi realizada com três representantes de cada uma das instituições investigadas. O critério para a escolha dos sujeitos a serem entrevistados foi o maior envolvimento com os projetos e/ou ações educacionais, seja na escola ou na própria organização, não tendo obrigatoriedade de ser feita com o gestor e/ou diretor da escola ou da organização. No decorrer da realização das entrevistas, foi perceptível a necessidade de realizar entrevistas também com os gestores do nível intermediário da SEEDF e com professores das escolas pesquisadas. Desta maneira, foram realizadas duas entrevistas com a coordenadora do “Reforço Escolar” e com uma das coordenadoras do “Projeto Creche”, assim como entrevistas com três professoras em cada escola. Após análise documental, as entrevistas objetivaram aprofundar e/ou confirmar dados, tais como, origem da organização e/ou escola, tipo de atendimento da organização na escola, tempo das ações propostas, avaliação da importância e expectativas das ações realizadas. Lembrando que o olhar sobre as escolas foi voltado às considerações e às concepções dos sujeitos em relação à dependência que eles têm das organizações, para o cumprimento da função social da escola.

Convém destacar que as fases da pesquisa foram intercomplementares, a fim de evitar a fragmentação do processo. Sendo possível voltar à análise documental, sempre que as entrevistas indicavam essa necessidade. Nesse sentido, até mesmo a quantidade de entrevistas e de entrevistados previstos sofreu variação de acordo com as necessidades surgidas no andamento da pesquisa.

#### 4. Configuração Geral da Pesquisa

O trabalho apresenta cinco partes a serem explicitadas. As Considerações Iniciais trazem a origem e a problematização do tema, os objetivos e a metodologia da pesquisa mostrando a trajetória do Terceiro Setor nos últimos anos na sociedade brasileira e sua inserção nas políticas públicas educacionais.

O primeiro capítulo trata de abordar o Estado na concepção neoliberal e conceituar as Políticas Públicas de Educação, com os fundamentos das relações entre o Estado e Sociedade na abordagem neoliberal. Além disso, analisou-se o Estado brasileiro inserido no contexto da reestruturação produtiva, agregando a descrição dos conceitos básicos implantados pela Reforma do Estado, assim como as políticas educacionais decorrentes do modelo neoliberal.

O Capítulo II se destina às considerações gerais sobre a temática do Terceiro Setor. Para tanto se faz necessário apontar o contexto histórico, assim como a origem do termo, debilidades, definições, promessas e pressupostos. Considerando que a produção acadêmica hegemônica sobre o Terceiro Setor o define como espaço público não-estatal, e que a presente pesquisa se destina a compreender as relações entre este e a escola, considerou-se pertinente apresentar o debate sobre a relação entre a educação - prática social e direito público subjetivo – e as tendências atuais de privatização ocorridas na esteira da designação do público não-estatal. Vale ressaltar que a compreensão da dicotomia público/privado tornou-se muito importante na análise de política educacional brasileira.

O terceiro capítulo apresenta o perfil das organizações do Terceiro Setor que possuem ações na rede pública de ensino do Distrito Federal. Procurou caracterizar as duas escolas e as duas organizações priorizadas nesse estudo. No que diz respeito às escolas buscou-se ressaltar a localização, a atuação e as especificidades de cada uma. Quanto às Organizações o foco foi levantar o histórico e a origem de cada instituição, suas finalidades e a procedência dos recursos utilizados por essas para a realização de suas funções/tarefas junto às escolas da SEEDF. Finalizando esse capítulo foram delineadas as ações das Organizações e impactos percebidos pelas escolas e Organizações, assim como, os distanciamentos e aproximações de percepções de cada um dos diferentes atores envolvidos nesse estudo.

As Considerações Finais mostram os resultados encontrados na pesquisa, revelando que o Terceiro Setor se faz presente na Educação Pública do DF de forma pontual nas áreas

de educação infantil e ensino especial. Há grandes distanciamentos em termos de resultados efetivos nas ações das duas organizações estudadas. Nota-se que a O.A, possui projeto próprio e atua de forma autônoma em relação às questões pedagógicas propriamente ditas. Enquanto a O.B apenas executa projetos já estabelecidos pelo setor público, atuando apenas na seleção e contratação de pessoal e compra de material. Também foi possível perceber as frágeis relações com as escolas, enquanto a O.A esforça-se por estabelecer relações com a escolas dos alunos atendidos, oferecendo troca de informações sobre o processo de ensino e aprendizagem, mas essas trocas, segundo os entrevistados não são valorizadas e reconhecidas pela SEEDF – Diretoria de Ensino Especial. Já na O.B, essas relações são totalmente negadas e não há nenhum interesse em estabelecê-las.

## **CAPÍTULO I – ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO**

### **1. Introdução**

Pretende-se sintetizar, nesse bloco, as configurações do Estado neoliberal, usando como fio condutor a história. Mesmo entendendo que muitas são as abordagens usadas na análise do Estado, o Estado neoliberal se apresenta como elemento essencial nesse trabalho, pois é na prática de seus ditames que surge e se desenvolve no Brasil o chamado Terceiro Setor.

Portanto, o capítulo que se segue aborda o Estado na concepção neoliberal e conceitua as Políticas Públicas de Educação, com os fundamentos das relações entre o Estado e Sociedade na abordagem neoliberal. Além disso, analisa o Estado brasileiro inserido no contexto da reestruturação produtiva, agregando a descrição dos conceitos básicos implantados pela Reforma do Estado, assim como as políticas educacionais decorrentes do modelo neoliberal.

### **2. O Estado no contexto neoliberal**

Diversos acontecimentos históricos ocorridos desde 1950 até meados de 1970, como: o pós II Guerra Mundial, a grande depressão econômica da década de 30, a crise no mundo do trabalho, a perda de organização e força política por parte da classe trabalhadora, a guerra fria, a presença de novas tecnologias na indústria, a revolução nos meios de comunicação de massa, como também os novos acordos políticos e econômicos entre nações, tendo os EUA como o um dos grandes idealizadores e gestores, contribuíram para a ruptura drástica com o Estado Social. Este, dentre outras características revela a intervenção estatal na área social e econômica, colocando novos paradigmas, estruturas e padrões para a sociedade planetária como um todo (PISON, 1998). Surge o Estado neoliberal.

O neoliberalismo vem sendo aplicado desde os anos 70 e com maior intensidade a partir do início dos anos 80. Nasceu logo depois da Segunda Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política

contra o estado intervencionista de bem-estar, entendido este como a institucionalização dos direitos sociais. Na concepção do modelo neoliberal esse estado passa a ser visto como uma ameaça à liberdade econômica e política. Seu objetivo principal era combater a era Keynesiana, através de novas políticas para preparar as bases de um novo capitalismo. Podem-se resumir em cinco metas essenciais, as políticas do modelo neoliberal, são elas: estabilização de preços e contas nacionais; privatização dos meios de produção e das empresas estatais; liberalização do comércio e do fluxo de capitais; desregulamentação da atividade privada; austeridade fiscal e restrições aos gastos públicos (ANDERSON, 1998; ESPING-ANDERSEN, 1991).

Para melhor entendimento da lógica neoliberal, vale acrescentar que depois da queda da força comunista - simbolicamente com a queda do muro de Berlim em 1989, o sistema capitalista passou a redimensionar a organização interna das empresas que se agregaram e formaram grandes blocos empresariais e financeiros transpondo barreiras geográficas e desafiando o Estado Nacional dos países, de forma generalizada, pois estes têm na economia a base para o desenvolvimento de suas relações como um todo (BRUNO, 1999).

Na esteira dessas mudanças importantes, que se processaram no mundo econômico e do trabalho, o que hoje definimos de Globalização ou Mundialização, representa a fase contemporânea da internacionalização do capitalismo na economia. Pode-se dizer que no final do século XX e início do século XXI, o capitalismo em sua versão neoliberal se apresenta em sua maior expressão até então vista (ANDERSON, 1998).

Complementando a configuração do Estado neoliberal, Navarro (1998), defensor da social-democracia, partindo do contexto europeu e dos EUA, revela que essa abordagem se caracteriza pela ausência de intervenção do Estado em diversos setores sociais, como por exemplo, na regulação do mercado do trabalho, do comércio exterior e dos mercados financeiros, na proteção social garantida pelo Estado e o déficit estatal que é interpretado nesse programa como um fator impróprio para o bem da economia.

O mesmo autor afirma que as políticas neoliberais sofrem diversas alterações entre os países, pois está implícito os distintos graus de aversão ou concordância dos governos, porém comumente interfere nas políticas públicas desenvolvidas por cada país. Argumenta que nos EUA e outros países onde o grau de aceitação é maior, essas políticas se quer atingiram os seus objetivos básicos, pois fracassaram ao tentarem solucionar os problemas do crescimento

econômico, inflação, crescimento do acúmulo de capital fixo, ampliação dos investimentos empresariais e acesso aos bens de consumo e serviços. Ao contrário, auxiliaram para que houvessem aumento do desemprego e da desigualdade social, perda do poder aquisitivo da população, diminuição de crédito para o financiamento de pequenas empresas. Aponta que os empresários e a população mais rica foram os grandes favorecidos nesse esquema (NAVARRO, 1998).

Percebe-se que a ausência do Estado nas questões sociais retratadas por Navarro, muito se assemelha com os acontecimentos flagrados em países da América Latina, em vias de desenvolvimento que optaram pelas políticas neoliberais, como o Brasil.

Sinteticamente, pode-se afirmar que é parte essencial do projeto neoliberal uma reestruturação do Estado, visando privatizações em massa, a redução de impostos e tributos sobre o capital e o desmanche do chamado Estado de bem-estar social. Nesse particular, cabe orientar as observações sob o Estado Brasileiro no contexto neoliberal e as suas implicações com o setor social e a população menos favorecida economicamente. Importante compreender que o neoliberalismo se traduz a partir de uma dada concepção e demarcação histórica e política. Vale ressaltar, no entanto que, embora esta seja uma influência externa, há uma orquestração interna, com uma lógica que é também nacional, desvelando um Brasil que é desigual e combinado.

Para compreender as questões que envolvem o Estado, os embates, contradições e possibilidades que se formam no cenário brasileiro, torna-se necessário analisar as relações sociais, políticas, econômicas e culturais desenvolvidas no Brasil, desde sua colonização até os dias atuais, tendo como base o entendimento das classes nacionais e internacionais, suas formações e atuações.

No entanto, antes se faz necessário deixar claro qual o conceito de Estado utilizado nesse estudo, tomando o conceito de Gramsci, que considera Estado como expressão da articulação entre sociedade civil (sistema privado de produção e aparelhos ideológicos de hegemonia) mais sociedade política. Estado não é apenas governo, aparelho parlamentar. É expressão da correlação de forças sociais contraditórias, estendendo-se para além das classes dominantes, ainda que para manter a sua hegemonia. Essa concepção aponta a fertilidade dos movimentos sociais que vão dando ao Estado uma feição ampliada (DOURADO, 2001).

Para Sader (2004) a formação do Estado Brasileiro foi sempre permeada por acordos entre as elites – latifundiária, agrária, política, empresarial e organismos internacionais ligados a interesses de cunho econômico. Camufladas, as elites brasileiras para permanecerem no poder exaltam os temas do momento, independência, liberdade, proclamação da república, fim ao totalitarismo, abaixo a ditadura, nova república, direitos para todos e outros. A história mostra que essas bandeiras empunhadas revelam muitas vezes, conveniência e apenas formalidades por parte de seus protagonistas, pois se concretiza apenas para alguns, os escolhidos, os apadrinhados, os parentes ou aqueles que estão melhores organizados. Dentre outros entraves, o Estado Brasileiro convive desde a colonização até os dias atuais com a confusão no entendimento do que é a coisa pública e o que é o bem privado. Na prática política essas questões se misturam e o que é público parece ter dono e passa a ser um bem particular.

Mesmo com as dificuldades destacadas, faz-se importante salientar o envolvimento da sociedade civil na condução da coisa pública, sobretudo nos anos 90, data que se consolida a presença neoliberal no Brasil com o Governo Collor de Mello, seguindo pelos mandatos de Itamar Franco, FHC e Lula. A sociedade civil tem dado mostra de atuação e participação coletiva por intermédio de entidades representativas como, sindicatos, associações, grupos religiosos, centrais de trabalhadores e outros movimentos que buscam a maior atuação do Estado na elaboração e implementação de políticas públicas que ampliem e garantam direitos a todos. Nesse ínterim, quando o Estado se minimiza perante as políticas sociais é que surge espaço propício à presença e atuação do Terceiro Setor na sociedade brasileira.

Convém destacar a implantação da Reforma de Estado, pois através da mesma, foi possível, implantar uma legislação específica para o fortalecimento do Terceiro Setor, principalmente com a criação de uma nova categoria: o público não-estatal.

Realizada no Governo FHC, pelo então ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) – Bresser Pereira, essa reforma era pautada nos moldes ditados no Consenso de Washington<sup>9</sup>, pois estava atrelada ao projeto de liberar, desimpedir e desregular a acumulação de capital retirando, segundo Montaña (2005), a legitimação sistêmica e o

---

<sup>9</sup> Reunião realizada 1989, entre organismos de financiamento internacional – FMI, BID, Banco Mundial, funcionários do governo americano e economistas latino americanos, com o objetivo de reestruturar a produção capitalista, para retomada de maiores níveis de acumulação do capital.

controle social da “lógica democrática” e passando para a “lógica da concorrência” do mercado.

As justificativas para a reforma giram em torno da estagnação da renda *per capita* e de alta inflação, causadas pela crise fiscal, crise de intervenção do Estado, crise burocrática e também de uma crise política. Vale notar, que todas as causas divulgadas justificando a reforma estatal são originadas do Estado Brasileiro, omitem totalmente as relações externas com o capital internacional.

Autores críticos dessa nova ordem social, como Montañó (2005), enfatizam que essa Reforma, na verdade se constitui como contra-reforma, pois não tínhamos sequer garantido padrões mínimos de proteção social, conquistados pela constituição de 1988. Nosso problema está justamente na ausência do Estado e a privatização deste. No momento em que se define um projeto de Estado Social, setores ligados ao capital financeiro, orientados pelo Consenso de Washington, tentam aniquilá-lo com uma reforma gerencial, portanto numa contra-reforma.

São três as dimensões da reforma gerencial: 1) institucional-legal - criação de instituições normativas e organizacionais, como agências executivas e organizações sociais, formando unidades descentralizadas de gestão. 2) cultural - mudança dos valores burocráticos para os gerenciais. 3) gestão - colocar em prática as idéias gerenciais para atender melhor ao cidadão-cliente (BRESSER, apud MONTAÑO, 2005).

A reforma também se propõe a eliminar a burocratização originada da Constituição de 1988 e, para que o Estado tenha mais eficiência e governança, o aparelho do Estado deve “publicizar” seus serviços, ou seja, mudar de serviços não-exclusivos de Estado em propriedade pública não-estatal, denominada *organização social*.

Assim, para efetivar a Reforma torna-se necessário acontecer: privatização, tercerização e/ou a publicização. Nesse ponto, cabe compreender o que significam esses termos para o texto da reforma: privatização seria a “transferência, para a iniciativa privada, da propriedade de dado setor, com vistas a transformá-lo em uma instituição de e para o mercado”. Ou seja, “corresponderia ao processo de transferência, para o setor privado, de serviços caracterizados como auxiliares ou de apoio às atividades desenvolvidas pelo Estado” (PEREIRA, apud ADRIÃO e PERONI, 2005: 145). Contudo, publicização seria a

“transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta” (ADRIÃO e PERONI, 2005: 145). Portanto seria “uma organização estatal em uma organização de direito privado, pública, não-estatal” (Idem). Inserido no tradicional plano legal, propriedade pública ou privada, uma forma intermediária de propriedade: o público não-estatal.

Bresser e Núria definem o sentido de *público não-estatal* como público, porque voltado ao interesse geral, e não-estatais por não fazerem parte do aparato do Estado, “seja por não utilizarem servidores públicos, seja por não coincidirem com os agentes políticos tradicionais”. (1999:16).

Com o objetivo de efetivar a publicização, três conceitos são fundamentais: descentralização, organização social e parceria. No entanto, o presente estudo abordará o conceito de organização social, em decorrência da importância do tema para a pesquisa e a centralidade que este adquiriu no desempenho de atividades sociais e científicas. Elas são definidas, legalmente, como entidades públicas e podem servir para o controle social, como prestadoras de serviços. Desse modo, surge o fortalecimento do Terceiro Setor, com a criação de leis e incentivos para organizações sociais, filantropia empresarial (responsabilidade social), serviço voluntário e outras atividades, e possuem uma relação de parceria entre elas e o Estado.

O real motivo dessa (contra-) reforma, da publicização especificamente, localiza-se no barateamento dos custos sociais ao Estado, que tem a intenção de precarizar, focalizar e localizar serviços, perdendo assim, as dimensões universais de não-contratualidade e de direito do cidadão (MONTAÑO, 2005).

### 3. Políticas Públicas e Educação

Quanto às políticas sociais, o Brasil, com predominância no modelo neoliberal, passou, nos últimos quatro mandatos de Governo Federal, por mudanças consideráveis que foram marcadas pela descontinuidade de políticas, retrato da otimização da articulação entre a esfera pública e a privada, firmando acordos com o objetivo de desmantelar empresas estatais, privatizando o público e atendendo aos interesses da classe empresarial, em detrimento da maioria da população necessitada. Com isso, por diversas vezes, a sociedade brasileira teve que se adaptar às novas e às velhas condições impostas por cada governante que chegava ao poder, fazendo com que a grande maioria da população ficasse privada da participação política, especialmente na construção, na intervenção e no acompanhamento das políticas públicas sociais.

Políticas com esse escopo, com caráter de concentração de renda e não distributivas, que focalizam as necessidades do mercado em detrimento das necessidades sociais, a médio e em longo prazo, acabam por contribuir para o aumento da pobreza, maior fragmentação das classes sociais, perda da identidade coletiva e individual, perda de perspectivas sociais, desmantelamento do Estado, desmonte da legislação social e econômica. (ANTUNES, 2001).

As políticas públicas parecem estar intimamente ligadas ao acesso e as garantias dos direitos de cidadania. Tendo como referência à contribuição de Coutinho (1997), pode-se definir cidadania como a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana aberta pela vida social, em cada contexto historicamente determinado.

Vale assinalar que o referido autor destaca a palavra historicamente, pois considera que cidadania, além da democracia, são processos eminentemente históricos, são construídos em uma totalidade a considerar, tempo, espaço e conjuntura social e cultural.

O mesmo autor lembra que cidadania não é resultante da modernidade, pois desde a antiguidade, na civilização grega, já eram usados os termos democracia e cidadania, embora configurassem como cidadãos apenas uma parcela mínima da população, os homens livres, excluindo mulheres e escravos. O traço mais forte que caracteriza a cidadania, na modernidade, é justamente a sua universalização.

Como evidência da forte relação entre cidadania e direito, Marshall (1967), sociólogo britânico, apresentou três níveis de direito de cidadania, a saber: os direitos civis, direitos políticos e direitos sociais, seguindo uma ordem cronológica, embora não tenha sido desta forma em todos os países.

Vale notar que estes direitos nem sempre se apresentam de forma simultânea. No Brasil, por exemplo, nos períodos ditatoriais, era evidente a ausência de direitos políticos. Em contrapartida houve, nesses mesmos períodos, a ampliação de direitos sociais, mais ligados às concepções da elite dirigente, do que como conquista dos trabalhadores. Estes direitos surgem quase como uma compensação pela ausência de direitos políticos.

São assustadores os últimos dados divulgados, em maio de 2005<sup>10</sup>, onde fica claramente demonstrado o fosso existente entre ricos e pobres, ao revelar que 1,7% da população possuem a mesma soma, em rendimentos familiares, de 86,5% brasileiros. O pior é que o horizonte parece mais nebuloso, com atual política monetária brasileira, centrada nas decisões do capital financeiro externo.

Diante dessa análise, e com o retrato revelado pelos dados, no Brasil parece haver propensão à vitória do capital sobre o trabalho, ou seja, da economia política do capital sobre a economia política do trabalho. Embora não se possam negar as conquistas dos trabalhadores no que se refere à conquista de direitos sociais.

Outro ponto que merece destaque é a contradição entre cidadania e sociedade de classes. Ou seja, a cidadania plena não será possível em uma sociedade estratificada e extremamente desigual.

O que se observa, é que as políticas retratadas nos programas e projetos educacionais, nos últimos anos, não têm favorecido o acesso e a permanência de todos na escola. Haja vista termos ainda que nos preocupar com a universalização do ensino fundamental que, somente para os situados na faixa dos sete aos quatorze anos, atinge o patamar de algo em torno de 97% de atendimento, deixando ainda fora da escola um enorme contingente de jovens e crianças. Outro ponto relevante em relação às políticas educacionais diz respeito ao financiamento e imposição de organismos internacionais nas conduções e prioridades do

---

<sup>10</sup> Pelo Radar Social – publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, serve como instrumento de vigilância das condições de vida da população brasileira.

Estado na educação, vinculando a educação a exigências que atendam a políticas de ajuste econômico do órgão, no sentido de diminuir os encargos financeiros do Estado e tornando o acesso à educação cada vez mais seletivo e com conteúdos mínimos. Porém, políticas como a inclusão da educação infantil na Educação Básica e o FUNDEB renova o ânimo e mostra um caminho a trilhar, possível. Na medida em que oferece a essa etapa da educação básica, mais recursos financeiros que viabilizarão mais qualidade e universalização do atendimento às crianças que, historicamente, foram preteridas nas políticas públicas educacionais.

#### **4. A Dicotomia Público e Privado**

Dupas (2003:23) revela que “as ambigüidades semânticas sempre acompanharam o uso dos termos público e privado, revelando suas dimensões contraditórias, complexas e multidimensionais.” A seguir o autor revela o percurso histórico das interfaces entre as categorias descritas.

Segundo Dupas, um fenômeno singular deu-se na economia, pois se voltando aos Gregos, a economia era o próprio domínio da vida privada. A vida econômica, entendida como domínio da necessidade em contrapartida à vida política, eliminava a distinção entre o domínio público e o privado, levando o indivíduo a refugiar-se em si mesmo, o privado. Já nos tempos modernos, com o Iluminismo, a economia vestiu o manto da ciência, com a intenção de abarcar todas as atividades do homem, tornando-o um ser previsível e absolutamente racional. Desta forma, apareceram as fantasias do mercado perfeito e da mão invisível. “Na verdade, nenhum desses mecanismos mágicos mostrou-se suficiente para reencontrar o equilíbrio perdido entre as esferas públicas e privada.” (DUPAS, 2003:28).

O autor supracitado menciona que foi com o Iluminismo, início do século XVII, que o sentido da esfera pública foi ampliado e consolidado com as revoluções inglesa e francesa, concomitante com a institucionalização de certos direitos políticos e civis, e a constituição do sistema judiciário para mediar conflitos. Uma nova cultura urbana burguesa surge com a decadência do chamado *antigo regime*. Nesse período são ampliados os vínculos de associação e de compromisso que existem entre pessoas, que não são unidas por laços familiares; é o caso da multidão, do povo ou das sociedades organizadas que determinavam o espaço público, que acabou por adquirir uma característica libertadora da opressão familiar e social pelo anonimato propiciado pelas grandes cidades. Desta forma, de acordo com Dupas (2003), as condições necessárias para que se pudesse existir uma democracia real passaram a

ser essencialmente a manutenção tanto de uma esfera pública como espaço de debate político quanto dos fundamentos da “democracia formal” herdados da sociedade burguesa, como o princípio da soberania popular e o Estado de direito (Idem).

Portanto, ainda segundo Dupas,

o dinamismo da vida pública do século XVII foi substituído, no século XIX, pela emergência da sociedade do espetáculo e do consumo. A contrapartida surgiu com o espectador voyeur e passivo, que se retira do espaço público, preferindo observar a participar. Mas o elemento fundamental na crise do espaço público do século XIX constitui, para Sennett, a emergência da personalidade como categoria social, partindo inicialmente de uma exigência de liberdade, pela afirmação da individualidade e da diferença, dos desejos e dos gostos específicos (DUPAS, 2003:30).

As afirmações são reforçadas por Habermas, citado por Dupas (2003) quando se refere ao processo de refeudalização da esfera pública no século XIX, pois os interesses privados – sobretudo de grandes corporações – passaram a realizar funções políticas nas mídias e no Estado, concomitante a expansão das funções do Estado no domínio privado e na vida cotidiana, com a erosão das fronteiras entre as esferas do Estado e da sociedade civil, e entre os espaços públicos e privados. “A intermediação possibilitada pela participação e pelo debate público foi, então, rompida e substituída pelos espaços da informação e do espetáculo, passivamente absorvidos por consumidores-cidadãos.” (DUPAS, 2003:31).

Dourado (2001) se remete a Grécia antiga para identificar o surgimento das categorias público e privado, sinalizando, no entanto, que sua aplicação processual jurídica tem origem romana e o princípio organizacional de ordenamento jurídico origina-se com o Estado Moderno. Portanto, no modelo helênico, o que se denomina de privado se situa na casa do reino das necessidades e da transitoriedade, enquanto que público é a esfera da rua, liberdade e continuidade. Entretanto a “... participação da vida pública depende, porém, de sua autonomia privada como senhores de casa”, em outras palavras, percebe-se a importância do ser humano como sujeito de suas ações para ter condições de participar da vida pública de forma efetiva, consciente e deliberando coletivamente.

Complementando essa idéia, Sanches (2005:28) define o termo público, na sua origem e ressalta a importância de uma sociedade de iguais e da coletividade para o exercício do poder, enquanto revela que a esfera privada se relaciona com as esferas particulares, isto é, a “sociedade dos desiguais”.

Resumidamente, Buffa (2005) distingue público e privado, ao identificar o sentido público como aquele designado a todos da população e o privado é visto a partir de duas perspectivas; a primeira reconhece o privado quando esse é guiado pela lógica do lucro e a segunda admite o privado naquilo que é considerado confessional, filantrópico e comunitário. Sendo esta última categoria a que hoje, com ares de modernidade, é denominada de Terceiro Setor, lugar do público não-estatal.

#### 4.1 – As interfaces do Público e do Privado na Educação Brasileira

Público e privado são categorias de análise que se adensam historicamente, nos permitindo estudar a organização das políticas públicas, as relações sociais, o lugar e funções do Estado em diferentes épocas e contextos políticos, sociais, culturais e econômicos. E sendo a educação uma prática social, uma política pública, como campo de disputa de projetos providos de historicidade, também pode ser analisada a partir da dicotomia pública e privada. E essa relação pode ser, a depender da lógica, de cidadão-necessidades-direitos ou produtores-consumidores-satisfação, esta numa ótica mercantil (SEVERINO, 2005).

No campo educacional, o modo neoliberal de fazer política, ressaltando a parceria entre estado e sociedade, pode encaminhar à conformação do cidadão à visão burguesa de mundo, onde o cidadão seria o cliente. (ADRIÃO, 2005)

Cury (2005:5) apresenta as relações entre público e privado na educação brasileira, construídas historicamente, tendo que obedecer a quatro *senhores*: a igreja, detentora da tradição; a família com o princípio *ex generatione*<sup>11</sup>; o Estado como sendo capaz de garantir o comum a todos; e a iniciativa privada, como mercado, que realiza cobranças ao Estado. Estes são os atores que sempre estiveram “em cena na realidade brasileira cuja herança colonial não será pequena e permeará nossa evolução histórica.”

Situando os marcos históricos do embate entre público e privado, Dourado (2001) enfatiza a disputa alterada ao longo da história redirecionando as políticas emanadas pelo

---

<sup>11</sup> Citando Bobbio e Bovero, Cury se refere ao fundamentado direito dos pais: a obrigação do filho de obedecer ao pai e à mãe depende do fato de que foi por eles gerado, ou da natureza.

Estado. Quando havia hegemonia do setor privado, o Estado brasileiro tinha feição e caráter privado, como forças patrimoniais na educação que tinham como consequência a privatização da esfera pública. Com a contribuição de Dourado (2001) e Sanches (2005), esse embate segue entrecortado pelas constituições, outras leis de ensino e ainda os fatos históricos, como os principais acontecimentos dessa arena entre público e privado na educação brasileira.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> a) a Proclamação da República (1889) e a Constituição de 1891 que trazem o princípio de laicidade nos estabelecimentos públicos de ensino e potencializa a resistência quanto à abertura de escolas que atendam ao mercado; esses eventos também significaram a separação entre Estado e Igreja. Nesse momento, a Educação é vista como demanda individual e não como direito social. Ao comentar sobre a Educação no texto Constitucional de 1891, Cury (1996:60) manifesta com pesar o caráter individualista presente nos rumos educacionais, “associado a uma forte defesa do federalismo e da autonomia dos Estados, fez com que a educação compartilhasse junto com outros temas de direitos sociais os efeitos de um liberalismo excludente e pouco democrático” e acrescenta que em comparação à época Imperial, os avanços na área educacional foram pequenos. b) os Anos 30 foi palco de embates entre a defesa da escola laica (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em favor da escola pública) e a educação confessional, do ensino religioso, além do embate ideológico entre liberais e católicos. Houve a construção de um sistema público de ensino, pois antes predominava o privado confessional. A Constituição 1934 e 1937 inovou com o ensino religioso facultativo; a Constituição 1937 foi privatizante e confere ao Estado, na esfera educacional, função supletiva. Em termos de sociedade brasileira foi a época da crescente industrialização e urbanização. c) as décadas de 40 e 50 apresentaram à Constituição de 1946, caracterizada pelo espírito liberal e democrático com previsão da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional; com receio, os privatistas advogam o princípio da liberdade de ensino das famílias. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (LDBEN/61) é elaborada e aprovada após longa tramitação, permeada desse embate entre os defensores da escola pública e os privatistas, acaba por admitir mecanismos de ajuda financeira às escolas privadas mediante concessão de bolsas de estudo, salário educação e financiamento à construção e reforma de prédios escolares. d) os Anos 60 e 70 são marcados na política pela busca de redefinição das alianças de classes, sob o modelo nacional desenvolvimentista e posteriormente o Golpe Militar seria o grande acontecimento, reestrutura e interfere em todos os setores da sociedade brasileira. O Plano educacional foi espaço claro de privatização do público com ampliação das atividades da iniciativa privada que gerava um novo perfil privado de ensino, o empresarial. A política educacional, segundo Germano<sup>12</sup>, se pauta em quatro pilares: 1) controle político e ideológico da educação escolar em todos os níveis; 2) relação entre educação e produção capitalista (teoria do capital humano); 3) incentivo à pesquisa vinculada à acumulação do capital; e 4) descomprometimento com o financiamento da educação pública; e) a década de 80 foi um período marcado pela luta por democratização da sociedade brasileira e conseqüentemente das políticas educacionais rearticuladas em defesa de escola pública, gratuita e de qualidade; no entanto, somando a precariedade ou ausência dos mecanismos de participação e controle, surgem novas modalidades de privatização; fase onde começa a subdivisão do setor privado em não-lucrativo e o lucrativo; embate pela supressão da exclusividade de recursos públicos para o ensino público. A Constituição de 1988 define a gratuidade do ensino público em todos os níveis, como dever do Estado, reafirmando o caráter público da educação; três grupos se destacam na disputa pelas questões educacionais nesse processo: 1) Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública - ensino público, gratuito e laico; 2) Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenem) – setor particular leigo e confessional, mais ainda do grupo leigo empresarial e 3) Associação Brasileira de Educação Católica (AEC), Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC) e a Campanha Nacional das Escolas da Comunidade (CNEC), - escolas católicas e comunitárias. f) os Anos 90 trazem a aprovação da LDB/96, o Plano Decenal e a proposta do Plano Nacional da Educação. Acontece a dilapidação das conquistas sociais, a globalização se evidencia e dar-se a reforma do Estado (defesa da minimização do papel do Estado no tocante às políticas públicas). No tocante à LDB/96 é oportuno enfatizar a garantia das escolas católicas do ensino religioso na escola pública e ainda a destinação de verbas públicas às escolas confessionais, comunitárias e filantrópicas. A reforma do Estado promove processos de privatização com tipologias diferentes, sob premissas que advogam a redução da intervenção estatal por meio do repasse de atribuições (e recursos) ao setor privado ou ao setor público não estatal. Há a expansão da rede privada no ensino superior e a demarcação entre as fronteiras do público e privado remete, necessariamente, a uma análise não somente da relação entre natureza e caráter das instituições, mas também, dos processos de gestão, administração e regulação dos recursos financeiros.

Diante do exposto, é válido enfatizar a análise realizada por Sanches sobre o texto constitucional e sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, sob o prisma da dicotomia público e privado. Para a autora, na Constituição de 1988 o foco recai sobre o estabelecimento de dois gêneros de escolas: as públicas e as privadas, as privadas são divididas em lucrativas e não-lucrativas, cabendo a liberdade de ensino à iniciativa privada.

No que diz respeito ao repasse de recursos a autora afirma que a constituição de 1988

trouxe inovações e polemizou ao postular sobre a escola comunitária, filantrópica e confessional. Para Cury (1992), por meio de tal postulação, a Lei Maior passou a reconhecer a duplicidade de escolas privadas, trazendo abertura para o repasse, a tal escola, de recursos públicos. Estes recursos ser-lhe-iam doados, seja porque não-lucrativa, seja porque ela se abre ao controle público do recurso oficial repassado. Mas, sobretudo, porque a escola comunitária funcionaria como uma assistência, compensando a não implementação da ação escolar como “dever do Estado e Direito do Cidadão” e nesse movimento entre a escola capitalista típica e as escolas comunitárias, o referido autor encaminha a idéia de que se abre o caminho para acesso ao conceito de “público não-estatal” (SANCHES, 2005:58)

Reafirmando o que diz o texto constitucional, a LDBN/96 indica que os recursos públicos podem ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas. Mais uma vez o setor privado parece sair vencedor desse embate, conseguindo verba pública para seus empreendimentos.

Os fatos acima relatados indicam, segundo Dourado (2001), o caráter privatista do Estado *stricto sensu* ao longo da trajetória da educação brasileira, intensificado a partir do golpe militar de 1964 e seguindo nos anos 80 com a reconfiguração do Estado brasileiro, e fundamentalmente, nos anos de 1990 com as perspectivas de minimização estatal mediante as alterações substantivas em suas formas de gestão, decorrentes da reforma do Estado em curso. Essas alterações são justificadas com argumentos, tais como, a ineficiência da atuação estatal no âmbito das políticas educacionais.

Novas facetas de intermediação entre o público e o privado surgem na década de 90, construindo organizações com natureza e caráter ambíguos, como as fundações e as organizações sociais constituídas das reformas do Estado em curso, além de outras

---

modalidades de interpenetração entre essas esferas, em sintonia com os organismos multilaterais, destacando-se o Banco Mundial.

Ao analisar os dispositivos legais – Constituições e Leis de Ensino - Sanches (2005) concorda com Dourado quando este afirma que houve um privilegiamento da esfera privada. “Nesse sentido, é possível perceber uma naturalização de recursos públicos para instituições privadas, sob a alegação do discurso do público não-estatal, que acaba por determinar uma face privatista da educação brasileira” (SANCHES, 2005:119).

Sobre os tipos de Instituições onde o Ensino Fundamental é desenvolvido, Gracindo (1994) aponta dois tipos de escolas: a) Pública com propriedade pública, mantida e administrada pelo poder público onde o titular são entidades de direito público: União, estados, municípios e o Distrito Federal; e b) Privada, de direito privado, caracterizadas como associações civis ou fundações mantidas e administradas por pessoa física ou jurídica, podem ser:

- 1) Escolas Leigas: são as empresas de ensino e não tem financiamento estatal;
- 2) Escolas Confessionais: criadas e administradas por associações religiosas;
- 3) Escolas Comunitárias: que surgiram como consequência dos movimentos sociais e são organizadas e administradas por uma determinada comunidade, através de associações cooperativas ou sindicatos, que procuram adaptar o ensino à sua realidade, dentro de padrões compatíveis com as suas necessidades educacionais;
- 4) Escolas Filantrópicas: estão diretamente ligadas à idéia de que não possuem como objetivo o lucro. São mantidas por doações de pessoas e instituições privadas, além de subvenções do Estado (SANCHES, 2005: 36).

Gentili<sup>13</sup>, ao escrever sobre a privatização da política educacional enfatiza entre outros pontos que o privatizar significa, de forma geral, repassar responsabilidades públicas para entidades privadas. Ressalta que o assistencialismo focalizado influenciado por políticas dos governos neoliberais promove e constitui-se numa das dimensões que assume o processo privatizador no campo social e, especificamente, no campo educacional. Desse modo, estimula-se uma série de ações, delegando à sociedade civil a responsabilidade daquilo que deveria ser do Estado, no qual o discurso consagrado oficial acerca das virtudes do Terceiro Setor, incentivando atividades de voluntariado e promovendo iniciativas de filantropia empresarial destinadas a substituir ou a complementar as responsabilidades que os governos

---

<sup>13</sup> Citado por Sanches (2005: 38 e 39)

recusam, ou assumem apenas parcialmente. Na esfera educacional, a privatização promove uma emergência de novas formas institucionais de prestação de serviço que levam a uma redefinição do espaço público (como esfera não-estatal), do sentido atribuído ao direito à educação como direito universal, tanto da própria noção de cidadania.

Discordando da privatização da educação, Gracindo (1994) afirma que a oferta do ensino público é função do Estado. Essa função é assumida por ele, quando o capitalismo social acena para o atendimento dos direitos sociais e, entre esses direitos, se situa a educação.

Os defensores da abordagem neoliberal apresentam como consequência dos péssimos resultados apresentados no cenário nacional: a inoperância e o "descaso" do poder público, marcados pela centralização das decisões; a ineficiência das ações decorrentes; a má utilização dos recursos; e o "descompasso" com a modernidade. Entre outras soluções, apresenta-se a defesa do processo de descentralização e a implantação de cooperação entre governo, empresas e sindicatos. Este parece ser o primeiro passo para a ampliação da parceria público-privado, na qual se consolida a noção de Terceiro Setor, como uma terceira via de entendimento da interpenetração do público com o privado: o público não-estatal (SILVA, 2001).

Importante argumento contrário a esse tipo de posicionamento aponta para o fato de que, antes de promover o acesso de todos a uma escola pública, de qualidade e que tenha como ética a cidadania, as estratégias em ação estão direcionadas a transformar o espaço da escola em mais um espaço da lógica do mercado, e o processo educacional em intermediário deste processo. (Idem)

A descentralização acontece nos mecanismos de financiamento e da gestão do sistema, mas continuará a centralização do controle pedagógico, por exemplo, do nível curricular, de avaliação do sistema e de formação de docentes. É complexa e variável a composição deste mecanismo privatista na Educação e nas escolas públicas, girando em torno de "...duas dimensões que diferenciam o público e o privado em todos os tipos de atividades: fornecimento e financiamento. Isto é: quem oferece e quem financia as atividades em questão" (GENTILI, 1998).

A Privatização no sentido amplo tem significado "liberalização", o reforço do não-público, do privado não-lucrativo, do Terceiro Setor, ou seja, do trabalho filantrópico, do não-

governamental (DRAIBE, 1990). Esse conceito traz o entendimento de que a forma de privatização indicada é uma forte tendência atual no campo educacional e causa extrema preocupação, já que antes de significar o afastamento do Estado, significa a contínua operação e decisão do aparelho governamental em benefício dos grupos e corporações que passam a controlar o campo educacional (SILVA, 2001).

Esta fórmula, de delegação do fornecimento dos serviços educacionais para setores privados com o financiamento público, constitui, para Gentili (1998), uma das formas mais visíveis de privatização educacional. Agrega-se a esta situação outras formas de subsídio estatal a estas entidades ou grupos privados, através da isenção de impostos, de incentivos fiscais, investimentos em infra-estrutura, pagamento de salários, cessão de funcionários, dentre outros.

Para substituir alguns termos utilizados nessas relações, tais como prestadores de serviços e convênios, surge a palavra parceria, que parece mais positiva que “serviços prestados”, pois indica a idéia de troca entre iguais, com um mesmo objetivo - o “interesse” público. As organizações do Terceiro Setor, com esta nova abordagem, dão a impressão que as instituições fazem adesões não apenas à terminologia, mas também à forma de organização, dentre as principais, a relação entre os financiadores e a satisfação de seus usuários. (SILVA, 2001).

Vale ressaltar o valor dado à escola nos últimos anos, como espaço redentor que pode “salvar” as classes desfavorecidas, com o discurso liberal de que o esforço individual por si só gera mudança no status social, fazendo uma relação direta entre escola e mercado de trabalho, ou melhor, com o emprego.

## **5. Conclusão**

É possível concordar com Dourado (2001) quando este afirma que nos anos 90 as reformas educacionais favoreceram a transfiguração da atuação estatal no sentido da manutenção da prevalência privatista do estado brasileiro, pelo surgimento e aumento de novas facetas de intermediação entre as esferas pública e privada, fazendo surgir organizações com natureza e caráter ambíguos, como as fundações e as organizações sociais constitutivas das reformas do Estado em curso, “além de outras modalidades de interpenetração entre essas

esferas, em sintonia com os organismos multilaterais, destacando-se o Banco Mundial” (DOURADO, 2001: 292).

Entender as relações entre Estado e Sociedade, numa lógica neoliberal se torna preponderante para o presente estudo, haja vista, que é sob este modelo de Estado que a idéia de Terceiro Setor surge, para cumprir funções com um novo patamar de acumulação de capital, como afirma Teófilo:

importa destacar ainda que as parcerias materializadas pelo Terceiro Setor correspondem a uma nova lógica societal, de articulação entre Estado e capital, de reconfiguração das funções do Estado, as quais vão se materializar em estratégias de privatização, focalização, descentralização, despolitização, em última análise, a refilantropização da questão social que tem caracterizado a política pública de cunho neoliberal (TEÓFILO, 2004: 20).

## CAPÍTULO II – CARACTERIZANDO O TERCEIRO SETOR

### 1. Introdução

O presente texto tem como finalidade responder algumas questões que se impõem no debate sobre a temática do Terceiro Setor. Pretende-se definir o termo, localizar a origem e o contexto histórico, a funcionalidade, debilidades, pressupostos, promessas e marco legal do tema, bem como analisar a sua relação com o campo social.

As contribuições de Montaña têm centralidade<sup>14</sup>, pois este percorre um caminho oposto da maioria dos autores do "Terceiro Setor", ao utilizar como ponto de partida o “processo de reestruturação do capital pós-1970, orientado segundo os princípios neoliberais - e para a América Latina a partir dos ditames do chamado Consenso de Washington”. (MONTAÑO, 2005:16). Haja vista que foi esse o contexto histórico da origem dessa categoria genérica de Terceiro Setor – reestruturação capitalista, em um modelo neoliberal de Estado.

### 2. O Terceiro Setor e a origem do termo

A origem do termo remota ao final da década de 1970, precisamente em 1978, por John D. Rockefeller III<sup>15</sup>, um dos mais destacados capitalistas americanos que herdou da família instituições de caráter cultural, em torno da fundação que mantém, até hoje, seu sobrenome.<sup>16</sup> Portanto, nascido nos Estados Unidos, não é um termo neutro, inserido num

---

<sup>14</sup> Outros autores também têm contribuído com o tema, em destaque, como, por exemplo, Maria da Glória Gonh e Chico de Oliveira.

<sup>15</sup> Montaña cita a própria fala do Rockefeller: “.. desenvolvermos, no decorrer de mais de dois séculos de nossa existência, um notável sistema de três setores (*three sector system*). Dois setores são instantaneamente reconhecíveis para todos: o mercado e o governo. Mas o terceiro é tão negligenciado e tão pouco compreendido, que fico tentado a chamá-lo de ‘setor invisível’. O Terceiro Setor é o setor privado sem fins lucrativos. Inclui dezenas de milhares de instituições absolutamente indispensáveis à vida da comunidade, através da nação – igreja, hospitais, museus, bibliotecas, universidades e escolas privadas, grupos de teatro, orquestras sinfônicas, e organizações de assistência social de vários tipos. Todas elas dependem, para sua sobrevivência, de contribuições voluntárias de tempo e dinheiro por parte dos cidadãos (apud LANDIM apud MONTAÑO: 53)

<sup>16</sup> Ver em: <http://www.eca.usp.br/alaic/bertani.htm>. e [http://resistir.info/franca/guerra\\_fria\\_cultural.html](http://resistir.info/franca/guerra_fria_cultural.html)

“contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal” (LANDIM apud MONTAÑO, 2005: 53).

Montaño (2005) segue afirmando que além da nacionalidade “o termo também tem procedência (e funcionalidade com os interesses) de classe.” Entra no Brasil por um funcionário da Fundação Roberto Marinho (IOSCHPE apud MONTAÑO: 53). “O conceito ‘Terceiro Setor’ foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia.” (MONTAÑO, 2005: 53)

Portanto, a construção do tema acontece por meio de um recorte do social em esferas: o primeiro setor pertencente ao Estado, o segundo setor ao mercado e o terceiro à sociedade civil. “Como se o ‘político’ pertencesse à esfera estatal, o ‘econômico’ ao âmbito do mercado e o ‘social’ remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista.” (Idem).

Seguindo análise de Montaño, a falta de rigor teórico do termo “Terceiro Setor” conduz a quatro debilidades presentes nas leituras dominantes. O primeiro problema está situado na origem do termo, como surgiu, supostamente, da necessidade de superação da dualidade público/privado e da equiparação público/estatal, nesse caso seria mesmo “Terceiro Setor”, depois do Estado e mercado, respectivamente primeiro e segundo. Porém, ao considerar o “Terceiro Setor” como a sociedade civil, historicamente este deveria aparecer como o “primeiro”. Pois a sociedade civil teria primazia, como produtora de suas instituições, Estado e mercado.

Portanto, a questão que ora se apresenta: se o termo apareceu na passagem da década de 1970 para 1980, cunhado por representantes do capital para resolver o dilema público e privado, ou teria data anterior, nas décadas de 1960 e 1970, com o auge dos chamados “novos movimentos sociais” e das “organizações não-governamentais”? Seria uma categoria mais próxima do surgimento das instituições de caridade e beneficência, surgidas nos séculos XV a XIX. Ou ainda, sua existência remota a própria formação da sociedade? (Idem: 54)

No Brasil, o conceito é introduzido no III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, na cidade do Rio de Janeiro, em 1996, pelo Gife (Grupo de Estudos Fundações e Empresas), curioso, é que esse evento é continuidade do primeiro e segundo Encontro Ibero-Americanos de Filantropia, organizados na Espanha e México, respectivamente.

(MONTAÑO, 2005:55) A quarta edição desse evento foi realizada na Argentina em 1998, onde foram definidas como organizações do Terceiro Setor aquelas “privadas, não-governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas, de associação voluntária”. (MONTAÑO, apud ACOTTO e MANZUR, 2000)

### 3. Debilidades e Definições do Terceiro Setor

Além do problema que cerca a dificuldade de identificação da origem do termo, anteriormente assinalada, Montaña (2005) identifica outras três debilidades relacionadas ao Terceiro Setor. Para ele, a segunda debilidade do termo se refere à falta de consenso entre os autores, quanto à caracterização das entidades que comporiam esse setor. Pois:

para alguns incluem-se as organizações formais (cf. Salamon, apud Fernandes, 1994:19); para outros, contam até as atividades informais, individuais, ad hoc (Fernandes, 1994:26 e 109); para outros as fundações empresariais seriam excluídas (Flasco, apud Acotto e Manzur, 2000); em outros casos, os sindicatos, os movimentos políticos insurgentes, as seitas etc., ora são considerados pertencentes, ora são excluídos do conceito. (MONTAÑO, 2005: 55 e 56)

Fernandes (1994) demonstra claramente que Terceiro Setor seria composto apenas por manifestações pacíficas, portanto organizações como Movimento dos Sem-Terra (MST), as lutas civis, étnicas e raciais não entrariam no conceito do Terceiro Setor. “Contudo, não sendo estas atividades pertencentes ao primeiro setor, o Estado, menos ainda ao segundo setor, o Mercado, deveriam também ser considerados Terceiro Setor.” (Idem: 56)

A terceira debilidade está na confusão de ter no setor diversos sujeitos com aparentes igualdades nas atividades, porém com interesses, espaços e significados sociais diversos, contrários e até contraditórios. Um dos exemplos, citados por Montaña (2005:56), é a junção do *Green Peace* (defesa do meio-ambiente com táticas radicais), FIESP<sup>17</sup>, Creches Comunitárias (conquistas dos moradores), caridade individual, movimento pelas “Diretas Já” e atividades ‘sociais’ de um vereador”.

---

<sup>17</sup> Federação das Indústrias de São Paulo

A última debilidade teórica se refere ao caráter não-governamental, autogovernado e não-lucrativo do setor, “características estabelecidas no IV Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor e por diversos autores.” (MONTAÑO, 2005:57). No caso, das organizações não-governamentais (ONG’s) que, segundo o autor supracitado, hoje são basicamente financiadas por entidades, muitas vezes governamentais, por meio de parcerias<sup>18</sup>, ou são contratadas de forma terceirizada, pelo próprio Estado, para exercerem funções que caberiam a ele. Sendo assim, ficam duvidosas as características de não-governabilidade e autogovernabilidade, tendo em vista a forte tendência de estarem ligadas à política de governo. E como a sobrevivência dos projetos, a abrangência e prioridades estão condicionadas aos agentes financiadores, notadamente o próprio governo, evidenciando que não possuem a autonomia que pretendem.

Também em relação às ONG’s, o caráter não lucrativo pode ser questionável, pois pesquisas têm demonstrado que parte dos recursos repassados pelo Estado acabam custeando as despesas de operacionalização, não chegando aos destinatários, nisto pode-se considerar os salários pagos aos altos funcionários de algumas organizações, chamadas de ‘pilantrópicas’. (MONTAÑO, 2005: 58).

Quanto a “não-lucratividade” dessas entidades, nota-se que as organizações sem fins lucrativos (OSFL) envolvem diversos tipos organizativos. Como exemplo, as fundações - “braços assistenciais de empresas” (Roberto Marinho, Bradesco, Bill Gates), (Idem, 2005: 58) que não podem negar o interesse econômico na realização de ações em prol do social, que pode ser por meio da isenção de impostos, melhoria da imagem dos seus produtos ou como propaganda das atividades que exercem. Desta forma, mesmo que indiretamente têm um fim lucrativo.

Mesmo considerando o termo carente de rigor teórico e desarticulador do social, sem consenso acerca da origem, composição e características, não é possível negar sua existência. Montañó (2005) considera a participação da sociedade civil em atividades antes realizadas pelo Estado um fenômeno real, que precisa ser analisado criticamente, não apenas setorizando a realidade social. A sociedade civil não deve ser entendida como “autonomizada do Estado e do mercado e desarticulada do processo histórico de reforma do capital”. (Idem: 183)

---

<sup>18</sup> Para Montañó, parceria seria o “repasso de verbas e fundos públicos no âmbito do Estado para instâncias privadas, (...) verdadeira transferência de recursos públicos para setores privados não ocorre sem uma clara utilidade política governamental.” (MONTAÑO: 2005: 146).

Os autores que analisam o Terceiro Setor, segundo Montaña (2005), o caracterizam como:

a) organizações não-lucrativas e não-governamentais - ONG's, movimentos sociais, organizações e associações comunitárias; b) instituições de caridade, religiosas; c) atividades filantrópicas - fundações empresariais, filantropia empresarial, empresa cidadã, que teriam descoberto a importância da atividade social; d) ações solidárias – consciência solidária, de ajuda mútua e de ajuda ao próximo; e) ações voluntárias; e f) atividades pontuais e informais (MONTAÑO, 2005: 182).

A conceituação mais encontrada seria: organizações e/ou ações da “sociedade civil”, não-estatais e não-mercantis (Idem).

Com a finalidade de definir o termo de forma mais profunda, Montaña (2005) destaca algumas características comuns ao fenômeno presente nos textos sobre Terceiro Setor: “1. atividades públicas desenvolvidas por particulares; (...) 2. função social de resposta às necessidades sociais; (...) 3. valores de solidariedade local, auto-ajuda e ajuda mútua” (MONTAÑO, 2005: 183-184)

Partindo dessas características o autor, define o termo:

na verdade, no lugar deste termo, o fenômeno deve ser interpretado como ações que expressam funções a partir de valores. Ou seja, as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as funções de resposta às demandas sociais (antes de responsabilidade fundamentalmente do Estado), a partir de valores de solidariedade local, auto-ajuda e ajuda mútua (substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços) (MONTAÑO, 2005:184)

Com isso o termo Terceiro Setor, serve para fazer referência a uma função social das organizações da sociedade civil, não apenas a organizações em determinado setor, mas o que deve ser considerado nesse conceito são as modalidades, fundamentos e responsabilidades inerentes à intervenção e respostas para a “questão social”.

Contudo, mesmo com a falta de consenso quanto ao termo e a sua origem, pois o debate sobre Terceiro Setor possui uma ampla gama de autores de diversas correntes ideológicas e partidárias, “cada um partindo de análises sociais diferentes, valendo-se de um marco referencial teórico distinto e procurando objetivos diversos, concordam em aspectos substantivos nas suas considerações sobre o chamado ‘Terceiro Setor’”. (Idem: 59)

Em linhas gerais o autor divide essa diversidade entre duas tendências: “regressiva e outra (suposta) intenção progressiva”, e escolhe clássicos porque não há novidade nesse debate, “à sua fundamentação, explícita ou não, nos clássicos do liberalismo conservador (Tocqueville) e do neoliberalismo (Hayek) e nos críticos da sociedade do trabalho (Habermas);”. Mas também usa outro autor não clássico - Rosanvallon – pois o mesmo é muito presente no debate dos teóricos sobre o Terceiro Setor.” (Idem: 59).

Considerando a dificuldade de definição conceitual do que venha a ser Terceiro Setor, baseada no autor supracitado, a presente pesquisa adotou como definição do termo: ações, partindo de valores de solidariedade local, auto-ajuda e ajuda mútua, desenvolvidas por organizações da sociedade civil com função de substituição das responsabilidades do Estado no trato – especificamente nesse estudo – a políticas, a programas e/ou projetos educacionais.

#### **4. Pressupostos e Promessas**

Com base na bibliografia dominante do “Terceiro Setor”, Montañó define “pressupostos e promessas relativamente consensuais entre quem entende que a saída da crise está no reforço deste ‘setor’” (Idem: 134) São dez pressupostos:

- (1) separação e autonomização entre Estado, mercado e ‘sociedade civil’ (transmutada em ‘Terceiro Setor’);
- (2) A confusão entre o público e o privado;
- (3) A freqüente equiparação entre ‘Estado’ e ‘governo’;
- (4) A freqüente identificação entre ONG com Movimento Social;
- (5) Um projeto (resignado) dentro da ordem (naturalizada e perpetuada) do capital: a ideologia do possibilismo;
- (6) O projeto: um novo “contrato social”;
- (7) Dos movimentos contra o Estado para as “parcerias” com o Estado;
- (8) A ‘complexa’ e heterogênea multipolarização supraclassista da ‘nova questão social’;
- (9) A despolitização do ‘Terceiro Setor’;
- (10) As teses da sociedade da escassez e da crise fiscal do Estado (MONTAÑO, 2005: 134-51).

Em virtude do objeto da presente pesquisa, vale explicitar melhor as idéias do autor supracitado no que se refere ao pressuposto sobre a confusão entre público e privado. Terceiro

Setor, na leitura hegemônica do tema, representa “a superação da bipolarização liberal entre Estado e mercado, entre público e privado.” Porém, o que acaba por acontecer é uma segmentação tripartite da realidade social. Mantendo-se dessa forma a polarização entre público e privado. A confusão está em torno dessa suposição de que ao Estado, autônomo, isolado como segundo setor caberia o público (política formal e certa atividade social), ao mercado, também estanque como o segundo setor, caberia as atividades econômicas, as relações privadas. Portanto, apenas ao Terceiro Setor caberia a função de articular o público e privado.

Montaño exemplifica essa confusão com um quadro presente na obra de Fernandes (1994), também muito utilizado por outros autores. Nota-se até que a corrupção foi devidamente setorizada. (MONTAÑO, 2005).

<i>AGENTES</i>		<i>FINS</i>	<i>SETOR</i>
<i>privados</i>	<i>para</i>	<i>privados</i>	= <i>Mercado</i>
<i>públicos</i>	<i>para</i>	<i>públicos</i>	= <i>Estado</i>
<i>privados</i>	<i>para</i>	<i>públicos</i>	= <i>Terceiro Setor</i>
<i>públicos</i>	<i>para</i>	<i>privados</i>	= <i>(corrupção)</i>

(Fernandes, 1994: 21)

Com base nas contribuições de Montaño, a presente pesquisa se utilizou de outro enfoque, tal seja a análise do público e privado, que foi feita por base na origem, finalidade e atividade de cada organização localizada.

O autor já citado, também destacou sete promessas, que ele denomina como um “canto de sereia que nos seduz e nos chama irreflexivamente para as obscuras profundezas do mar” (p. 152). Isto é:

o “‘Terceiro Setor’: (1) reforçaria a sociedade civil; (2) diminuiria o poder estatal; (3) criaria um espaço “alternativo” de produção/consumo de bens e serviços; (4) propiciaria o desenvolvimento democrático; (5) estimularia laços de solidariedade local e voluntária; (6) compensaria as políticas sociais abandonadas pelo Estado; (7) constituiria fonte de emprego alternativo” (Idem: 152-177)

Bueno e Kassar (2005) contribuem com a descrição da legislação das organizações componentes do terceiro setor. Antes, apenas duas leis expressavam as relações com as entidades privadas e o Estado: 1) Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, ainda com validade, que instituiu a Declaração de Utilidade Pública Federal; 2) o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, no qual as entidades sem fins lucrativos passam a representar juridicamente como associações ou fundações.

Depois, à época do Constituição, três novas leis foram criadas com a clara intenção de estimular e fortalecer a sociedade civil. A primeira, conhecida como Lei das Organizações Sociais - nº 9.637, de 15 de março de 1998 - cria organizações sem fins lucrativos ligadas ao governo. Diferentes das fundações e autarquias que são administradas por representantes da Sociedade Civil e governo. Para prestar serviços estabelecem um contrato de gestão, ficando aptas a receber imóveis, móveis, funcionários e são isentas de impostos, com exceção da contribuição patronal da previdência social. Devem atuar em áreas estratégicas como ensino, pesquisa, tecnologia, meio ambiente, cultura e saúde. Importante salientar que as OS não têm precisam de licitação para compra de materiais nem de concursos públicos para contratação de pessoal, como é exigência nas instituições públicas. Acarretando, assim, flexibilidade, eficiência e rapidez nas ações, pois desta forma, necessitam de menos burocracia para sua gestão.(BUENO E KASSAR, 2005).

A segunda, Lei 9.732, promulgada em dezembro de 1998, conhecida como Lei da Filantropia, teve a pretensão de delimitar as entidades filantrópicas. Com esta lei, passou-se a exigir o Certificado de Filantropia a fim de obter imunidade de impostos e isenções de contribuições, especialmente, da cota patronal da previdência social. A certificação tem como pré-requisitos a Declaração de Utilidade Pública Federal, o registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e no Conselho Municipal de Assistência Social<sup>19</sup> (CMAS). A principal intenção dessa lei era dificultar o acesso aos benefícios àquelas entidades que não se enquadram como filantrópicas. A proposta inicial era que fossem concedidos os certificados apenas para a área de assistência social, mas devido a uma grande pressão de representantes das áreas de saúde e educação – grandes mantenedoras - também passou a beneficiar as organizações destas duas áreas. Somente com o Decreto-Lei nº 4.588, de 7 de fevereiro de 2003, pode ser retirado os benefícios dessas entidades, ficando somente as entidades

---

<sup>19</sup> No caso do Distrito Federal é o Conselho de Assistência Social – CAS-DF

filantrópicas que atuam na área de assistência social com as isenções e imunidades fiscais, diante do pré-requisito da gratuidade dos atendimentos. (Idem)

A terceira e última lei criada para fortalecer as ações da Sociedade Civil, foi a Lei Federal nº 9.790/99, promulgada em março de 1999, que cria a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP. O termo Parceria se constitui como um instrumento legal de cooperação firmado entre as partes, governo e organização, que pode ou não ser renovado de acordo com os resultados alcançados. Destaca-se, dois requisitos, necessários para uma organização ser qualificada como OSCIP: uma declaração de todos os diretores afirmando que não são militantes nem têm interesses político-partidários; o segundo refere-se ao diretor administrativo que, seguindo a lógica de mercado, exige competência e profissionalismo e prevê a possibilidade de remuneração. (BUENO apud SANCHES, 2005). Vale destacar que a lei define que tal diretor não pode ser funcionário público.

Para o registro de uma OSCIP, são estabelecidos critérios que estão descritos na lei citada anteriormente. Em seu Artigo 3º esta define que a qualificação será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

I - promoção da assistência social; II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; III - promoção gratuita da educação, [...]; IV - promoção gratuita da saúde, [...]; V - promoção da segurança alimentar e nutricional; VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; VII - promoção do voluntariado; VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.<sup>20</sup>

Em seu artigo 2º a lei define as circunstâncias em que uma organização não pode ser qualificada como OSCIP. O artigo inclui: as sociedades comerciais; os sindicatos, as

---

<sup>20</sup>Lei Federal nº 9.790/99. Disponível em [http://www.mj.gov.br/snj/oscip/legislacao/lei9790\\_99\\_3.pdf](http://www.mj.gov.br/snj/oscip/legislacao/lei9790_99_3.pdf), acessado em 14 de julho de 2007, às 10 horas.

associações de classe ou de representação de categoria profissional; as instituições religiosas; as organizações partidárias e assemelhadas; as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios; as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados; as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras; as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras; as organizações sociais; as cooperativas; as fundações públicas; as fundações, as sociedades civis ou as associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas; as organizações que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional.

Diante do exposto, nota-se que a regulamentação para o funcionamento de uma OSCIP parece ser criteriosa em relação aos fins a que se destina esse tipo de organização. Entretanto, o que parece estar posto na realidade brasileira é o que Montañó (2005) afirma ser o canto da sereia. Em nome do trabalho sem fins lucrativos, que reforçaria os laços de solidariedade e que compensaria as políticas sociais abandonadas pelo Estado, muitas entidades se inscrevem para ser qualificadas como OSCIP's e na verdade, visam lucro, uso do dinheiro público para interesses particulares e a cooptação de grande parte da população que acredita nos serviços sociais. Muitas vezes, os serviços são de fato prestados, porém, são usados para promoverem o personalismo dos dirigentes das instituições que advogam interesses privados.

Uma demonstração de que os interesses de atuar em uma OSCIP não é apenas a solidariedade é o elevado número de entidades com essa classificação registradas no Cadastro Central de Empresas. Em nome do trabalho sem fins lucrativos, muitas empresas, claramente com fins particulares e mercadológicos, são registradas como se fossem filantrópicas, já que as definições legais geralmente deixam lacunas que favorecem tais práticas.

## **5. Relações do Terceiro Setor com o campo social**

Os dados do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE do IBGE revelam que em 2002 existiam, no País, 500 mil entidades privadas sem fins lucrativos. No entanto, integra este universo um conjunto de organizações que desenvolvem atividades: 1. Que são essencialmente de cunho mercantil (entidades de mediação e arbitragem); 2. Que são reguladas pelos governos (caixas escolares e similares, cemitérios, cartórios, conselhos,

consórcios e fundos municipais); e 3. Que são gerenciadas e financiadas a partir de um arcabouço jurídico específico, não sendo, portanto, facultada livremente a qualquer organização o desempenho dessas atividades (partidos políticos, sindicatos, entidades do Sistema “S”).

A seguir, resumem-se os principais resultados alcançados no estudo supracitado<sup>21</sup>:

As 276 mil FASFIL representam 5% do total de organizações (públicas, privadas lucrativas e privadas não-lucrativas) formalmente cadastradas no País. A maior parte das FASFIL encontra-se no Sudeste (44%), onde São Paulo e Minas Gerais reúnem um terço delas. O Sul (23%) e o Nordeste (22%) abrigam, respectivamente, cerca de um quinto das organizações. O Centro-Oeste com 7% e o Norte, com 4%. Como segue a tabela abaixo:

**Tabela 1 - Distribuição das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e da população total, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2002**

Grandes Regiões	Distribuição			
	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		População Total	
	Absoluta	Relativa %	Absoluta	Relativa %
Brasil	275.895	100,00	176.391.014	100,00
Norte	11.715	4,25	13.724.235	7,78
Nordeste	61.295	22,22	49.246.420	27,92
Sudeste	121.175	43,92	75.187.605	42,63
Sul	63.562	23,04	25.962.162	14,72
Centro Oeste	18.148	6,58	12.270.592	6,96

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002; Projeção da população do Brasil por sexo e idade pra o período 1980. Revisão 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em <[http://www2.ibge.gov.br/pub/Estimativas\\_Projecoes\\_Populacao/Revisao\\_2004\\_Projecoes\\_1980\\_2060](http://www2.ibge.gov.br/pub/Estimativas_Projecoes_Populacao/Revisao_2004_Projecoes_1980_2060)>. Acesso em: out.2004

<sup>21</sup> Tais resultados foram identificados na pesquisa realizada pelo IBGE/IPEA. Estudos e Pesquisas, volume 4: As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil. 2ª Edição, 2004. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/fasfil.pdf>, acessado em 14 de julho de 2007, às 14 horas.

Na tabela 2 percebe-se que no geral, as FASFIL são relativamente novas, pois cerca de dois terços delas (62%) foram criadas a partir da década de 1990. A cada década se acelera o ritmo de crescimento das FASFIL: as que nasceram nos anos de 1980 são 88% mais numerosas do que aquelas que surgiram nos anos de 1970; esse percentual é de 124% para as que foram criadas na década de 1990 em relação à década anterior.

**Tabela 2 - Distribuição das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e do pessoal ocupado assalariado, segundo a data de criação - Brasil - 2002**

Data de criação	Distribuição			
	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		Pessoal Ocupado assalariado	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
<b>Total</b>	<b>275.895</b>	<b>100,00</b>	<b>1.541.290</b>	<b>100,00</b>
Até 1970	10.998	3,99	523.520	33,97
De 1971 a 1980	32.858	11,91	387.765	25,16
De 1981 a 1990	61.970	22,46	261.887	16,99
De 1991 a 2000	139.187	50,45	327.783	21,27
De 2001 a 2002	30.882	11,19	40.335	2,62

Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002.

As FASFIL são, em sua grande maioria, pequenas organizações (tabela 3): 77% delas não possuem qualquer empregado e somente 7% conta com 10 ou mais assalariados. No entanto, observa-se uma elevada concentração da mão-de-obra em poucas organizações na medida em que somente 1% das FASFIL – as que possuem 100 ou mais empregados – reúnem 61% do total das pessoas ocupadas. Em outras palavras, 2,5 mil entidades absorvem quase um milhão de trabalhadores, o que corresponde a 5,5% dos empregados de todas as organizações formalmente registradas no País. A maior parte desses trabalhadores encontra-se no Sudeste (56%). E mais: somente os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro reúnem 54% desses assalariados. Outros 20% estão no Sul e, 14%, no Nordeste. A Região Centro-Oeste abriga 7% dos empregados das FASFIL e, o Norte, 3%.

**Tabela 3 - Distribuição das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e do pessoal ocupado assalariado, segundo porte - Brasil 2002**

Porte (faixas de pessoal ocupado assalariado)	Distribuição			
	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		Pessoal Ocupado assalariado	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
<b>Total</b>	<b>275.895</b>	<b>100,00</b>	<b>1.541.290</b>	<b>100,00</b>
0	212.165	76,90	-	-
De 1 a 2	25.825	9,36	34.704	2,25
De 3 a 4	9.241	3,35	64.805	4,20
De 5 a 9	9.782	3,55	293.938	19,07
De 10 a 49	13.774	4,99	173.243	11,24
De 50 a 99	2.495	0,90	441.406	28,64
De 100 a 499	2.198	0,80	501.673	32,55
500 e mais	415	0,15		

Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002.

Pouco mais de um quarto das FASFIL (26%) dedicam-se diretamente a atividades confessionais e, portanto, está agrupado no campo da religião. De acordo com o relatório a influência da religião no âmbito dessas entidades é bem mais ampla apesar de não ser possível dimensioná-la com exatidão. Isto porque as instituições de origem religiosa, mas que desenvolvem simultaneamente outras atividades (ensino, cuidados com grupos socialmente vulneráveis, saúde) não foram consideradas como religiosas e estão classificadas em função das ações que desenvolvem (saúde, educação ou assistência social).

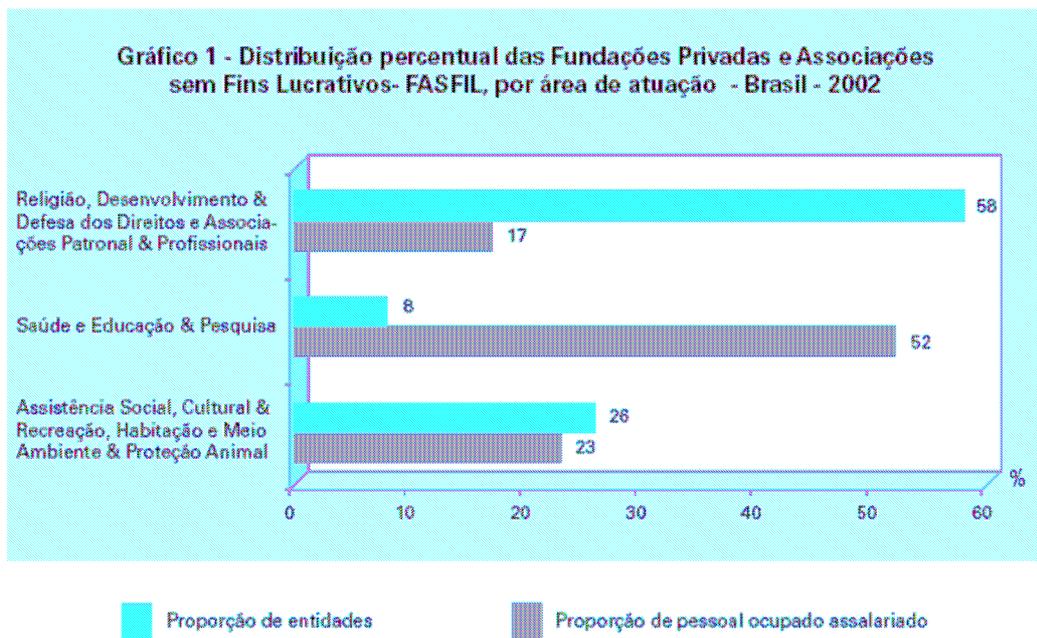
Os próximos grupos mais numerosos são os integrados pelas organizações de desenvolvimento e defesa de direitos (16%) e as patronais e profissionais (16%). O quarto lugar é ocupado pelas instituições que realizam atividades culturais e recreativas (14%) seguidas daquelas que prestam serviços de assistência social (12%). As instituições que desenvolvem as demais atividades agregam, respectivamente, menos de 10% do total: educação (6%), saúde (1%), meio ambiente e habitação (menos de 1%).

**Tabela 4 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, total e percentual, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2002**

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		
	Total	Percentual em relação (%)	
		Ao total	Ao grupo
Total	275.895	100,00	-
<b>Habitação</b>	<b>322</b>	<b>0,12</b>	<b>100,00</b>
<b>Saúde</b>	<b>3.798</b>	<b>1,38</b>	<b>100,00</b>
Hospitais	2.009	0,73	52,90
Outros Serviços de saúde	1.789	0,65	47,10
<b>Cultura e recreação</b>	<b>37.539</b>	<b>13,61</b>	<b>100,00</b>
Cultura e arte	10.645	3,86	28,36
Esportes e recreação	26.894	9,75	71,64
<b>Educação e Pesquisa</b>	<b>17.493</b>	<b>6,34</b>	<b>100,00</b>
Educação infantil	2.801	1,02	16,01
Ensino fundamental	7.968	2,89	45,55
Ensino médio	1.322	0,48	7,56
Educação superior	1.656	0,60	9,47
Estudos e pesquisas	1.817	0,66	10,39
Educação profissional	244	0,09	1,39
Outras formas de educação/ensino	1.685	0,61	9,63
<b>Assistência Social</b>	<b>32.249</b>	<b>11,69</b>	<b>100,00</b>
<b>Religião</b>	<b>70.446</b>	<b>25,53</b>	<b>100,00</b>
<b>Associações patronais e profissionais</b>	<b>44.581</b>	<b>16,16</b>	<b>100,00</b>
Associações empresariais e patronais	3.533	1,28	7,92
Associações profissionais	16.151	5,85	36,23
Associações de produtores rurais	24.897	9,02	55,85
<b>Meio ambiente e proteção animal</b>	<b>1.591</b>	<b>0,58</b>	<b>100,00</b>
<b>Desenvolvimento e defesa de direitos</b>	<b>45.161</b>	<b>16,37</b>	<b>100,00</b>
Associação de moradores	14.568	5,28	32,26
Centros e associações comunitárias	23.149	8,39	51,26
Desenvolvimento rural	1.031	0,37	2,28
Emprego e treinamento	388	0,14	0,86
Defesa de direitos de grupos e minorias	4.662	1,69	10,32
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	1.363	0,49	3,02
<b>Outras fundações privadas e associações sem fins lucrativos não especificadas anteriormente</b>	<b>22.715</b>	<b>8,23</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002.

É possível observar no gráfico 1 e na tabela 5, que é nas áreas de saúde e de educação que se concentra o maior número de assalariados: apesar de as entidades dessas áreas serem relativamente pouco numerosas, somente 8%, elas empregam mais da metade dos trabalhadores das FASFIL (52%). Observa-se que grande parte dos trabalhadores são empregados em atividades, tais como atendimento hospitalar, educação fundamental e ensino superior. Segundo o relatório, isto se deve à complexidade dos serviços e à abrangência do atendimento. A assistência social emprega 227 mil trabalhadores, o que corresponde a 15% do total de trabalhadores das FASFIL. As organizações culturais e recreativas, religiosas, patronais e profissionais, de desenvolvimento e defesa de direitos, de meio ambiente e de habitação são numerosas, porém de pequeno porte: essas entidades representam três quartos (72%) do total, no entanto, empregam apenas um quarto dos empregados do setor.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002.

**Tabela 5 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e do pessoal ocupado assalariado, total e percentual, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2002**

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos			Pessoal ocupado assalariado		
	Total	Percentual em relação (%)		Total	Percentual em relação (%)	
		Ao total	Ao grupo		Ao total	Ao grupo
<b>Total</b>	<b>275.895</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>1.541.290</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>
<b>Habitação</b>	<b>322</b>	<b>0,12</b>	<b>100,00</b>	<b>187</b>	<b>0,01</b>	<b>100,00</b>
<b>Saúde</b>	<b>3.798</b>	<b>1,38</b>	<b>100,00</b>	<b>351.890</b>	<b>22,83</b>	<b>100,00</b>
Hospitais	2.009	0,73	52,90	308.811	20,04	87,76
Outros Serviços de saúde	1.789	0,65	47,10	43.079	2,79	12,24
<b>Cultura e recreação</b>	<b>37.539</b>	<b>13,61</b>	<b>100,00</b>	<b>119.692</b>	<b>7,77</b>	<b>100,00</b>
Cultura e arte	10.645	3,86	28,36	31.670	2,05	26,46
Esportes e recreação	26.894	9,75	71,64	88.022	5,71	73,54
<b>Educação e Pesquisa</b>	<b>17.493</b>	<b>6,34</b>	<b>100,00</b>	<b>446.965</b>	<b>29,00</b>	<b>100,00</b>
Educação infantil	2.801	1,02	16,01	20.192	1,31	4,52
Ensino fundamental	7.968	2,89	45,55	93.997	6,10	21,03
Ensino médio	1.322	0,48	7,56	62.079	4,03	13,89
Educação superior	1.656	0,60	9,47	200.994	13,04	44,97
Estudos e pesquisas	1.817	0,66	10,39	21.126	1,37	4,73
Educação profissional	244	0,09	1,39	11.921	0,77	2,67
Outras formas de educação/ensino	1.685	0,61	9,63	36.656	2,38	8,20
<b>Assistência Social</b>	<b>32.249</b>	<b>11,69</b>	<b>100,00</b>	<b>226.510</b>	<b>14,70</b>	<b>100,00</b>
<b>Religião</b>	<b>70.446</b>	<b>25,53</b>	<b>100,00</b>	<b>101.513</b>	<b>6,59</b>	<b>100,00</b>
<b>Associações patronais e profissionais</b>	<b>44.581</b>	<b>16,16</b>	<b>100,00</b>	<b>84.402</b>	<b>5,48</b>	<b>100,00</b>
Associações empresariais e patronais	3.533	1,28	7,92	13.290	0,86	15,75
Associações profissionais	16.151	5,85	36,23	61.063	3,96	72,35
Associações de produtores rurais	24.897	9,02	55,85	10.049	0,65	11,91
<b>Meio ambiente e proteção animal</b>	<b>1.591</b>	<b>0,58</b>	<b>100,00</b>	<b>3.006</b>	<b>0,20</b>	<b>100,00</b>
<b>Desenvolvimento e defesa de direitos</b>	<b>45.161</b>	<b>16,37</b>	<b>100,00</b>	<b>68.972</b>	<b>4,47</b>	<b>100,00</b>
Associação de moradores	14.568	5,28	32,26	9.986	0,65	14,48
Centros e associações comunitárias	23.149	8,39	51,26	24.922	1,62	36,13
Desenvolvimento rural	1.031	0,37	2,28	1.510	0,10	2,19
Emprego e treinamento	388	0,14	0,86	2.330	0,15	3,38
Defesa de direitos de grupos e minorias	4.662	1,69	10,32	14.911	0,97	21,62
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	1.363	0,49	3,02	15.313	0,99	22,20
<b>Outras fundações privadas e associações sem fins lucrativos não especificadas anteriormente</b>	<b>22.715</b>	<b>8,23</b>	<b>100,00</b>	<b>138.153</b>	<b>8,96</b>	<b>100,00</b>

---

Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002.

Observam-se na tabela 6, diferenças nas remunerações. Em média, os trabalhadores da área de educação são os mais bem pagos: 6,0 salários mínimos por mês. Este valor é três vezes superior ao observado para a área de habitação (2,1 salários mínimos) e duas vezes maior do que o verificado nas áreas de religião e assistência social (2,9 e 2,8 salários mínimos, respectivamente). Os assalariados da área de meio ambiente também percebem, em média, uma renda mensal superior aos demais grupos: 5,2 salários mínimos por mês. As remunerações das demais áreas oscilam entre 4,0 salários mínimos (associações patronais e profissionais) e 4,4 salários mínimos (cultura e recreação).

Em conformidade com o referido relatório, foi expressivo o crescimento das FASFIL, especialmente na última década. Por exemplo, entre os anos de 1996 e 2002, o número destas entidades mais do que dobrou, passando, neste período, de 105 mil para 276 mil – o que correspondeu a um aumento de 157%. Essa variação foi bem maior do que a observada para o conjunto de organizações (públicas, privadas lucrativas e privadas não-lucrativas) formalmente registradas no País: 66%. Apesar de este crescimento ter sido verificado em todas as áreas de atuação, merecem destaque meio ambiente e desenvolvimento e defesa de direitos que quadruplicaram o número de entidades (309% e 303%, respectivamente), e as associações patronais e profissionais que mais do que triplicaram (252%). No mesmo período, o número de pessoas ocupadas nas FASFIL aumentou em 500 mil: totalizaram um milhão de trabalhadores, em 1996, e passaram para 1,5 milhão, em 2002. Note-se, contudo, que o crescimento dos empregados (48%) foi, proporcionalmente, bem menor que o do número de entidades (157%). Dessa combinação, resultou uma queda generalizada do tamanho das entidades.

**Tabela 6 - Pessoal ocupado assalariado e salários das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2002**

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos			
	Pessoal Ocupado assalariado	Salários e outras remunerações (1 000,00 R\$ correntes)	Salário médio mensal (1,00 R\$ corrente)	Salário médio mensal (salário mínimo) (1)
<b>Total</b>	<b>1.541.290</b>	<b>17.449.545</b>	<b>871</b>	<b>4,5</b>
<b>Habitação</b>	<b>187</b>	<b>976</b>	<b>401</b>	<b>2,1</b>
<b>Saúde</b>	<b>351.890</b>	<b>3.757.399</b>	<b>821</b>	<b>4,2</b>
Hospitais	308.811	3.273.157	815	4,2
Outros Serviços de saúde	43.079	484.242	865	4,4
<b>Cultura e recreação</b>	<b>119.692</b>	<b>1.346.248</b>	<b>865</b>	<b>4,4</b>
Cultura e arte	31.670	561.776	1.364	7,0
Esportes e recreação	88.022	784.472	686	3,5
<b>Educação e Pesquisa</b>	<b>446.965</b>	<b>6.786.616</b>	<b>1.168</b>	<b>6,0</b>
Educação infantil	20.192	115.821	441	2,3
Ensino fundamental	93.997	1.044.436	855	4,4
Ensino médio	62.079	772.625	957	4,9
Educação superior	200.994	3.872.526	1.482	7,6
Estudos e pesquisas	21.126	290.350	1.057	5,4
Educação profissional	11.921	103.998	671	3,4
Outras formas de educação/ensino	36.656	586.860	1.232	6,3
<b>Assistência Social</b>	<b>226.510</b>	<b>1.614.589</b>	<b>548</b>	<b>2,8</b>
<b>Religião</b>	<b>101.513</b>	<b>736.260</b>	<b>558</b>	<b>2,9</b>
<b>Associações patronais e profissionais</b>	<b>84.402</b>	<b>856.105</b>	<b>780</b>	<b>4,0</b>
Associações empresariais e patronais	13.290	174.861	1.012	5,2
Associações profissionais	61.063	567.350	715	3,7
Associações de produtores rurais	10.049	113.894	872	4,5
<b>Meio ambiente e proteção animal</b>	<b>3.006</b>	<b>39.364</b>	<b>1.007</b>	<b>5,2</b>
<b>Desenvolvimento e defesa de direitos</b>	<b>68.972</b>	<b>716.072</b>	<b>799</b>	<b>4,1</b>
Associação de moradores	9.986	50.372	388	2,0
Centros e associações comunitárias	24.922	284.733	879	4,5
Desenvolvimento rural	1.510	11.468	584	3,0
Emprego e treinamento	2.330	59.321	1.958	10,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	14.911	124.346	641	3,3
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	15.313	185.833	934	4,8

<b>Outras fundações privadas e associações sem fins lucrativos não especificadas anteriormente</b>	<b>138.153</b>	<b>1.595.916</b>	<b>889</b>	<b>4,5</b>
--	----------------	------------------	------------	------------

Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002.

(1) O valor médio mensal do salário mínimo em 2002 foi de R\$ 195,38 (cento noventa e cinco reais e trinta e oito centavos)

Ao observar os dados do IBGE/IPEA, percebe-se a dimensão da atuação das entidades do Terceiro Setor e, com grande ênfase, na área da educação e saúde. Ou seja, áreas de serviços essenciais que deveriam ser mantidas pelo poder público, com seu controle e administração. Bresser Pereira e Grau (1999) afirmam que

em vez de um Estado social-burocrático que contrata diretamente professores, médicos e assistentes sociais e científicos, ou de um Estado neoliberal que se pretende mínimo e renuncia a suas responsabilidades sociais, um Estado social-liberal – que por sua vez proteja os direitos sociais ao financiar as organizações públicas não-estatais – que defendem direitos e prestam serviços de educação, saúde, cultura, assistência social – e seja mais eficiente ao introduzir a competição e a flexibilidade na provisão desses serviços. Um Estado que, além de social e liberal, seja mais democrático, pelo fato de suas atividades submeterem-se diretamente ao controle social. (BRESSER PEREIRA E GRAU, 1999: 17).

Pelas afirmações dos autores citados, parece que o Terceiro Setor seria a solução para os problemas sociais presentes em nossa sociedade. Entretanto o que se tem verificado, historicamente, é a continuidade do neoliberalismo que prega o afastamento do Estado das funções sociais, que incentiva as competições individuais e a privatização generalizada. Os autores falam também que as reformas dos anos de 1990 deveriam trazer um “Estado fortalecido, com suas finanças recuperadas e sua administração obedecendo a critérios gerenciais de eficiência.” (idem). Para isso assinalam que as funções sociais, bem como o controle das mesmas, devem ser exercidas pelo setor público não-estatal para incentivar a competitividade e a participação democrática. Tudo isso com o financiamento do Estado. A história do nosso país demonstra que o fortalecimento tem se dado apenas no setor econômico, que não está nas mãos das classes populares. As evidências a cada gestão governamental é, de fato, o afastamento cada vez maior do Estado das questões sociais e a transferência de responsabilidades para a sociedade. Não sendo capazes de resolver seus problemas em um mundo tão desigual e injusto, os pobres se sentem os únicos culpados pelo próprio fracasso. Fracasso esse se manifesta na vida econômica, intelectual, afetiva etc.

A solidariedade, nesse sentido, tem mesmo que ser incentivada. Em uma sociedade majoritariamente cristã, o sentimento solidário deve mesmo ser disseminado. Porém o que se verifica é que esse sentimento é usado contra os pobres. Enquanto as pessoas precisarem da

solidariedade para ser atendidos em seus direitos humanos essenciais é porque as injustiças ainda não chegaram ao fim. É preciso se estar atento às empresas da solidariedade. Se as pesquisas indicam que 1% das FASFIL – as que possuem 100 ou mais empregados – reúnem 61% do total das pessoas ocupadas nas entidades (2,5 mil entidades absorvem quase um milhão de trabalhadores), então está se referindo a grandes organizações que, provavelmente, fogem ao controle do Estado e da sociedade. Com um número tão vasto de organizações não-governamentais, se a eficiência estivesse em suas mãos, como postula Bresser Pereira e Grau (1999), já se teria verificado uma mudança qualitativa que levaria o Brasil a uma ascensão qualitativa sem precedentes.

## **6. Conclusão**

Fundamental esses conceitos para o entendimento do ordenamento jurídico do terceiro setor, e as estratégias do Estado para o fortalecimento do mesmo, dentro de uma lógica de diminuição da ação estatal na área social para oferecer sempre mais espaço ao mercado.

Vale destacar que, de acordo com Lopes (2004), o aumento gradativo do número de organizações, sobretudo do âmbito local, não tem correspondido às expectativas sociais de produção de uma esfera pública ampliada e efetiva. Sem desconsiderar a importância que as ações de várias ONG's vêm mostrando no cenário contemporâneo, o que se tem evidenciado é a insipiência desse tipo de organização na efetivação da inclusão social.

## CAPÍTULO III - TERCEIRO SETOR NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

### DO DISTRITO FEDERAL

#### 1. Introdução

Com base em dados fornecidos pelo IBGE e pela SEEDF<sup>22</sup>, assim como contatos com as organizações, foi possível tecer um panorama geral das Organizações do Terceiro Setor que realizaram ações no Distrito Federal no ano de 2006, especificamente aquelas que estabeleceram convênios oficiais com a SEEDF.

Quanto ao tipo de certificado ou registro foi possível cruzar cinco listas obtidas de três fontes diferentes: 1) do Ministério da Justiça foi possível obter duas relações: as Entidades Públicas Federais e a relação das OSCIP's; 2) do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, pode-se ter acesso à relação das entidades Registradas e outra daquelas Certificadas como Entidade Beneficente de Assistência Social<sup>23</sup>; 3) do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal – CAS-DF, pode-se obter a lista das organizações registradas pelo mesmo. Vale ressaltar que todas são do Distrito Federal.

Considerando que uma entidade pode possuir mais de um registro e/ou certificado, foi feito, com auxílio da planilha eletrônica, uma única lista com todas as entidades do Distrito Federal cadastradas nas fontes consultadas, perfazendo um total de 676.

Contudo, segundo dados do IBGE<sup>24</sup>, o Cadastro Central de Empresas – CEMPRE indicava que o Distrito Federal possuía, em 2002, 3.794 Fundações Privadas e Associações

---

<sup>22</sup> Doravante denominada de SEEDF.

<sup>23</sup> O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (anteriormente denominado Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos) é um dos documentos “declaratórios” concedidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. É o reconhecimento do Poder Público Federal de que a Instituição é Entidade Beneficente de Assistência Social (anteriormente conhecida como “filantrópica”), sem fins lucrativos e presta atendimento ao público alvo da assistência social.

<sup>24</sup> Ver publicação do IBGE onde oferece um retrato das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos – FASFIL para o exercício de 2002, detalhando-se, dentre outras questões, quantas são, onde estão, qual a idade, qual o porte, o que fazem, e quantos assalariados empregam. Assim como apresenta a magnitude do crescimento dessas entidades entre os anos de 1996 e 2002.

sem Fins Lucrativos<sup>25</sup>. Isso representa uma diferença de mais de três mil instituições que não possuem registro e/ou certificado oficial emitido pelo CNAS, Ministério da Justiça ou Conselho do Distrito Federal.

## 2. Parcerias e Contratos com a Educação Pública do Distrito Federal

Dados obtidos na Gerência de Contratos e Convênios da SEEDF, indicam 94 convênios e parcerias vigentes, com 89 instituições. Sendo que, destes convênios, 39 são realizados por 37 organizações do Terceiro Setor, no ano de 2006. Este dado desvela que algumas organizações celebraram mais de um convênio com a SEEDF.

A tabela 1 indica que dos 94 contratos e convênios estabelecidos com a SEEDF no ano de 2006, 36% são com entidades do Terceiro Setor, sendo estas de diferentes tipos, origens, finalidades e atividades: associações de moradores; centros e associações comunitárias vinculadas a grupos religiosos; associações em defesa dos deficientes, associações de ensino; fundações e organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP.

<b>Tabela 7 – Contratos e Convênios</b>	
Total de Convênios vigentes em 2006	94
Total de Convênios com terceiro setor vigentes em 2006	39
Total de Organizações do terceiro setor conveniadas em 2006	37

Na tabela 2 temos a indicação que mais da metade (51%) das entidades conveniadas com a SEEDF estão sediadas em Brasília, região administrativa onde a população possui maior poder aquisitivo. As demais 49% restantes encontram-se espalhadas em diversas cidades satélites. Interessante notar que duas das organizações que possuem sede em Brasília realizam ações em várias cidades, haja vista que eram responsáveis, em 2006, por projetos do programa Renda Minha.

<sup>25</sup> Ver na metodologia.

<b>Tabela 8 - Localização da Sede</b>		
	Absoluto	%
Brasília	19	51,35
Ceilândia	4	10,81
Guará	3	8,11
Samambaia	2	5,41
Sobradinho	2	5,41
Núcleo Bandeirante	2	5,41
Paranoá	1	2,70
Brazlândia	1	2,70
Planaltina	1	2,70
Riacho Fundo	1	2,70
Taguatinga	1	2,70
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100</b>

Sobre a origem das entidades, a tabela 3 indica que a grande maioria (56%) foi fundada antes da reforma do Estado e da ampliação das políticas de fortalecimento do terceiro setor, ambas desenvolvidas na década de 1990. Com isso, pode-se inferir que elas pertencem ao antigo quadro das entidades filantrópicas.

<b>Tabela 9 - Data de Fundação</b>		
Décadas	Absoluto	%
50/60	6	16,22
70	8	21,62
80	7	18,92
90	5	13,51
00	5	13,51
Sem Data	6	16,22
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100,00</b>

Quanto à classificação e registro e/ou certificado nos órgãos públicos – tabelas 4 e 5 – vale registrar que existe muita informação duplicada. Por exemplo: há casos em que a mesma

entidade é registrada ou certificada no Conselho de Assistência Social como pertencente à área da Educação e no Ministério da Justiça é certificada como Entidade Pública Federal, na área de cultura. Com isso, uma mesma entidade acaba possuindo duas classificações diferentes. Outro exemplo a ser destacado, é a situação de algumas instituições que atuam na área de educação infantil e educação especial, mas que não se classificam como educacionais e sim como pertencentes à área da assistência social.

<b>Tabela 10 - Classificação</b>		
	Absoluto	%
Assistência Social e Beneficente	18	40,91
Cultura	5	11,36
Educação	8	18,18
Pesquisa	1	2,27
Saúde	1	2,27
Sem classificação	11	25,00
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100,00</b>

<b>Tabela 11 – Tipo de Registro/Certificado</b>		
	Absoluto	%
Entidade Pública Federal	20	25,00
OSCIP	4	5,00
Certificada pelo CNAS	18	22,50
Registro no CNAS	8	10,00
Registro no CAS-DF	26	32,50
nenhum	4	5,00
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100,00</b>

A tabela 6 mostra que dentre as 37 organizações que estabeleceram convênio com a Secretária de Educação em 2006, 15 (quinze) eram para atender demandas por educação infantil e 10 (dez) para o ensino especial. Portanto, os dados indicam a presença de organizações - 62,5% das entidades - no atendimento à demanda por escola, na educação infantil e especial. O restante são organizações com projetos e programas diversificados

atuando em escolas públicas do ensino médio, educação profissional, educação de jovens e adultos, ensino fundamental, além de outras que atendem a demandas mais específicas voltadas para: a formação continuada de professores e gestores; a prestação de serviços na implementação de políticas sociais, tal como o Programa Renda Minha<sup>26</sup>. Vale ressaltar que existem 03 (três) entidades que realizam atividades em mais de um nível ou modalidade de ensino.

<b>Nível/Modalidade</b>	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>
Educação Infantil	15	37,50
Educação Especial	10	25,00
Ensino Fundamental	7	17,50
Educação Básica na área de Cultura, Esportes e Saúde	5	12,50
Educação de Jovens/Adultos e Educação Profissional	2	5,00
Formação Continuada de Professores	1	2,50
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>100,00</b>

Apesar dos dados indicarem a superioridade quantitativa de entidades atuando na educação infantil e na educação especial, os dados também informam (tabela 7) que, em termos quantitativos, 92% dos alunos atendidos pelas entidades são do ensino fundamental. Este número fica quase triplicado, ao verificar que grande parte destes são alunos beneficiados pelo Programa Renda Minha, cujo atendimento se faz por projetos de três OSCIP's diferentes. Com isso, vale destacar que apenas duas entidades atendem cerca de 125.000 alunos.

<b>Nível/Modalidade</b>	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>
Educação Infantil	3.208	2,30
Ensino Fundamental	128.883	92,42
Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional	5.653	4,05
Ed. Especial	1.710	1,23
<b>Total</b>	<b>139.454</b>	<b>100,00</b>

<sup>26</sup> Programa “Renda Minha” é um programa social e tem como objetivo a melhoria do desempenho escolar de crianças, regularmente matriculadas no Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, na faixa etária de 06 a 15 anos de idade, oriundos de famílias de baixa renda, mediante oferta de suporte nas seguintes áreas: pedagógica, saúde e financeira.

Analisando os dados no sentido de verificar o tipo de atendimento desenvolvido pelas entidades em foco (tabela 8), percebe-se que 69% delas atendem demandas por educação de forma exclusiva, isto é, são entidades que funcionam como escolas, seja de educação infantil, educação especial ou educação de jovens e adultos. As demais atuam de forma complementar, isto é, desenvolvem ações complementares àquelas oriundas da escola original dos estudantes.

**Tabela 14 – Atendimento Exclusivo X Complementar**

	Absoluto	%
Atendimento Exclusivo	26	69%
Atendimento Complementar	11	31%
<b>Totais</b>	<b>37</b>	<b>100%</b>

Sobre a contrapartida da SEEDF estabelecida nos diversos convênios, verifica-se que 75% deles solicitam recursos humanos. Ou seja, a grande maioria das relações formais da secretaria de educação com entidades do Terceiro Setor, é realizada com a finalidade de fornecimento de recursos humanos. Somando a solicitação das entidades que especificaram o quantitativo de professores chega-se a um total provisório de 207 profissionais com 40 horas semanais, cedidos para essas entidades.

**Tabela 15 - Recursos Humanos**

	Absoluto	%
Com Recursos	28	75,68
Sem Recursos	9	24,32
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100,00</b>

Em suma, o perfil das organizações do terceiro setor que estabeleceram convênio com a SEEDF, com vigência no ano de 2006, são entidades, na sua maioria sediadas em Brasília, cuja origem data de mais de duas décadas, com registros e certificados, principalmente como

Entidade Pública Federal, pelo Conselho Nacional de Assistência Social e pelo Conselho de Assistência Social do Distrito Federal. Mais de 40% delas se classificam como de Assistência Social e Beneficente, mesmo atendendo a demanda por educação infantil e educação especial. Em termos quantitativos, 92% dos beneficiados pelos projetos e ações dessas entidades são provenientes do ensino fundamental, embora grande parte desse quantitativo seja atendida por apenas três organizações. O atendimento é feito, na sua maioria, de forma exclusiva, atendendo a demanda por escola regular. E 75% das conveniadas solicitaram, da SEEDF, recursos humanos para tais atendimentos, como contrapartida contratual.

### **3. O Terceiro Setor na Escola A**

#### **3.1. Caracterizando a Escola A**

A escola denominada, neste trabalho, de escola A<sup>27</sup> funciona desde 1968 e se localiza na região administrativa do Plano Piloto, porém está situada em região de chácaras, os alunos são filhos de funcionários da Fundação Zoobotânica, CAESB, IBAMA, Parque de Exposições, chacareiros, moradores da Vila Weslian Roriz e Condomínio Mini-Granjas do Torto.

O projeto político-pedagógico da escola a identifica como uma escola inclusiva, pois atende alunos com necessidades educacionais especiais, principalmente na área de deficiência mental. O corpo discente é formado por crianças da Educação Infantil e de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, e por adultos, na Educação de Jovens e Adultos – EJA – 1º Segmento. A escola atende aos alunos dividindo-os por faixa etária, abrangendo, no turno diurno, a faixa etária de 05 a 14 anos e no noturno a faixa etária a partir de 15 anos. A escola possuía, em 2006: 55 alunos em duas turmas de educação infantil – 2º e 3º período; 8 turmas com 159 alunos nos quatro primeiros anos do ensino fundamental; e, no noturno, 53 alunos no primeiro segmento da Educação de Jovens e Adultos. Do total de 267 alunos, 57 (21%) recebiam o benefício do “Renda Minha”, e 23(40%) haviam sido indicados a receber o reforço escolar aos sábados.

A escola possui um projeto político-pedagógico elaborado com a participação dos vários segmentos da escola. Dentre os objetivos expressos no documento é possível destacar: “(1) Garantir o atendimento aos alunos em suas diferenças e particularidades; (2) Desenvolver

---

<sup>27</sup> Doravante denominada EA

projetos e atividades que viabilizem, de forma produtiva, a integração Escola-Comunidade; (3) Participar dos projetos educativos ou culturais oferecidos pelas administrações públicas ou particulares. (4) Nortear as atividades humanas pedagógicas e apoiar o professor em suas ações; (5) Garantir o ensino comprometido não somente com a transmissão de informações, mas também, com a formação de cidadãos críticos, participativos e conscientes do seu papel na comunidade escolar”.

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos, a escola conta com o apoio de uma orientadora educacional e de uma coordenadora pedagógica. Além da diretora, vice-diretora e secretária, a escola possui 4 auxiliares da educação, 1 merendeira, 2 porteiros e 4 vigias. Sobre as instalações físicas, a escola possui uma cozinha com refeitório, campo de areia, um parquinho para a educação infantil, além de salas de aulas e outras salas para direção, coordenação, secretaria e para professores.

Também consta no Projeto Político-Pedagógico a presença de dois voluntários, denominados “Amigos da Escola”<sup>28</sup>, que são pais de alunos. Eles realizam serviços gerais e auxiliam no trabalho da horta escolar, projeto da própria escola.

Foram entrevistados cinco sujeitos na EA<sup>29</sup>: a coordenadora pedagógica, a orientadora educacional e três professoras, que têm ou tiveram alunos especiais atendidos por uma Organização do Terceiro Setor.<sup>30</sup>

## **3.2 Caracterizando a Organização A**

### **3.2.1 – Histórico e Origem**

A O.A que atua na Escola A é uma Associação Nacional de Equoterapia<sup>31</sup>, criada em 1989 por iniciativa de um militar que, como instrutor de equitação, percebeu os benefícios

---

<sup>28</sup> Projeto de voluntariado elaborado e divulgado pela Rede Globo de Televisão.

<sup>29</sup> Com a finalidade de facilitar o entendimento ficam definidos como códigos dos atores entrevistados, EA1 para a coordenadora, EA2 para a orientadora e EA3, EA4 e EA5 para as professoras.

<sup>30</sup> Doravante denominada de O.A.

<sup>31</sup> A palavra EQUOTERAPIA foi criada e registrada, pela O.A, para caracterizar todas as práticas que utilizem o cavalo com técnicas de equitação e atividades equestres, objetivando a reabilitação e/ou educação de pessoas portadoras de deficiência ou de necessidades especiais.

que o cavalo proporcionava às pessoas com necessidades especiais e que, juntamente com outros militares conseguiram patrocínio de um grupo empresarial e foram conhecer os centros de equoterapia na Europa. No retorno da referida viagem, fundaram uma sociedade civil de caráter filantrópico, terapêutico, educativo, cultural, desportivo e sem fins lucrativos, com atuação em todo o território nacional, tendo sede e foro em Brasília - Distrito Federal. A O.A possui reconhecimento e declaração de Utilidade Pública Federal e de Utilidade Pública no Distrito Federal. Possui, também, registro no Conselho de Assistência Social do DF (CAS-DF); Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF (CDCA-DF); Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS-MJ); Conselho Regional de Medicina do DF (CRM-DF); Secretaria de Estado de Ação Social do DF (SEAS-DF) e Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD). Mantém convênio com: Exército Brasileiro (EB); Associação de Poupança e Empréstimo (POUPEX); Fundação Universidade de Brasília (UnB); Secretaria de Educação e Estado do Distrito Federal (SEEDF); Universidade Paulista - Objetivo (UNIP). É filiada à entidade internacional de equoterapia - The Federation Riding Disabled International (FRDI), como membro pleno. É uma entidade de consultoria técnica em equoterapia da Sociedade Brasileira de Medicina Física e de Reabilitação. E conta com o apoio sistemático da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), da Presidência da República.

A O.A localiza-se em área cedida pela Presidência da República, com instalações específicas para a prática de Equoterapia, que são: picadeiro coberto, áreas externas gramadas, baias para os cavalos, prédio com sala de professores, salas de reuniões, também utilizados para os cursos, e outros espaços onde trabalham a equipe da O.A. Sobre a localização da organização um dos entrevistados fala:

... funciona nas antigas instalações do Presidente Figueiredo, que foi um presidente que adorava cavalos, montava muito bem, ele era da cavalaria, saltava, e ganhava muito cavalo de presente (...) Então essa área inteira é a Granja do Torto, a casa do Presidente, e essa área estava abandonada, porque depois do Figueiredo não teve nenhum presidente que gostasse de cavalo, o coronel<sup>32</sup> foi assumindo essa área, foi trabalhando em prol dessa área, ele é muito bem articulado com o exército (...) E os bons contatos, mais a ajuda do Objetivo, ele acabou conseguindo se firmar, se fixar aqui. (O.A3)

Quanto ao tempo do convênio com a SEEDF, a fala de uma das entrevistadas, deixa claro, que tão logo a O.A se fixou na sede atual, houve contato com uma professora que

---

<sup>32</sup> Trata-se de um dos fundadores e o atual presidente da O.A.

trabalhava na EA, e esta começou a levar os alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou especiais, para desenvolverem atividades específicas. Começaram, então, com esses alunos, há mais de dez anos atrás. Á época, sem muita experiência, as atividades se respaldavam, apenas, na certeza que essa relação dos alunos com os cavalos trazia um impacto positivo nos primeiros. Depois que os resultados começaram a aparecer, alunos com sérios comprometimentos passaram a estabelecer vínculos com os cavalos, as pessoas e o ambiente, tornando-se, alguns deles, voluntários na O.A, como condutores<sup>33</sup>. A partir dessa experiência bem sucedida, outros professores despertaram interesse no trabalho e foi firmado o convênio formal com a SEEDF. Como conta uma das entrevistadas:

que eu me lembro é que, logo em seguida, que se estabeleceu a sede da O.A, começaram os trabalhos. (...) professora aqui da escola, que era a Teresa. (...) E a Teresa tinha justamente uma classe especial, e ela estava tentando fazer todo um trabalho de alfabetização, bem inicial. Então, sabendo da organização A, ela entrou em contato, e trouxe aqueles meninos. E esses meninos começaram a fazer um trabalho (...) na realidade, a gente não tinha ainda, no início, ...a coisa foi bastante, (...) a gente foi meio a “marchado”, não tínhamos muita literatura, nem de fora, e tinha que adaptar muito, quer dizer, aquilo que trazemos da nossa formação acadêmica, (...) e tentar colocar numa situação que é inédita, (...) que é você fazer uma terapia, ou até mesmo com uma finalidade educacional, (...) tentar alfabetizar uma criança com um cavalo no meio (...) tem um ser vivo no meio que você tem que colocar nessa história. Então, assim, todo um trabalho de investigação: o que esse animal está me trazendo? O que eu posso fazer com ele? O que ele me ajude? (...) Então, ela começou a fazer esse trabalho e o resultado foi bárbaro! Ao ponto dos meninos autistas conseguirem fazer um vínculo muito bom, não só com o animal, mas também com o ambiente, com as pessoas, e que ficaram trabalhando aqui como voluntários. Eles eram condutores, como a gente chama, do cavalo. Então, assim, durante muito tempo. E com isso, naturalmente, ela, começou a buscar e então viu que isso tinha resultados, as pessoas começaram a perceber (...) Os outros professores, enfim, [perceberam] que existia alguma coisa e eu acho que foi a partir daí que houve o interesse, inclusive da secretaria de educação. (AO1)

Os sujeitos ouvidos na O.A foram três<sup>34</sup>. A OA1 é filha de um dos fundadores da organização e fundadora de centro de Equoterapia no Rio Grande do Sul. Atualmente trabalha no departamento de ensino e pesquisa, coordenando a área responsável pelo relacionamento

---

<sup>33</sup> Assim chamados os guias que conduzem os cavalos durante a sessão de equoterapia.

<sup>34</sup> Com a finalidade de facilitar o entendimento ficam definidos como códigos dos atores entrevistados, OA1 para a psicóloga, OA2 para um professor da SEE-DF cedido pelo convênio e OA3, uma professora da SEE-DF também cedida pelo convênio.

com os centros de Equoterapia filiados, mas trabalhou durante quase dez anos no picadeiro<sup>35</sup>, com as crianças.

O OA2 é um educador físico que trabalha na O.A há mais de 12 (doze) anos. Nesse tempo, trabalhou vários anos no picadeiro, como professor, mas atualmente é o diretor do Centro Básico de Equoterapia<sup>36</sup> e tem como atribuição a operacionalização da parte técnica da equoterapia, assim como a coordenação dos cursos, que são realizados pela própria equipe de professores que fazem os atendimentos. Além disso, também é responsável: pela seleção dos alunos atendidos; pela relação com os convênios e parceiros; por receber as visitas externas, seja da imprensa, seja de estudantes das várias áreas e cursos, como o próprio explicita:

... a gente trabalha na seleção desses praticantes, na elaboração do banco de dados, na realização da contrapartida dos convênios em termos de atendimento, em termos de parceria técnico-científica, é... recebemos também visitas de órgãos de divulgação, sejam eles, uma divulgação... na televisão, ou na imprensa escrita. Nós também fazemos uma assessoria técnica. Conduzimos a questão da assessoria técnica, seja com profissionais que tem questionamentos de todo o Brasil, por e-mail, sejam profissionais que nos procuram buscando subsídios para seus trabalhos de conclusão de curso, trabalhos finais de especialização, e assim por diante. Então, é nossa função estar trabalhando com a parte técnica da equoterapia, e isso nos aproxima, da melhor forma possível, com as orientações e as normas que são estabelecidas pela organização A. (OA2).

A OA3 é pedagoga, trabalha no picadeiro há 9 (nove) anos e dá aulas nos cursos básico e avançado de equoterapia. A mesma desenvolve trabalho de alfabetização, por meio de um projeto denominado “Vivenciando a Pedagogia no Picadeiro”. Ela assim descreve o tipo de trabalho realizado na O.A:

e a gente faz um excelente trabalho aqui com essas crianças, de organização motora. Eu realmente introduzo o alfabeto, o pré-nome, tudo isso eu faço. O meu projeto se chama: “Vivenciando a Pedagogia no Picadeiro”, e eu realmente levo o meu conhecimento da pedagogia para dentro do picadeiro, adapto, trabalho, vou conhecer os professores, entro em parceria... (OA3).

### 3.2.2 – Finalidade e Recursos

As finalidades básicas da O.A são: contribuir para a reabilitação e educação de pessoas portadoras de deficiência e/ou com necessidades especiais, mediante a prática da equoterapia;

---

<sup>35</sup> Local onde é realizada a sessão de Equoterapia.

<sup>36</sup> Unidade operacional da O.A.

normatizar, supervisionar, controlar e coordenar, em âmbito nacional, a prática da equoterapia; capacitar recursos humanos, promovendo e estimulando a realização de cursos, pesquisas, estudos e levantamentos estatísticos, propiciando condições para o avanço científico-tecnológico e a formação de pessoal técnico especializado; estimular e apoiar a implantação e desenvolvimento de Centros de Equoterapia, com a observância dos mais rígidos padrões de ética, eficiência e segurança; desenvolver políticas na busca permanente de recursos nas áreas governamentais e empresariais a fim de possibilitar e estender os benefícios da equoterapia a todas as classes sociais, em especial às menos favorecidas; utilizar a equitação de forma didático-pedagógica na educação e formação do caráter de jovens e na inserção e reinserção social de pessoas com distúrbios comportamentais.<sup>37</sup>

Portanto, a O.A não possui apenas a finalidade de oferecer atendimento equoterápico, mas principalmente a normatização das regras para outros centros que a mesma filia, assim como deve avaliar os cursos de formação em equoterapia ministrados em outros lugares, como um dos entrevistados menciona:

mais do que o atendimento, a organização A quer normatizar, fazendo com que a aplicação técnica seja de acordo com a organização A, pra ter o benefício proposto pra cada caso e, principalmente, termos condições de segurança ideais para o trabalho de equoterapia. Então,...além disso, também acho muito importante a questão do acompanhamento, de avaliar alguns cursos, (...) em outras unidades do país. (...) Ela está lá, fazendo uma parceria com outros estados na habilitação de outros profissionais que trabalham na equoterapia, porém, observando,...as normas da O.A . Fixando essas normas, e sendo rígido a ponto de que, se você não obedecer a todos os critérios, você não tem uma autorização de curso. E assim, da mesma forma, pra se filiar. Se você não tem as condições mínimas que são solicitadas, você não se filia. E isso passa por ter, além da área, os cavalos, ter um profissional da área de equitação habilitado pela O.A, um profissional da área de fisioterapia, e um profissional da área de psicologia. Obrigatório. Não pode ser uma pessoa que tenha fisioterapia e psicologia. Não. É uma pessoa de cada área. (OA2)

Nas falas dos entrevistados, fica muito clara a diferenciação que a O.A assumiu em relação a outros países, em termos de profissionais atuantes na equoterapia. Na Europa e em outros países, por exemplo, terapeutas são apenas psicólogo e fisioterapeuta. No entanto, em função da história da O.A e do convênio estabelecido coma SEEDF, aqui foram incluídos também professores – pedagogos e educadores físicos. É fundamental estabelecer essa

---

<sup>37</sup> Dados obtidos do Estatuto da Entidade

distinção na divulgação dos objetivos e finalidades da mesma, pois ela vem obtendo resultados muito favoráveis com a inserção dos educadores nesse processo, tal como demonstra a fala de dois entrevistados:

então, assim, eu acho que é isso o principal da organização A, além de estar divulgando no Brasil e no exterior o nosso trabalho, que é um pouco diferenciado. Por quê? Porque a inclusão da educação na equoterapia é fruto de um esforço da organização A com essa parceria que se iniciou em 93, na secretaria de educação. (OA2).

A Equoterapia do Brasil se formou de uma forma distinta da Equoterapia no mundo. A Equoterapia é terapia e como terapia só trabalha nela terapeutas. Estados Unidos e Europa consideram terapeutas o fisioterapeuta e o psicólogo, professor não. No Brasil, por conta da necessidade e desse arranjo que se fez com a Secretaria, os terapeutas, primordialmente, foram os professores. Hoje nós temos uma equipe multimaravilhosa. ....acho que o maior sucesso do nosso trabalho [é] termos essa base de conhecimento das múltiplas áreas de formação, mas o trabalho do professor na equoterapia do Brasil é muito significativo e tem se mostrado isso lá fora, de como a gente faz um trabalho importante, afinal educação é o objetivo fim, ainda mais quando se pensa em criança.” (OA3)

Para a execução das finalidades acima, a organização se divide em: (1) Centro Básico de Equoterapia – onde trabalham os professores cedidos no convênio com a SEEDF; (2) a Escola de Equitação – que é uma das fontes de recursos para organização; (3) e a coordenação de ensino e pesquisa – que faz a operacionalização dos cursos de formação e filiações de centros de equoterapia no Brasil.

Com muita ênfase na distinção dessas unidades, um dos entrevistados afirma: “Então, nós temos o centro básico de equoterapia, unidade operacional da O.A, e a escolinha de equitação, ligada à associação, mas separada do centro básico. Lá, é só escolinha. Aqui, é só equoterapia” (OA2).

A equipe do Centro Básico é formada por nove professores habilitados em equoterapia, cedidos da SEEDF. Dentre estes, uma tem formação em fisioterapia, outros são educadores físicos, psicólogos e pedagogos. A Associação contrata um profissional de equitação, que atua 40 horas, e um profissional de fonoaudiologia, que atua 16 horas, no período da tarde. Além destes profissionais, a OA1 também conta com um fisioterapeuta, militar da ativa, que presta serviço em dias alternados. Essa é a composição da equipe multiprofissional. O grupo de apoio possui seis tratadores que cuidam dos cavalos e ainda são

guias.<sup>38</sup> A estrutura administrativa é formada pelo diretor, secretária e por uma pessoa para os serviços gerais. Tudo isso com apoio administrativo da OA1.

Atualmente, os critérios de entrada dos alunos no programa da O.A são: 1) nunca ter feito equoterapia; 2) ter uma situação sócio-econômica desfavorável, ou seja, quem não tem condições de pagar uma terapia complementar, pode ter acesso a essa forma, que é totalmente subsidiada pelos Governos Federal e Distrital e pela iniciativa privada. Os alunos atendidos são provenientes de escolas especiais e também alunos incluídos em escolas regulares, como é o caso dos alunos atendidos na EA. A demanda pelo atendimento é grande, com lista de espera. Atualmente, os alunos são selecionados, além dos critérios já descritos, de acordo com os interesses para realização de projetos específicos dos diversos profissionais da equipe. É válido lembrar que os mesmos profissionais, cedidos no convênio com a secretaria, são também professores dos cursos de formação em equoterapia oferecido pela O.A e para tanto necessitam fundamentar as aulas dos cursos<sup>39</sup> na prática com os alunos em atendimento.

..quem trabalha essas partes dos projetos somos nós, que, na verdade, não era assim. Vou explicar: os alunos entravam aleatoriamente, tinha uma lista de espera, o pessoal ia botando o nome na lista de espera, quando faltava menino, a gente ia à lista de espera. ....eu fui uma das primeiras a estabelecer meu projeto específico e [a] querer uma clientela específica, que alimentasse meu projeto, para que eu pudesse alimentar minhas aulas. Eu tenho aula prática, mostro os meninos na hora do curso, eu mostro como faço uso do material concreto, eu uso... [e] como exploro as questões pedagógicas dentro do picadeiro. (OA1)

Outro ponto fundamental, para o entendimento da finalidade da O.A, está situado na busca por alunos incluídos e na relação com os professores regente desses alunos. Pois, com a tendência atual de incluir os alunos especiais na rede regular, muitos professores desconhecem procedimentos e técnicas apropriadas para cada deficiência. Com o tempo, a O.A começou a se comprometer mais com o auxílio a esse professor, como explica a fala de uma das entrevistadas:

(...) a principio eu peguei crianças especiais, inseridas no ensino especial que tinham potencial cognitivo a ser explorado, que estavam paradas pela forma do ensino. .... [mas] agora corro atrás de menino em inclusão, onde meu projeto é ajudar a criança, mas muito mais orientar esse professor. Eu estou dentro de uma equipe multi que pode responder as perguntas dele, porque ele não tem para quem

---

<sup>38</sup> Profissionais treinados a guiar o cavalo na sessão de equoterapia.

<sup>39</sup> Curso Básico e Avançado de Equoterapia

perguntar, ele não tem de onde tirar respostas. Então, as duas vertentes do trabalho são: trabalhar, organizar motoramente essa criança, introduzir conteúdos que na escola de repente não foi eficiente a forma, ou a criança não conseguiu apreender esses conteúdos que eu introduzo aqui; e a segunda é estar junto com esse professor em parceria, a minha oferta é uma parceria, vamos trabalhar junto por essa criança, você me fala os seus problemas, suas dúvidas, eu troco com você, e a gente tenta nesse casamento, [para] fazer um trabalho melhor, tá? E tem sido muito bom. (OA3)

Em seguida, a entrevistada também indica, em linhas gerais, o perfil dos alunos selecionados pelos outros profissionais: os psicólogos procuram por autistas; os educadores físicos, os alunos com diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção<sup>40</sup>; e os fisioterapeutas procuram crianças com sérios comprometimentos motores. Essa tendência nova, de escolha do praticante<sup>41</sup> ideal, condiz com a preocupação de obter melhores resultados, como afirma um dos entrevistados:

Cada um, dentro do seu projeto, da sua visão também, do aprendizado pessoal, tem tentado fazer um trabalho pra ter realmente um resultado positivo, porque existe uma cobrança, nos cursos, do resultado final da Equoterapia. A gente acaba tendo que dar um feedback para quem está começando,... dar um feedback para quem já começou. Então, é importante que a gente vá tentando enxergar melhor esses meandros da Equoterapia de uma forma mais técnica. E eu acho que uma das formas é a escolha do aluno, do praticante ideal (...). Mas existem casos onde ela faz um efeito muito maior do que em outros casos, e eu tenho buscado, hoje, os casos em que eu possa visualizar um maior efeito... (OA3).

Diversas são as fontes de recursos para manter a O.A. O estatuto indica que a fonte de recursos principal é a escola de equitação e o aluguel de baias, para cavalos de particulares. As filiações também são pagas, a partir do segundo ano. Os cursos oferecidos ao público em geral, são cobrados. Mas somente esses recursos internos não são suficientes para a continuidade das atividades da OA, por isso muitas parcerias são estabelecidas. A principal delas é aquela estabelecida com a SEEDF, fornecendo recursos humanos. Mas, também tem o Exército Brasileiro que fornece ração e ferragem para os cavalos. Há outra parceria com uma universidade privada, que oferece os serviços de um veterinário. Além dessas fontes, eles também contam com a consultoria de uma médica neurologista, especialista em síndromes; com a oferta de material de escritório e cópias, por uma escola; e com a cessão da área, pela

---

<sup>40</sup> Comumente conhecida como hiperativo.

<sup>41</sup> Nomenclatura usada para indicar os alunos beneficiados pela equoterapia, aqueles que praticam.

Presidência da República. Cabe destacar que eles possuem sócios contribuintes e mantenedores, que são pessoas físicas e jurídicas respectivamente, como um dos entrevistados indica:

Bom, além disso, nós temos a figura de sócio-contribuinte. São sócios que voluntariamente contribuem mensalmente ou trimestralmente com um valor “X”. Qual valor é esse? Tem o valor mínimo, não é, que são R\$ 10,00 por mês, e aí pra cima, o que você puder fazer. Além dessa fonte, que são os sócios-contribuintes, existem os sócio-mantenedores, pessoas jurídicas, que investem aqui e, em contrapartida, têm o abatimento no imposto de renda. Além dessas pessoas aí, temos outros órgãos como Poupex. A Poupex mensalmente contribui. Pra citar um mantenedor, o Hotel Eron. É um parceiro da organização A. E pra não ser injusto, a iniciativa pública, em âmbito do Governo Federal: o Exército Brasileiro. (...) vem fazendo essa contrapartida desde o início, e isso então, pra compor, tem algumas pessoas cedidas e pagas pelo Exército, como o fisioterapeuta, ... que é um sargento da ativa, e tem mais quatro pessoas da reserva, que estão atuando, sendo gratificados pelo Exército por isso. Além disso, [fornecem] a ração dos cavalos da equoterapia, o ferrador, o próprio material: ferradura, cravo; o material veterinário e apoio veterinário, apoio logístico em termos de transporte de animais, pra alguma atividade, algum evento. Além disso, [possibilitam] a utilização das dependências do regimento de cavalaria de guarda, em consequência dos cursos básicos. (OA2)

### **3.3 A Organização A na Escola A**

A E.A1 foi a primeira, há mais de dez anos, a levar os alunos especiais e/ou com dificuldades de aprendizagem para atendimento na O.A . No entanto, a E.A ficou, por muitos anos, sem conseguir vagas para seus alunos. Sobre a atuação de entidades do terceiro setor, oficialmente possui relação com organização A, mas também encaminha alguns alunos ao do Reforço Escolar, projeto executado pela organização B.

A seguir são apresentadas as percepções dos entrevistados quanto à relação da SEEDF com a O.A e desta com escola, ficam claros: os conhecimentos que dominam; os posicionamentos que possuem; as funções de ambas nos convênios; e as dificuldades e avanços que percebem dessas relações.

#### **3.3.1 Percepções**

Primeiramente é possível distinguir dois tipos de relação estabelecidos com a O.A . Uma desenvolvida com a SEEDF/Diretoria de Ensino Especial e, outra, com a escola propriamente dita, unidade da SEEDF.

No convênio celebrado entre as partes, a O.A deve proporcionar todos os recursos para o atendimento equoterápico, o que inclui manter as áreas de equitação, os cavalos, a ração, os tratadores e os guias, além disso, organizar, planejar e sistematizar o atendimento ao número específico de alunos, por ela definido. E à SEEDF cabe oferecer professores. Sobre isso, um dos entrevistados revela de forma direta e formal:

porque a associação, no convênio com a Secretaria de Educação, se compromete a proporcionar condições na área de equitação, de cavalo. Então ela se compromete a manter os cavalos, ração, estabulação, ração, veterinário, ferrajamento, todo o manejo, tratadores, guias, as instalações, sejam instalações como picadeiro coberto, pista de adestramento, pista de grama, toda a área disponibilizada com os recursos naturais. Então, assim, a função da associação é essa e a Secretaria de Educação entra com os profissionais, devidamente habilitados, disponibilizados para a associação. (OA2)

No documento do convênio fica estabelecido, entre outros pontos, que a O.A deve conceder, gratuitamente, vagas aos alunos portadores de necessidades educativas especiais encaminhados pela SEEDF, para atividades de Equoterapia na frequência e condições técnicas indicadas pela equipe técnica interdisciplinar da O.A; e que deve proporcionar reavaliação e acompanhamento médico, psicológico, físico dos alunos praticantes de Equoterapia, por meio da estrutura específica da O.A . No entanto, a percepção de uma das professoras entrevistadas é de que não existe uma obrigação específica desse atendimento e principalmente da troca mencionada. Ela sente falta de regras mais claras e rígidas, nesse processo. Parece haver certo desconhecimento da professora entrevistada, com relação ao documento, embora seu depoimento possa ser considerado como uma queixa, no que diz respeito à prática do processo. Essa crítica também aparece na fala de outro entrevistado.

São duas folhinhas assim...um negócio...Bem, a Fundação cede os funcionários, eles não exigem a contrapartida, no contrato, tá? Eles sugerem que a gente dê atendimento às crianças da rede e que a gente troque experiências, apoio técnico. Só não é uma ordem, podia ser né!? Olha, nos vamos mandar dez terapeutas, que têm que atender cento e cinquenta alunos da rede pública, obrigatoriamente, podia ter regras bem claras e rígidas. E não é. Existe a sugestão dessa troca e existe a sugestão de que a gente dê preferência para os alunos da rede pública. (OA3)

Bom, os profissionais são cedidos para a associação. A associação controla, então, essa frequência, tá? (...) Atesta a frequência e utiliza esses profissionais da forma que mais lhe convier. O que tiver de interesse da associação, é dessa forma que acontece. E isso passa por aquilo que já foi dito. Atendimento, palestras, palestras informativas, assessoria técnica, e assim por diante. (OA2)

Vale destacar que, dentre as obrigações da SEEDF, ela deve “colocar à disposição da conveniente, de acordo com as suas possibilidades e sob seu encargo financeiro, professores com jornada de 40 (quarenta) horas, num total de 380 (trezentos e oitenta) horas semanais, ou quantitativo diferenciado de 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas...”. Isso equivale a nove professores com 40 horas e um com 20 horas.

Sobre a segunda relação, da O.A com a escola, o convênio estabelece, entre outros pontos, que a O.A deve manter contato com a Diretoria de Ensino Especial da SEEDF, ou seja com a instância central e intermediária, mas não faz menção à unidade escolar. Reforçando o papel central da SEEDF, o referido convênio indica que a SEEDF deve “oferecer apoio técnico pedagógico necessário às ações desenvolvidas nos núcleos de Equoterapia”, bem como indica a necessidade de manter intercâmbio de métodos e técnicas para atendimento aos alunos portadores de necessidades educativas especiais, uma cláusula específica. Como visto, não há nenhuma obrigação estabelecida no sentido da O.A manter contatos com as escolas dos alunos praticantes de Equoterapia.

Segundo os entrevistados, a relação estabelecida com as escolas e os professores acontecem informalmente e por iniciativa da O.A. Quando perguntado se existem momentos estratégicos e sistemáticos mensais de reuniões com escolas, um dos entrevistados afirmou que, embora tenham uma ampla gama de conhecimento acumulado na área de ensino especial, este conhecimento não é aproveitado pelas escolas, e muito pouco pela DEE.

... inclusive eu vivo me oferecendo. Toda escola que vou fazer, com um menino específico lá dentro. Eu coloco a situação, pra acessoria técnica. (...) é uma coisa vaga, aberta, e nós seríamos grandes consultores porque estou incluída numa equipe multi, eu tenho fisioterapeuta, fonoaudióloga, pedagoga, educador físico, psicóloga, neurologista. Então a gente tem um conhecimento maior, para poder ajudar a tirar dúvidas sobre as patologias.... só que essa nossa característica não tem sido muito utilizada. É utilizada muito pelo pessoal da Equoterapia do Brasil. Eles vivem aqui pedindo nossa ajuda. Mas o professor da Escola, nem da secretaria. (...) o que estar acontecendo aqui, gente que estar fazendo um trabalho, vem para cá, aí nessa conversa, me leva para sua escola, estou com dois professores que vieram ontem e nos pediram para dá uma palestra, pois estão com vários alunos incluídos, solicitam ajuda, inclusive no sentido de colocar a O.A como equipe de consultoria. Estamos abertos para isso, tanto que já marcaram a palestra. (...) o convênio não me exige isso, e não aproveita, que podia né!? (OA3)

Assim, o contato externo da O.A é feito apenas por meio de relatórios enviados duas vezes por ano, para a DEE, como esclarece um dos entrevistados. Não existe um canal de comunicação formalizado com as escolas que possuem alunos atendidos pela O.A .

(...) essa questão de contrapartida em termos de informação à Secretaria. Isso é feito duas vezes ao ano. No meio do ano, em julho, e no final do ano. Então, são doze relatórios, que abrangem a questão do atendimento e das ações que são feitas em conjunto com a Secretaria. (OA2)

Embora não exista a formalidade da comunicação com a escola, estabelecida pelo convênio, o trabalho da O.A tem sido na busca pela qualidade desse relacionamento, porque entende que não haverá resultados eficientes enquanto não houver uma troca sistemática com as partes envolvidas no processo de ensino e aprendizagem do aluno. Antes, o contato era maior e mais efetivo apenas com as escolas especiais, mas a partir do ano de 2006, ficou estabelecida, como meta da entidade, o estreitamento das relações com as escolas regulares, onde há alunos especiais incluídos. Ou seja, passou-se a mudar de estratégia, dando atenção aos alunos que atendem aos projetos específicos dos professores da O.A . Com isso, passaram a buscar esses alunos na equipe de apoio<sup>42</sup> que atende escolas próximas à sede da O.A, tal como explicita um dos entrevistados:

o nosso interesse específico, em relação ao atendimento, é que nós possamos trabalhar com a equipe de apoio, aonde ela indique algumas crianças em situação de inclusão numa situação de conhecer melhor essa realidade e darmos um apoio àquela criança pra que ela melhore o seu aprendizado. (...) É aí aonde o centro quer investir junto com a Secretaria o quanto antes possível, entre 1ª. e 4ª.série, onde a gente pode ter alguns benefícios com essas crianças, que possam, no futuro, esses benefícios serem levados pra vida delas. Então, essa é a nossa relação com a Secretaria de Educação. (O.A2)

Como já foi mencionado anteriormente, o texto do convênio estabelece, como ação conjunta das duas partes, a manutenção de intercâmbio de métodos e técnicas para atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais. Porém a sistematização dessa troca é feita apenas através de relatórios semestrais. Contudo, existe um esforço por parte da O.A de estabelecer relações com a escola, oferecendo ao professor regente, apoio e o

---

<sup>42</sup> Equipe de apoio é uma estrutura da SEEDF, formada por psicólogos, psicopedagogos e pedagogos que atendem aos casos de dificuldade de aprendizagem, assim como alunos especiais de várias escolas circunvizinhas.

conhecimento acumulado da área de ensino especial, decorrente do trabalho desenvolvido por uma equipe multiprofissional.

nós temos percebido o seguinte: que nos nossos contatos com as unidades da Secretaria, onde existem ou classes formadas, ou inclusão em classe regular, nós temos percebido as dificuldades dos nossos colegas em lidar com patologias tão distintas e tão difíceis. Então, estamos interessados em evoluir, no sentido de trocarmos experiências com essas equipes, pra que possamos tanto orientar quanto receber orientação. Uma troca de informações, com o objetivo de que esses professores que não têm a segurança e o conhecimento pra lidar com aquela questão, que a gente possa também estar atuando nessa parte, com as unidades que não estão ligadas conosco. (OA2)

Essa fala condiz com a mesma preocupação explicitada por entrevistada, que também considera essencial essa troca e cita o exemplo do aluno com paralisia cerebral. O desconhecimento, por parte da escola inclusiva, da patologia que causou a deficiência é muito grande, e isso tem importante repercussão na vida escolar desse aluno.

o que mais acontece [é que] a professora não sabe como o PC<sup>43</sup> senta. A professora não entende que o PC tem fadiga na segunda linha que ele escreveu, ela não consegue compreender isso. Porque ela não sabe o que é uma paralisia cerebral. (...) Quem recebe um menino lá, paralisado cerebral, igual eu tive um menino aqui, que era inteligentíssimo, a gente estudava com esse menino no cavalo, e esse menino, simplesmente vivia sendo reprovado, e as professoras achavam que ele era preguiçoso, porque ele não dava conta de escrever a prova. (...) É, mas é interessante mesmo. Aí o menino vai para a escola, ele não consegue desenvolver a parte escrita, não dá amiga, tem que ter uma comunicação alternativa. Ele não vai copiar aquilo ali. Não vai dá certo. Entendeu? (...) Então, eu tive que me desabar daqui da escola para informar para a professora que o aluno tinha paralisia cerebral! Porque não dá para ver nada nele! (...) seqüela dele é uma hipotonia generalizada que você não visualiza, mas quantas vezes esse seu aluno já caiu na hora do recreio? (perguntando para a professora) – ah, umas mil – pois é, ele vive caindo, quando cansa, ele cai, despenca, por sinal ele caía uma média de 30 vezes por dia, depois de três meses de Equoterapia, ele passou a cair cinco em média, e as quedas mudaram de perfil, antes ele cansava e caía, depois da Equoterapia ele passou a cair quando ele tinha mudanças de terreno, estou no asfalto passo para a grama, aí ele se desorganizava, até o pé dele reconhecer aquele solo e se ambientar com aquilo... (OA3).

Em relação à percepção da parceria ocorrida com a EA, os sujeitos são unânimes em afirmar da importância dessa relação e de quanto isso representa para a qualidade do processo

---

<sup>43</sup> No jargão do ensino especial significa aluno com Paralisia Cerebral.

de ensino e aprendizagem. Tanto na relação da O.A com a escola, como com a equipe de apoio, que atende a EA.

nossos alunos foram atendidos, e essa ligação ficou mais estreita, da equoterapia e da escola. Inclusive, por causa dessa relação, que se tornou tão estreita, a equipe de atendimento da Secretaria, que atende nossos alunos, também estreitou bastante as relações com essa terapia, e então passamos a ser um grupo só, trabalhando forte, a equipe a escola, e a da associação. (...) Sentimos que, agora, ficou de uma maneira bem tranquila. Temos reunião com todo mundo. Somos muito bem recebidas. Temos sempre mantido o contato (...). Já se tornou tão segura a nossa relação, desde o ano passado pra cá, [que] o trabalho deu continuidade. (EA2)

O professor entra em contato com as meninas de lá também. Quando teve essa reunião, fomos nós, as professoras e o pessoal da equipe. Todos os profissionais que estavam envolvidos com as crianças que estavam ali. São 4 alunos. Todos eles com deficiência. (EA1)

Portanto, pode-se perceber que existe a preocupação da O.A em manter contato com as escolas e de lhes oferecer apoio técnico especializado. Uma das entrevistadas já afirmara, anteriormente, a importância e os resultados positivos da aproximação do professor regente com a equipe da equoterapia.

então, essa nova forma de ver esse processo, de vir da escola, ainda mais que eu sempre peço que o professor regente venha acompanhar....Eu peço que ele se ligue a esse momento, que é agradável para as crianças, que é motivador, né? Eu tenho visto resultados excelentes. (OA3)

No entanto, foi percebida uma contradição no discurso de uma das entrevistadas da O.A, pois a mesma considera diferente o trabalho com os alunos da EA, o trabalho com estes, excepcionalmente, se distancia da escola. Ou seja, não será um trabalho articulado com os professores regentes. Os argumentos que justificam isso são as dificuldades de operacionalização com o grupo de professores da E.A e divergência de métodos de alfabetização. Também há uma queixa de que a relação com EA que não se mantém freqüente.

mas, eu não sei, se os meninos estão, a gente acabou de começar o ano, e esses meninos são grandes, entendeu? É uma relação diferente, e o meu objetivo com eles se distancia um pouco da escola, eu acho complicado eles inseridos no ensino regular, eu impor palavras para trabalhar em casa, (...) Então, o meu trabalho acabou olhando o mundo que eles estão vivendo, vai ser meio complexo para eu tentar, levando o meu trabalho para lá. Na verdade a gente vai fazer um trabalho à

parte, com eles mesmos, né ? Porque lá tem uma sala de trinta e tantos meninos, é complicado eu pedir que ela use as palavras, ou que ela mude a metodologia que está sendo usada lá. Lá eles estão usando silabação, sabe? Então é muito complicado. Então, especificamente, aqui eu tenho contato bom com as mães e tudo, eu não estou.... A gente já falou com a escola, a escola já veio aqui, a gente já foi lá, só que a coisa não se mantém.... No início do ano podiam chamar a gente para conversar, sobre os meninos, e o meu projeto específico com essas crianças...Eu não vou contar muito com a escola, entendeu? Vou fazer um trabalho à parte com eles...(OA3)

Os sujeitos entrevistados na EA concordam que os resultados obtidos são positivos e descrevem que a mudança comportamental dos alunos atendidos melhora a auto-estima deles, faz com que eles sintam prazer em desenvolver as atividades na O.A, e que isso tem uma repercussão direta na aprendizagem.

os alunos que estão sendo contemplados são muito felizes. (...) Eles retornam com muita alegria pra escola. Os resultados, muito rapidamente a gente começa a perceber dentro de sala. Eles vão empolgados. Eles fazem desenhos dos cavalos, dos profissionais de lá, eles falam dos nomes, tanto que a gente já sabe o nome dos animais. (EA2)

...eu acho que tudo começa a acontecer porque eles se tornam mais autoconfiantes, se tornam, então, automaticamente, melhores na auto-estima. Ontem, um aluno nosso estava saindo daqui e ele fez questão de vir se trocar aqui, pra todo mundo ver, eles querem mostrar, querem contar, querem falar... Depois desse primeiro momento vem a questão de coordenação motora, mais segurança, não tem medo de errar mais... A gente vê, em muitos pontos, uma mudança bastante positiva. (EA1)

É válido também enfatizar a percepção dos atores quanto às famílias nesse processo, pois existe uma preocupação por parte da O.A de inserir as famílias desses alunos, que são os responsáveis pelo transporte dos mesmos. Antes havia um servidor da EA responsável em levar os alunos da E.A para a O.A, mas foi determinado pela equipe técnica da O.A, que as famílias deveriam assumir essa responsabilidade, pois além de acompanhar os próprios filhos, também seriam expectadores do progresso dos mesmos, em uma atividade prazerosa.

...foi estabelecida uma regra, a princípio, pela equoterapia, e a escola viu que tinha que ser isso mesmo, não é?... (...) Tinha um funcionário nosso que era designado para levar as crianças. Acharam que seria [melhor] que os pais fizessem isso. Por quê? Eles assumiram o papel deles. Isso tinha que ser o papel deles. Se a criança era atendida no horário de aula, os pais vêm à escola, pegam e levam pra lá. Eles assumiram uma responsabilidade que foi permitida, também. (EA2)

E a aceitação da família também em relação ao seu filho. Eu acho que lá eles fazem um trabalho muito interessante, (...) eles fazem junto com as famílias, não é um trabalho só com alunos [mas] também com os pais (EA1)

Quanto às expectativas em relação à presença da O.A na EA, assim como na relação com outras escolas, a palavra de ordem é ampliar o atendimento. Tanto os sujeitos da EA, como da própria O.A se referem à necessidade de aumentar o número de alunos atendidos. Porém, essa ampliação deve ser feita com a qualidade, buscando a coordenação dos trabalhos dos outros centros filiados, para que não se coloque em risco nem o praticante, nem o profissional. Isto é, ampliar com responsabilidade.

expectativa, qual é? Ampliação desse serviço na rede pública. (...) ampliar essa gama de atendimento, porém, com muita responsabilidade, nunca colocando em risco o nosso praticante, o nosso aluno. (...) Aumentar essa capacidade de atendimento buscando a reorganização dos centros que já existem e a criação de outros centros, com estrutura suficiente para que seja feita a equoterapia. (OA2)

o que a gente gostaria mesmo é que pudesse atender a todos, não é? Mas, devido à limitação de vagas, a gente tem que ter a consciência de que ainda faltam vagas, é real. Não tem para todos, não é por causa da O.A, não é por causa da escola... (EA2)

Contudo, para haver ampliação desejada, a O.A defende a existência de uma coordenação central e mais apoio por parte do Governo do Distrito Federal, para uniformizar os atendimentos nos outros centros. Nota-se que esperam ir além da parceria com a SEEDF; desejam firmar convênio com outras secretarias do Distrito Federal, como a Secretaria de Saúde. Nesse sentido, assim se expressa um dos entrevistados:

um outro momento importante do centro básico [que] é a busca, junto com o centro básico de equoterapia de Sobradinho, Planaltina, Samambaia, Ceilândia pra que se tenha uma gerência, uma coordenação de equoterapia ligada, no caso, à diretoria de ensino especial, pra que todos os centros tenham o mesmo tratamento. (AO2)

se as pessoas entenderem que não é só a Secretaria que tem que estar, e sim, o Governo do Distrito Federal em si, a gente vai ter um melhor rendimento nessa área. (...) Na Secretaria de Saúde nós temos fisioterapeuta, que nos interessam, fonoaudiólogos, psicólogos, médicos neurologistas... no acesso à rede, para que essas avaliações sejam feitas, de uma forma gratuita e eficiente. Então, assim, buscar outras parcerias com o Governo do Distrito Federal pra dar sustentabilidade a todo este projeto da equoterapia... O Distrito Federal é privilegiado, porque é um número grande, em torno de 14 centros de equoterapia, mas, ainda é muito pouco pela demanda que temos. (O.A2)

Uma das dificuldades destacadas pelos atores entrevistados é a aproximação destes com os professores que possuem alunos incluídos, embora, em um primeiro momento, seja difícil esse contato, com o tempo e a persistência acaba sendo proveitoso para ambos os lados:

e quando a gente se aproxima dessas pessoas (dos professores com alunos incluídos) o primeiro impacto sempre fica difícil, não é?... Mas depois que quebra essa barreira e que as pessoas entendem que nós somos pessoas que estamos querendo ir lá e trocar idéias, com o principal objetivo que é a criança, que é o praticante, não é? Esse é o foco principal. (OA2)

quem é aquela criança com aquela síndrome, ou com aquele problema, com aquela patologia específica e como é o fazer pedagógico com essa criança? Ninguém ensinou isso para a gente na escola, né? E o professor, hoje, não tem de onde tirar essa informação, se ele entrar com o nome de uma síndrome na internet, se tiver muita boa vontade, existem palavras ali que não são do jargão do professor, palavras que são do jargão da neurologia, que são do jargão da fisiologia, e que para ele buscar realmente a compreensão do conceito, já vai ser uma coisa complexa para ele e tendo em mãos o conceito, ainda assim, ele não vai saber como o rumo pedagógico a ser tomado com aquela criança, em função da caracterização da patologia dela, isso é um entrave muito importante ... Eu tenho visto resultados excelentes. (OA3)

Outra dificuldade destacada, nas falas das professoras da escola, refere-se à continuidade do trabalho com os alunos, na O.A. Ocorre que, pois depois de encerrado o processo de equoterapia, o aluno deveria continuar na escola de equitação, no entanto, como esta atividade não é gratuita, os alunos não têm recursos para continuar na atividade de hipismo.

a partir do momento que o aluno aparece na associação, com os cavalos, eles amam aqueles cavalos. Só que chega um momento que ele não precisa mais da escolinha de equoterapia e, no caso, eles teriam de passar para hipismo, e hipismo eles não podem fazer lá, porque a escola é paga ... Mesmo que a criança tenha aptidão, tenha dom para hipismo, ele vai ficar estagnado naquele ponto ali. Eu acho que o Governo precisava comprar cavalos, não só para investir na parte da equoterapia, mas no hipismo, pra dar continuidade a esse trabalho pra esses alunos, porque eles [se] apaixonam pelos animais. Eles ficam morrendo de pena quando tem de cortar [essa relação]. (EA1)

Em suma, é possível perceber que existe muita aproximação por parte das percepções dos atores da pesquisa, no que diz respeito: às funções de ambas as partes; sobre a

importância da presença da O.A na E.A; assim como as expectativas futuras de ambas. Contudo, há uma contradição no discurso de uma das entrevistadas, quanto à relação com a E.A, pois embora haja a convicção de que o trabalho será mais efetivo quando as relações entre O.A e as escolas regulares aconteçam de forma de acompanhamentos, reuniões e visitas, no caso da E.A, há uma distinção das demais em relação à importância de manter o contato com as professoras desses alunos, alegando divergências quanto ao método de alfabetização.

No próximo bloco é apresentada a caracterização da Escola B e suas especificidades, assim como o perfil da organização B com suas finalidades, recursos, origem e percepções dos sujeitos entrevistados acerca das ações, objetivos propostos e resultados alcançados.

#### **4. O Terceiro Setor na Escola B**

##### **4.1 Caracterizando a Escola B**

A escola B<sup>44</sup> - funciona desde 1994 e fica localizada na região administrativa de Águas Claras, na comunidade do Areal, área invadida há mais de vinte anos, mas subordinada à regional de ensino de Taguatinga. É uma escola grande, com 55 turmas de 2 a 10 anos de idade, nos dois turnos diurnos. Atendeu, em 2006, um total de 1.317 crianças, quer na educação infantil – creche e pré-escola (288 alunos), quer nos anos iniciais do ensino fundamental (1.029 alunos). Os anos iniciais do ensino fundamental englobam o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), que corresponde às crianças com 6, 7 e 8 anos, e ainda a terceira e quarta série.

Em termos de infra-estrutura a escola possui 33 salas de aulas, 2 refeitórios ligados a duas cozinhas, 29 banheiros, uma quadra esportiva, um campo de areia, um parquinho (usado apenas para educação infantil), uma sala de professores, duas salas de leitura e uma sala de apoio, que atende, com ajuda de três profissionais, os 48 alunos com necessidades educacionais especiais incluídos. A EB possui 98 profissionais, sendo 77 professores e 21 servidores. Isso sem contar com os servidores terceirizados e monitoras contratadas para auxiliar à creche.

---

<sup>44</sup> Doravante denominada E.B .

A proposta pedagógica de 2006, intitulada “Projeto Integração Total” apresenta como princípios norteadores: “igualdade, qualidade, liberdade e valorização de todos envolvidos no processo”. O documento também expressa o dever de garantir: “busca de felicidade; educação de qualidade; exercício pleno de cidadania; afirmar e reafirmar valores; participação plena da comunidade nos processos decisórios; visão holística; ética; comprometimento Seu objetivo assim se expressa: social; resolutividade; amor à vida e sonho compartilhado”. “promover efetivamente o desenvolvimento global do educando, propiciando uma educação de qualidade, formando assim, cidadãos participativos, críticos, compromissados e éticos”.

Na E.B, foram ouvidas cinco profissionais da educação<sup>45</sup>: assistente pedagógica, coordenadora da educação infantil e três professoras.

## **4.2 Caracterizando a Organização B**

### **4.2.1 Histórico e Origem**

A organização “B”<sup>46</sup>, segundo seu estatuto, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, instituída em 22 de dezembro de 2003, e qualificada como Organização da Sociedade Civil Pública - OSCIP, nos termos da lei N 9.790/99<sup>47</sup>. A sede fica localizada em uma sala de um dos prédios do setor comercial de Brasília.

A entidade surgiu a partir de um grupo que trabalhava em outra organização social e que decidiram criar uma OSCIP para concorrer em processos de licitação, para a execução de projetos na área social, sobretudo na educação onde, segundo uma das entrevistadas, havia maior demanda:

....surgimos em 2003 com uma reunião de um grupo. Nós éramos três, quatro pessoas e aí nós decidimos fazer .... criar essa OSCIP para trabalhar nesse setor:

---

<sup>45</sup> Com a finalidade de facilitar o entendimento ficam definidos como códigos dos atores entrevistados: E.B2 para a assistente pedagógica, EB2 para a coordenadora da educação infantil, e E.B3, E.B4 e E.B5 para as três professoras.

<sup>46</sup> Doravante será denominada de O.B

<sup>47</sup> Também conhecida como Lei do Terceiro Setor, lei Federal que trata da criação da OSCIP, uma nova qualificação para as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos. O registro e qualificação são fornecidos pelo Ministério da Justiça.

educação, saúde, esporte... Então nós criamos nesse intuito, trabalhar, principalmente na educação e aí foi isso, juntamos começamos, a participar de licitações. (...) . A gente tinha interesse em trabalhar nessa área já... e houve a demanda e nós resolvemos atuar nessa área (OB1).

Na O.B foram entrevistadas apenas duas pessoas<sup>48</sup>. Em função da indisponibilidade da entidade, não foi possível realizar a terceira entrevista, como prevista anteriormente. A primeira entrevistada foi a vice-presidente executiva, que é responsável pela parte administrativa e financeira da entidade. Ela é formada em administração de empresa com especialização em projetos. O outro entrevistado foi o diretor de operações, formado em ciências contábeis, servidor aposentado que trabalhou por muitos anos como auditor em vários órgãos governamentais, dentre os quais, o Ministério da Educação. Depois de aposentado, o segundo entrevistado trabalhou por mais de dez anos em uma organização social do Distrito Federal, onde conheceu os outros dirigentes da O.B que tiveram a iniciativa de fundar a entidade pesquisada. Na O.B possui, entre outras responsabilidades, a de manter entendimentos com entidades públicas ou privadas com a finalidade de estabelecer cooperação para o incentivo de ações nas áreas culturais, esportivas e de lazer.

Depois de realizadas as duas entrevistas da O.B, ficou evidente a necessidade de ouvir servidores da SEEDF que coordenam os projetos analisados. Desta forma foi entrevistada a coordenadora do Reforço Escolar, na parte administrativa, e uma das coordenadoras do Projeto Creche, na Gerência de Assistência Técnica à Educação Infantil<sup>49</sup>.

#### **4.2.2 Finalidade e Recursos**

Dentre as finalidades presentes no estatuto da O.B, destaca-se aquela que indica a

promoção de ações que resultem na melhoria da assistência social, da saúde, da educação, do ensino, com vistas ao crescimento e capacitação do indivíduo e ainda, o apoio técnico a projetos de promoção social nas áreas de educação, cultura, especialmente nas áreas de assistência social e de cooperativismo dentre outras, que visem programas de integração social, desenvolvimento de tecnologias, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e/ou científicos.

---

<sup>48</sup> Com a finalidade de facilitar o entendimento ficam definidos como códigos dos dois atores entrevistados da OB: OB1 para a vice-presidente executiva e OB2, para o diretor de operações.

<sup>49</sup> Os códigos utilizados para as duas entrevistas foram SE1 e SE2, respectivamente.

Os entrevistados definem como finalidade, então, a assistência social, direcionada para educação, embora no estatuto possam atuar também no esporte e lazer.

é assistência social mesmo, direcionado para educação. Agora nós trabalhamos em todas as áreas. Nosso estatuto reza que a gente pode trabalhar em todas essas áreas: educação, esporte, lazer. (...) Mas a gente quer ficar focado na educação. Quer atingir essa meta: educação e creche, educação de crianças e na creche.. (OB1)

A finalidade da OB é praticamente o desenvolvimento econômico e social das pessoas, mais o lado social, de prestar assistência e desenvolvimento dos diversos setores das pessoas... (OB2)

Os recursos para execução das atividades da O.B são provenientes de um pequeno grupo de associados, que contribuem anualmente, porém o que mantém a organização são os repasses financeiros do setor público, para execução dos projetos nos termos de parceria, principalmente na área de educação.

tem um corpo, grupo de associados, muito pequeno, em torno de 30 pessoas por aí, que dá sua contribuição anual. Outra fonte são os próprios contratos de parcerias que a gente faz e, dentro desse contrato de parceria, entra, há despesas, por exemplo, administrativas com a execução desses projetos que a gente desenvolve por aí. (OB2)

### **4.3 Organização B na Escola B**

#### **4.3.1 Percepções**

Antes de evidenciar as percepções dos atores envolvidos nas ações da O.B na E.A é válido descrever, brevemente, os dois projetos da O.B executados na área educacional, no ano de 2006.

O projeto Creche se destina ao atendimento de 605 crianças na faixa etária de 0 a 3 anos, em nove creches públicas do Distrito Federal, mantidas pela SEEDF e localizadas em regionais<sup>50</sup> diferentes. A OSCIP que ganha no processo de licitação deve contratar 104

---

<sup>50</sup> Regionais de Ensino – forma de divisão administrativa da SEEDF

monitoras e comprar material<sup>51</sup> de consumo e recebe dotação orçamentária para cumprimento das metas. O termo de parceria<sup>52</sup> celebrado entre SEEDF e a O.B para execução desse projeto, determina que a entidade execute o projeto técnico e que se responsabilize integralmente pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, referentes aos recursos humanos utilizados na execução do objeto. O valor repassado no termo de parceria celebrado entre as partes, em 2005, para execução do projeto foi de 5.784.314,76 (cinco milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, trezentos e quatorze reais e setenta e seis centavos), pago em seis parcelas, como indica um termo aditivo.

Já o projeto “Reforço Escolar” visa oferecer aulas de reforço escolar aos sábados, aos alunos beneficiados no Programa “Renda Minha”<sup>53</sup> e que estejam com rendimento escolar insatisfatório. A OSCIP que celebra o termo de parceria deve contratar as monitoras que ministram as aulas de reforço nas disciplinas de matemática, português e atividades lúdicas. Para tanto, foram contratadas 867 docentes para atender 21.354 alunos, em 71 escolas pólos, em 14 regionais de ensino. Isto é, o aluno nem sempre faz o reforço na própria escola, devendo se deslocar para outras escolas que, por vezes, são distantes da sua casa, recebendo para tanto o vale-transporte.

Sobre o projeto “Reforço Escolar” é válido mencionar que ele vem sendo implantado na rede pública do Distrito Federal desde 1999, com a denominação anterior de “Sucesso no Aprender”. A partir de 2002, com o programa “Renda Minha”, ganha o nome atual e aumenta a oferta de 13.000 (treze mil) para 20.000 (vinte mil) alunos atendidos. O desenvolvimento dessa atividade foi sempre feita por organizações sociais que mudaram ao longo do tempo, como explica um dos entrevistados: .

os projetos com a secretaria são os projetos que a gente já executava antes na O.S<sup>54</sup>. ...Eram cinco projetos que tínhamos com a SEEDF. Tinha, por exemplo, a “Escola bate a sua porta” que foi o primeiro deles. Depois tinha o “Visitador Escolar”, que era para verificar a evasão das crianças. Depois o “Renda Minha”, que antes ....era o “Sucesso no Aprender” ..... e esse Renda Minha ... tinha a parte de assistência odontológica-médica e além do reforço escolar que a gente fazia....Quando houve o desdobramento nos ficamos somente com o reforço escolar e a parte de creche também que a gente desenvolve. (O.B2).

---

<sup>51</sup> Colchões baby, lençol toalhas de banho, uniformes infantis, sabonetes, shampoo, condicionador, loção hidratante, bucha, talco, fralda descartável, creme dental, velotrol, brinquedos, etc.

<sup>52</sup> Instrumento jurídico de cooperação entre os governos e OSCIP para o fomento e a realização de projetos.

<sup>53</sup> Programa da SEEDF para manter criança na escola com o pagamento de uma bolsa mensal a família.

<sup>54</sup> organização social que estabeleceu parceria com SEEDF.

É válido fazer um breve resgate histórico do atendimento em creches, no Distrito Federal. O atendimento nas nove creches<sup>55</sup> começou no governo Cristovam, para atender 600 crianças, cuja parceria era feita com uma instituição que atendia menores em medidas sócio-educativas. Depois, no governo Roriz, entrou a Secretaria de Ação Social que passou a fazer a contratação das monitoras. Dois anos depois, esse trabalho começou a ser realizado por uma organização social (O.S). Mais tarde, a atividade passa a ser realizada por uma OSCIP, mudando a forma de contrato estabelecida entre as partes de “Convênio” para “Termo de Parceria”. No entanto, o curioso é que a oferta nunca passou dos 600 alunos, pois atualmente o número fornecido pela O.B é de 605 crianças.

esse projeto ..... configura com uma parceria. Na verdade, só na nomenclatura, mas na verdade ele é um contrato, que seria um termo de prestação, mas se configura como... Ele era um convênio, porque a O.S era do Governo, então, quando passa a ser OSCIP, na verdade, pra uma parceria, que tem essa distinção, (...) e aí então, hoje, como é que ele fica. Sempre é renovado, tem o dinheiro. A verba às vezes não dá, então é cheio de termos de ajuste (SE2).

Ainda sobre a história das creches, especificamente sobre a contratação das monitoras, uma das professoras entrevistadas, avalia que aquelas contratadas antes pela Secretaria de Ação Social eram melhores do que as da atualidade. E assim como a outra entrevistada, a atuante na Gerência de Educação Infantil também relaciona interesses políticos partidários nessa contratação, tanto na escolha da OSCIP, como na seleção das monitoras.

antes, a creche tinha um intercâmbio. Aí o que acontece?! Tinham reuniões, as monitoras eram preparadas para virem. E eram adolescentes. Tinha um respeito maior pelo professor. Já com estas senhoras não tinham condições. E aí depois que estas senhoras saíram. Vieram essas da O.S . Aí que piorou tudo. Porque estas meninas eram cabo eleitoral. Entendeu? (...) vinham com camiseta. Então, elas não eram preparadas, elas recebiam miséria e não tinham direito a nada. Não tinham direito a trazer atestado, eram tratadas realmente como escravas. E eu acho que isto acarreta também na qualidade do trabalho delas. Então elas tratavam as crianças de forma bem frias mesmo, não tinham aquele comprometimento com as crianças. (EB5)

..... então eu acho que era um critério político de escolha... Uma troca de amigos... a gente aqui fazia os projetos e as deliberações aconteciam lá em cima. Mas pelo que eu pude perceber, na minha leitura, observando e acompanhando os projetos todos, era isso que acontecia. (...) Lembrando que o critério pra ser monitora, não passa por aqui, a gente só faz o treinamento, mas é sabido que são indicações políticas, cabos eleitorais da Deputada. Entendeu? Isso é bem claro, porque elas chegavam às escolinhas para as professoras e diziam: “Olha! Quem me botou aqui foi a Deputada Fulana de Tal. Eu tô aqui pra isso, pra fazer... sabe... (SE2)

---

<sup>55</sup> São creches localizadas em nove regiões diferentes.

Nos dois projetos, a responsabilidade pela sua elaboração técnica é da SEEDF, ficando a cargo da OSCIP apenas a contratação de recursos humanos e compra de material. A relação com as escolas não acontece apenas nos níveis central e intermediário da SEEDF, como afirmam os entrevistados:

olhe, com a escola praticamente não temos contato, porque é uma relação nossa com a secretaria e nós não temos nenhuma interface com a escola em si. A escola entra apenas como se fosse o local físico para execução das atividades. A gente não tem, assim, contato direto com os diretores de escola e sim com os coordenadores do programa. (OB2)

..... o papel da organização é só operacionalização. Toda a coordenação administrativa, de relatórios, de controle de frequência de aluno, de diário de classe, tudo é comigo, o treinamento dos monitores também é feito por nós. A O.B só faz mesmo a execução, de contratar o pessoal, de pagar o pessoal, de pagar o lanche. Os vales-transporte eles mandam pra eu distribuir. (SE1)

... o projeto é elaborado pela secretaria, onde tem todas as conotações, o que visa o projeto e como ele será desenvolvido e nós, dentro da parceria, damos cumprimento aquele, ao desenvolvimento desse projeto. E como a gente já estar familiarizado com a execução disso, que era executado anteriormente, então para nós não tem nenhuma dificuldade em executar (OB2)

Assim como não existe relação da escola com a O.B, os contatos são sempre feitos com a Gerência de Educação Infantil localizada no Palácio do Buriti, como afirma uma das entrevistadas: “E até as coisas que a gente vai entrar em contato com relação às monitoras, é com o pessoal do Buriti. A gente não tem o contato com o O.B” (EB2)

Na E.B, onde fica localizada uma das creches que recebem monitoras contratadas pela O.B, os sujeitos entrevistados não tinham conhecimento do nome da OSCIP responsável pela contratação. Assim como a comunidade escolar também não sabe quem contrata e como é feita essa contratação. Os professores sabem apenas que tem uma entidade que faz a contratação das monitoras:

Não, não conheço a organização. É o antigo OS? (...) Ah, tá não conheço (...) inclusive eu achava que eram contratadas pelo OS. (EB3)

Os professores sabem que tem um órgão à parte que atende essa parte das monitoras, dos materiais que existe. Os pais, a gente procura também deixar a par, apesar de que uns ainda pensam que é o atendimento da professora mesmo, da Secretaria, a escola tem que dar conta. (EB2)

A EB atende 75 crianças com 2 e 3 anos na creche e as monitoras têm um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem das crianças, pois nessa faixa etária duas funções são fundamentais: cuidar e educar. Portanto, são auxiliares das professoras na função de cuidar, sem deixar de lado a parte educativa. As crianças são atendidas em horário integral e o grupo de 12 monitoras – 6 em cada turno, é responsável pelo cuidado das crianças: na hora do banho, da alimentação, ir ao banheiro, trocar fralda, etc.

..... a parte delas é essa aqui: quando as crianças chegam na escola, às 7h30, elas trocam a roupinha das crianças, colocam o uniforme, então a função delas é preparar as crianças, auxiliar a professora na entrada ..... aí encaminha as crianças para o refeitório auxiliar no lanche. Se tem alguma atividade pedagógica que exige mais atenção, elas auxiliam, o banho, na hora do soninho também, elas estão por perto, são fundamentais e no parquinho, e as professoras sempre por perto, elas são apoio das professoras.(....)?

Sobre a importância da creche para a comunidade, todos os entrevistados são unânimes em afirmar o quanto a comunidade necessita desse atendimento, pois são famílias de baixa renda que trabalham o dia inteiro. A demanda por vagas é muito grande, haja vista ser a única creche pública da região. A seleção das crianças contempladas é feita pelo Centro de Desenvolvimento Social – CDS, usando como critério o risco social e nutricional.

....a creche é uma luz na vida deles... essa creche, por isso que os pais sentem muita falta. Tem criança aqui, que a vida deles é essa creche, ficam mais tempo aqui (...) porque o seguinte, a creche é o dia inteiro, não tem de ficar meio período, porque são pais que precisam mesmo, mães... porque essa comunidade aqui é muito carente. (...) [são] crianças que você percebe que vem para a creche para se alimentar. Tem criança aqui que você vê não tem higiene em casa, a alimentação é precária, a dificuldade é muito grande, porque a realidade aqui é assim. (EB1)

... qual o critério de encaminhamento dessas crianças? Não é a Secretaria que encaminha, são os CDS's – Centro de Desenvolvimento Social. Então o critério é risco social e nutricional.... (SE2).

A percepção dos sujeitos entrevistados na escola e na SEEDF sobre o trabalho das monitoras se aproxima muito da mesma idéia, que seria o cuidado na seleção e treinamento

das mesmas. Lembrando, como já foi mencionado, o treinamento sempre esteve a cargo da Gerência de Educação Infantil. Contudo, os sujeitos da OSCIP afirmam que a contratação segue critérios pré-estabelecidos.

....essa contratação ela tem uma fase inicial em que esse pessoal todo é selecionado mediante a apresentação de currículos, então tem uma grade, inclusive de avaliação desse pessoal: o tempo deles como professor.....a experiência deles..... a parte didática e então tem aquela coisa.....Então é uma grade onde é feita avaliação desses profissionais e depois esses profissionais são selecionados com os critérios estabelecidos pela própria SEEDF, porque ela que vai.....o projeto a ser implementado para a secretaria, então eles fixam aqueles paradigmas. Então dentro daquilo ali é selecionado os profissionais que vão atuar... (OB2)

A grande queixa dos sujeitos entrevistados recaiu na falta de preparo das monitoras para atuar na educação infantil. Elas consideram o treinamento insuficiente, inclusive sugerem que seja feito por um período maior de tempo. Assim como também consideram a relação entre professoras e monitoras conflituosa e atribuem a isso a falta de vínculo empregatício e a falta de momentos de coordenação pedagógica.

olha, eu acho... na minha opinião, que elas deveriam ser melhor preparadas. Deveria haver um treinamento de um tempo para que elas entendessem o que é educação e como é trabalhar com crianças nessa idade. Porque muitas vêm trabalhar e elas não sabem por onde vai a educação. Educação mesmo, trabalhar com crianças, como falar, maneira de falar, maneira de agir com a criança. Porque você pode causar traumas numa criança de três anos pro resto da vida dela! Então eu acho que elas deveriam ser mais bem preparadas para trabalhar com crianças. (EB3)

não tinha um bom relacionamento tanto com o professor quanto a direção. Mas acho que elas ficavam muito chateadas da forma como eram tratadas pelo órgão que as contrataram. Então elas não tinham aonde recorrer, elas não tinham direito a nada. (EB5)

então, em relação ao treinamento, fazer mais encontros com as monitoras...Faz só um treinamento no início, aí assim por bimestre fazer um encontro com elas seria o ideal. Fazer troca (EB1)

... a creche tem que preparar as monitoras. Quem contrata tem que preparar essas monitoras: como lidar com uma criança; que palavras que tem que ser usadas com a criança.... Quantas delas falavam: - olha esse dever tá feio! Como se fala para a criança que o que ela fez é uma porcaria? Você impede toda a espontaneidade! Quer dizer, falta de preparo do órgão que contratou. (EB5)

Muito mais sério são os fatos ocorridos na creche por falhas na seleção e treinamento. O fato relatado por uma das professoras entrevistadas indica a total falta de conhecimento da

área de educação infantil. Como exigir que crianças pequenas permaneçam caladas por várias horas, sem realizar nenhuma atividade? Outro fato relatado é o hábito de levar as crianças que não tem mãe para casa no final de semana, estabelecendo um vínculo prejudicial ao processo de ensino e aprendizagem, pois confunde os papéis de educadores e família.

Tiveram duas meninas da O.S que estavam sozinhas na sala, porque quando o professor tira um abono, elas ficam sozinhas.... e as crianças de três anos, todas sentadas quietas e elas, com a fita adesiva na mão, dizendo que quem abrisse a boca elas iam colocar na boca, e eu da minha sala vendo isso !!! Aí falei para a direção se não fizessem alguma coisa eu denunciaria para a comunidade, aí essas duas saíram. Olha isso aí é preparo? Entende? Como é que você vai conseguir manter uma criança de três anos parada? E quantas horas paradas? Têm que aprender brincadeiras, criar com as crianças histórias, tem que ensinar como brincar com as crianças. (EB5)

Pra você ver, tinha uma menina que pegava crianças, porque muitas crianças carentes que não tem mãe, não tem pai, e cria aquele vínculo com a monitora, com a gente. Ela pegava o menino pra levar pra casa, para passar o final de semana. (...) era um relacionamento muito ruim, não era um relacionamento profissional. (EB5)

## 5. Conclusão

É possível notar que existem grandes diferenças nas ações das duas organizações pesquisadas. De um lado, a O.A, uma entidade associativa que tem objetivos claros e definidos para sua atuação na área do ensino especial, oferecendo atendimento em equoterapia, além da significativa contribuição técnica especializada às escolas com que estabelece relação. De outro lado, situa-se a O.B que apenas executa projetos elaborados pela SEEDF, se restringindo, como bem afirma um dos entrevistados, a cumprir as finalidades que o Termo de Parceria indica, mantendo relação apenas com a SEEDF e cumprindo o papel de terceirizar serviços que o Estado delega, com a finalidade de agilizar os processos administrativos.

olhe, eu acho que essa relação, como a própria legislação fala dos contratos, é uma relação de parceria, porque talvez para a secretaria não tenha condições de executar diretamente por ela. Porque ficaria muito difícil para a secretaria ter esse pessoal, todas as medidas administrativas que são muitas, cumprir toda essa parte burocrática dentro da própria secretaria, porque como órgão público tem um bocado de entrave, coisas que são colocadas, e que numa organização social ou numa OSCIP isso pode ser superado. Porque a OSCIP tem normas próprias de desenvolvimento, como uma organização social também tem, então os processos simplificados de licitação, contratação de pessoal também é um processo simplificado. Procura-se simplificar ao máximo, para fugir dessas amarras que

normalmente são colocadas para o setor público, então essa parceria é bastante produtiva nesse sentido, agiliza mais o processo. (OB2)

É importante mencionar que na EA, além da presença da O.A, também há relação com a OB, pois ela encaminha alunos para o reforço escolar, no projeto executado, em parte, pela OB. As críticas ao Reforço Escolar estão em torno da ausência de parceria com a escola, da distância, inclusive física, pois as aulas aos sábados são oferecidas em outra escola distante da EA. Além disso, a EA não consegue visualizar resultados positivos com os alunos que vão ao reforço. Acredita, inclusive, que as atividades realizadas aos sábados não contribuem para melhorar aprendizagem dos alunos: “Eu acho que o reforço não contribui... o reforço do ‘Renda Minha’ não contribui para a aprendizagem dos nossos alunos aqui não”. (EA3)

Os entrevistados, também não consideram efetivo o Reforço Escolar. Eles são responsáveis pelo encaminhamento dos alunos, apenas para cumprir determinações superiores. Eles até esperam estabelecer maior relação com a OSCIP que viabiliza o reforço escolar, com o objetivo de oferecerem informações acerca dos alunos beneficiados, mas não conseguem estabelecer nenhuma relação.

na verdade o que a gente ouve dos pais que levam as suas crianças, e das próprias crianças, é de que o reforço nem acontece, porque eles voltam falando muito de brincar o dia inteiro, tem muita briga, ...atividades, geralmente na área de pintura, não que não tenham o seu valor, mas na verdade é que eles estão saindo da Granja do Torto para a Asa Norte, que já é difícil, para ter uma aula de reforço dentro do conteúdo que eles estão tendo. Eu nem sei como que eles sabem lá... que eles imaginam o que está sendo trabalhado aqui. Os alunos não levam material daqui pra lá. A gente não manda nada daqui pra lá. E também eles não entram em contato. O que nós buscamos é uma parceria mesmo, e a parceria não acontece. Não existe. Eles não pedem uma estatística, não pedem nenhum retorno de resultados desse reforço. (EA4)

Já que a EA tem contato com as duas organizações analisadas no presente estudo, foi solicitado que as professoras fizessem comparações sobre o dois atendimentos, Reforço Escolar e Equoterapia. Elas afirmaram não haver parâmetros de comparação. No entanto, conseguem encontrar vários pontos divergentes das duas ações, deixando claro que existem muito mais resultados efetivos com a atuação da O.A, em função do envolvimento dos professores regentes da própria O.A e das famílias.

eu acredito que não tem como comparar, porque o reforço escolar, ele não existe como reforço, muito pelo contrário, os pais reclamam, e não tem benefício

nenhum. Muito pelo contrário! Já da organização A, a gente vem colhendo frutos positivos, o interesse é muito grande, tem sido muito bom. Então, acredito que não existe nenhuma forma de fazer comparação, porque eles são extremamente opostos. (EA3)

do reforço escolar eu não espero nada, porque a proposta que nós teríamos é que seria de trabalhar o reforço de acordo com o conteúdo que é trabalhado na escola. Como não acredito que seja possível, não acredito que eles façam isso. Então, eu não tenho nenhuma expectativa em relação ao reforço escolar. Em relação à O.A, a expectativa é que continue em relação ao atendimento, que continue dando esses frutos que vem dando, e que não seja interrompido, esse atendimento. (EA5)

a O.A é um projeto sério, que busca um contato com a escola durante o ano todo. Nós procuramos a O.A porque a gente teve um retorno de lá pra cá também, eles sabem exatamente quais são os alunos que estão indo e porque. Os nossos alunos são enquadrados no projeto de acordo com o perfil que eles estão pedindo. Isso eles tem de todos os nossos alunos. Então, a gente leva, vai com os documentos que nós temos, levamos o contato com os profissionais que atendem esses alunos, né?... eles buscam resultados daqui, da escola. Funciona valorizando, respeitando a característica de cada um. Pra mim isso é fundamental.... (EA2)

há um estudo de caso de cada um, entende? Porque, não é, assim, mandando, porque esse aqui vai pra lá e vai fazer... é totalmente diferente. (EA1)

Enquanto na O.A os alunos são avaliados e estudados caso a caso, na ação do O.B não existe nem mesmo troca de relatórios ou fichas. Portanto o maior distanciamento das ações das duas entidades estudadas está na relação com as escolas.

Porém a coordenadora do “Reforço Escolar” o defende e alega que a proposta pedagógica se diferencia do trabalho realizado na escola. E afirma que o ideal era poder atender a todos os alunos, no horário contrário.

porque, quando a gente fala em reforço escolar, você acha que a gente está ensinando 2 é 2 pra criança, aula tradicional, mas não é. A proposta pedagógica do reforço, a gente trabalha com o lúdico, com a auto-estima, através de teatro, de jogos, entendeu? Então, é toda uma... jogo de xadrez, jogo de dominó, então, você está ensinando a matemática através do xadrez. Então, são aulas diversificadas. Não é aquela aula mesmice que eu tenho durante a semana não. Um aluno do reforço escolar, você vai ver que ele é totalmente diferente. ... Agora, o ideal, seria isso que eu conversei com você. Seria que a Secretaria pudesse realmente dar o reforço escolar pra todos os nossos alunos que precisam, porque não é só uma parcela de 20.000 que precisam. (SE1)

Desta forma, analisando os dois projetos desenvolvidos pela O.B e a Equoterapia realizada pela O.A, pode-se constatar grandes diferenças e quase nenhuma aproximação. Embora as duas entidades recebam recursos do Estado, recursos humanos e financeiros, enquanto a O.A realiza trabalho de suma importância, com resultados reconhecidamente satisfatórios na inclusão do aluno com necessidades educacionais, sempre preocupados em estabelecer vínculos com as escolas, oferecendo apoio técnico especializado, a O.B, por sua vez, é contratada por meio de licitação pública, com termo de parceria para subcontratar recursos humanos que irão atuar no reforço e nas creches, com total ausência de relação com a escola.

Como parte do projeto neoliberal de reestruturação do Estado, a O.B cumpre muito bem o papel de terceirização, sobretudo na execução do projeto Reforço Escolar, pois se trata de um programa social ditado pela focalização e redução de gastos. Haja vista que apenas uma parte dos alunos é beneficiada. Especificamente, localiza-se no barateamento dos custos sociais ao Estado, que tem a intenção de precarizar, focalizar e localizar serviços, perdendo assim, as dimensões universais de não-contratualidade e de direito do cidadão (MONTAÑO, 2005).

É notório o entendimento, com a contribuição de Montañó (2005), da influência da Reforma do Estado, nas ações da E.B . Primeiramente com a própria regulamentação da OSCIP, e a criação da nova categoria: público não-estatal. Em seguida como forma de liberar, desimpedir e desregular o acúmulo do capital, O.B se submete à lógica da concorrência, ao invés da lógica democrática de participação. E correto afirmar que O.B não difere de uma empresa privada, que ao estabelecer contrato com o setor público recebe do mesmo recursos financeiros, podendo inclusive remunerar os dirigentes. O que muda são as palavras e preceitos legais, passando de contrato para termo de parceria.

Outro argumento sob influência da reforma está na tentativa de eliminar a burocratização, “publicizando” os serviços, ou seja, mudar de serviços não-exclusivos de Estado em propriedade pública não-estatal, denominada *organização social*. Novamente O.B entra em cena como forma de agilizar os processos de contratação, “corresponderia ao processo de transferência, para o setor privado, de serviços caracterizados como auxiliares ou de apoio às atividades desenvolvidas pelo Estado” (PEREIRA, apud ADRIÃO e PERONI, 2005: 145).

É relevante lembrar que a O.A, mesmo com ações favoráveis, atende uma pequena parcela do público a qual se destina, não tendo capacidade suficiente para atender todos que necessitam desse tipo de intervenção pedagógica, acabam por excluir também, não oferecendo a universalização, traço mais forte que caracteriza a cidadania plena. Outro ponto que merece destaque está na relação público e privado da O.A, pois a mesma se constitui como entidade de origem privada que realiza ações no setor público, usando como principal fonte de recursos, os profissionais cedidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições teóricas presentes no trabalho indicam que as mudanças propostas pelo modelo neoliberal viabilizaram a reforma do Estado, ocasionando o desmanche do Estado de Bem-Estar Social, no mundo. No caso do Brasil, permeado por acordos feitos pelas elites agrária, política e empresarial e ainda pelos organismos internacionais ligados a interesses econômicos, os anos 1990 representam o início da consolidação da presença neoliberal. É nesse cenário, com a Reforma do Estado implantada no governo FHC, que entre outros pontos, interessa minimizar ação estatal, surge a novidade do setor público não-estatal, e assim o espaço propício para a atuação do Terceiro Setor.

Sobre as políticas públicas e a educação cabe ressaltar a influência neoliberal na condução das mesmas, com forte imposição do capital internacional, representado por organismos internacionais que ditaram, com a aceitação ora passiva, ora ativa, da elite e dos técnicos brasileiros, a focalização de investimentos públicos no ensino fundamental, deixando de lado outras etapas e modalidades como a educação infantil, educação especial, ensino médio, etc. Essa tendência se faz presente nos dados coletados na presente pesquisa, pois, no Distrito Federal, os convênios estabelecidos com o Terceiro Setor, 67% foram com entidades beneficentes que atuam na educação infantil e educação especial, deixando claras as lacunas do Estado, nessas áreas.

Outra contribuição teórica que facilitou o entendimento do objeto de estudo foi a dicotomia público e privado na educação brasileira. Foi importante trazer ao debate a idéia de que as reformas educacionais favoreceram a transfiguração da atuação estatal, no sentido da manutenção da prevalência privatista do Estado brasileiro, pelo surgimento e aumento de novas relações entre o público e o privado. E, entre estes, o surgimento e fortalecimento do setor privado filantrópico.

A esfera privada na educação brasileira, dividida em privada lucrativa e não lucrativa, onde o segundo grupo se classifica em escolas confessionais, comunitárias e filantrópicas, sempre existiu na história da educação brasileira, e se fez presente em grandes momentos de luta política por direitos educacionais. É oportuno lembrar, que tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1986 e, antes mesmo, a própria Constituição de 1988 ofereceram

especial destaque ao setor privado não-lucrativo ao permitir que recursos públicos pudessem ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas.

É nesse campo do setor privado não-lucrativo que o Terceiro Setor surge com nova roupagem, pois é, na verdade, apenas uma substituição de velhos conhecidos, como as entidades filantrópicas. E os dados desse estudo indicam isso ao revelar que 56% das entidades conveniadas, classificadas como assistenciais e beneficentes, têm origem anterior à reforma do Estado, período do fortalecimento do Terceiro Setor, portanto, à implementação do ideário neoliberal. Contudo, são as OSCIP's, surgidas recentemente, que obtém maiores volumes de recursos e atendem ao quantitativo maior de alunos em projetos que foram seriamente criticados pelos sujeitos entrevistados. Não obstante, vale enfatizar que mesmo sendo criadas antes da reforma do Estado, muitas dessas organizações foram incrementadas e ampliaram o raio de ação após a aprovação de leis de incentivaram o então setor público não-estatal. Essa assertiva é confirmada pela contribuição de vários autores (Silva, Montaña, Teófilo) que afirmam ser o Terceiro Setor apenas um instrumento da abordagem neoliberal para justificar a ausência estatal na oferta dos direitos básicos dos cidadãos. São parcerias e convênios que materializam uma nova lógica societal, reconfigurando as funções do Estado com estratégias privatistas, focalizadas, descentralizadas e despolitizadas. Assim, cabe, então, considerar essa nova terminologia - Terceiro Setor – como uma abordagem ideológica que visa perpetuar a ação privada na área educacional pública.

Vale destacar, no entanto, que ao mudar a classificação de setor privado não-lucrativo – confessional, comunitário e filantrópico – para Terceiro Setor, são colocados dentro de uma única esfera, instituições distintas, com origens, finalidades e atividades diferentes e até mesmo divergentes. Ocorre que estas, ao estabelecerem convênios e/ou parcerias com o Estado, acabam por provocar dois tipos de terceirização definida por Gentili (1988): na dimensão de financiamento e de fornecimento.

Como se verificou no estudo, das duas organizações, enquanto uma apenas realiza atividades de terceirização dos recursos humanos para projetos da SEEDF. Portanto uma terceirização do tipo de financiamento. A outra realiza ações com notórios resultados para uma pequena parcela de alunos com necessidades educacionais especiais, além disso, também contribui com o conhecimento técnico especializado. Porém, ainda reconhecendo o valor do trabalho realizado, também é um tipo de terceirização do tipo fornecimento, pois recebe os recursos humanos do Estado para exercer as atividades complementares a escola pública.

Com a Reforma do Estado brasileiro, e principalmente com a implementação de dispositivos legais, notadamente a criação das OSCIP's, o setor privado não-lucrativo tem obtido enorme crescimento. Os dados da pesquisa do IBGE revelam o crescimento, por década, das entidades denominadas de FASFIL – Fundações, Associações e Filantropia. Embora na educação pública do Distrito Federal, esse crescimento tenha sido pequeno, haja vista que grande parte das conveniadas com o setor público educacional foram originadas em décadas anteriores. Contudo, aquelas que surgiram nesse período pontuado (década de 1990 em diante) são justamente as que recebem maior valor de recursos e atendem maior quantidade de alunos, nos projetos e programas implementados pela SEEDF.

Considerando as percepções dos sujeitos entrevistados nessa pesquisa, é possível concluir que há grandes distanciamentos em termos de resultados efetivos nas ações das duas organizações. Nota-se que a O.A, possui projeto próprio e atua de forma autônoma em relação às questões pedagógicas propriamente ditas. Enquanto a O.B apenas executa projetos já estabelecidos pelo setor público, atuando apenas na seleção e contratação de pessoal e compra de material.

Foi possível verificar, também, as frágeis relações das organizações com as escolas. No caso da O.A, mesmo se esforçando para estabelecer relações com as escolas originárias dos alunos que atende, oferecendo troca de informações sobre o processo de ensino e aprendizagem, segundo os entrevistados, essa atitude não é valorizada e reconhecida pela SEEDF – Diretoria de Ensino Especial. Já na O.B, essas relações são totalmente negadas e não há nenhum interesse em estabelecê-las.

A O.A oferece atendimento de equoterapia até um dado momento, porém, segundo uma das entrevistadas, existe uma terminalidade no atendimento, imposta por condições econômicas. Isto faz com que ao término de uma etapa, quando seria importante a continuidade gratuita das atividades, a organização não prevê esta forma de atuação. Assim, a organização continua oferecendo essas atividades complementares, não para os estudantes da rede pública, mas para os outros setores que podem pagar. Portanto, primeiro não consegue atender a todos os alunos que necessitam desse atendimento, depois essa segunda parte do tratamento exclui aqueles que não podem pagar, caracterizando o tipo relacional excludente da organização. Esta realidade ratifica a não continuidade das políticas públicas no Brasil que garantem parte de um atendimento demandado, mas não garante a sua continuidade, interrompendo-o de modo geralmente abrupto.

Voltando às questões apresentadas no início desse trabalho é possível responder que não caberia aos atores sociais comprometidos com a educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, a atuação e, usando terminologia do “Terceiro Setor”, o protagonismo nas ações sociais, por vezes substituindo o Estado ausente. Mesmo considerando que a O.A realiza ações pedagógicas que vão ao encontro das necessidades dos estudantes atendidos, o estudo conduz ao entendimento de que não se pode substituir o Estado, sobretudo na arena social e mais especificamente na educação, que deve ser ofertada com qualidade. E ainda há de ser considerado que essas ações são realizadas em um nível de articulação estabelecida pela própria organização e não pelo setor governamental e, dessa forma, sem se constituir numa política com continuidade na rede de ensino. Contudo, o protagonismo pode ser compreendido no sentido de articulação política e participativa na mobilização, a fim de requerer, do Estado, educação pública de qualidade. Nesse mesmo sentido, um dos entrevistados esclarece a urgente necessidade de exigir dos gestores da SEEDF a coordenação das atividades relacionadas à Equoterapia, e a possibilidade de realizar outros convênios com outros setores públicos. O que demonstra a real necessidade da presença do Estado nas ações sociais.

Sobre os acordos oficiais estabelecidos com as organizações estudadas e a Secretaria de Educação do Distrito Federal, observa-se que depois de assinado o convênio, não se acompanha o processo de execução. Não se pode considerar este fato como um acidente de percurso ou uma fragilidade, pois ele é decorrente do marco político pedagógico da lógica de privatização. Nesse sentido, a perspectiva analítica não pode desconsiderar que as possibilidades e limites das políticas de gestão educacionais não se dissociam dos marcos políticos e pedagógicos sobre os quais se estrutura o sistema educacional brasileiro. Com isso, os dados do presente estudo indicam, por exemplo, que a preocupação de uma das organizações é apenas garantir o acesso à creche, não sendo consideradas fundamentais as relações pedagógicas. Portanto, a trilogia da descentralização, desconcentração e sobretudo desobrigação do poder público é uma desobrigação paradoxal, porque ele não se responsabiliza em criar as condições necessárias, no âmbito do próprio setor público, paga a iniciativa privada para desenvolver essa atividade, mas não acompanha seu desenvolvimento. Desta forma, essa engenharia é extremamente benéfica para o Terceiro Setor e maléfica sob o ponto de vista da implementação de uma política pública. Com isso, percebe-se que essa relação entre o setor público e o setor privado acaba por se caracterizar como mera contratação de prestação de serviço, terceirizando as ações do poder público sem que este

acompanhe e avalie a sua efetivação.

É de suma importância que a Secretaria de Educação do Distrito Federal cumpra seu papel previsto, inclusive, nas minutas de convênio, no tocante ao acompanhamento e à articulação do trabalho que se realiza com os pressupostos político-pedagógicos que norteiam, por exemplo, a ação da educação infantil. Ao constatar que o Estado, ao repassar recursos para uma organização civil desenvolver uma dada atividade educativa, desincumbe-se do acompanhamento e da avaliação que lhe é dada, percebe-se que ele constrói a compreensão de que qualquer um pode desenvolver educação e, por conseguinte, qualquer organização pode contratar monitores para educação infantil, ou para o reforço escolar, sem a menor familiaridade com o tema.

Outro aspecto que também não pode ser considerado acidente de percurso, diz respeito à falta de organicidade da Secretaria com as organizações conveniadas. Isso não acontece por falta de setores especializados para tal, mas por uma desarticulação interna da Secretaria que se inicia com a inexistente relação dos que aprovam o processo licitatório e sua continuidade administrativa, com o setor pedagógico. E essa desarticulação acaba sendo generalizada, não somente entre a organização e o setor específico da Secretaria, mas da organização com a escola e, também, da escola com o setor específico da Secretaria. Este é mais um indicativo do marco político-pedagógico (e sua lógica) que alicerça o trabalho educacional na rede pública de educação do DF.

Partindo da fala dos entrevistados, um ponto detectado é que essa organização que, em tese, deveria cuidar da seleção do treinamento das monitoras para a educação infantil, não cumpriu seu papel adequadamente. A educação infantil, que tem com prerrogativa o atendimento a uma clientela numa perspectiva mais ampla do que escolarização, teve seu papel secundarizado à medida que o tipo de prestação de serviço, por meio da terceirização efetivada, não garantiu monitores com preparação específica para educação infantil. Foram falhas na seleção e treinamento na perspectiva educacional da creche que resulta na constatação da postura absurda encontrada pela pesquisadora de se manter crianças pequenas caladas por várias horas, sem realizar nenhuma atividade. Certamente, esta é uma postura que revela a compreensão da educação infantil como um depósito de crianças e não uma instituição educacional.

Pode-se verificar que o Estado tem se afastado do atendimento aos direitos básicos do

cidadão, ao mesmo tempo em que favorece a ação de outras organizações, que embora sejam denominadas de públicas não-estatais, atuam na implementação de políticas públicas focalizadas, quase sempre com financiamento público. Ou seja, de fato essa categoria genérica, denominada de Terceiro Setor estaria sendo instrumento privado, usado pelo Estado, para cercear direitos públicos. Isso pode ser comprovado quando os sujeitos revelam a precariedade de recursos humanos alocados para atender a demanda por educação infantil, no caso da O.B e a distância dessas entidades contratadas, na condução das atividades pedagógicas.

A questão do público e privado na relação da escola com o Terceiro Setor, embora se estabeleça de forma distinta nas duas organizações estudadas, tem o mesmo teor de terceirização, uma do tipo de financiamento e a outro de fornecimento.

O estudo do Terceiro Setor no campo educacional é complexo e revelador das imbricações entre o público e o privado, cabendo incentivar outros estudos, nessa área, que possam identificar mais especificamente o grau de atuação dessas entidades e suas aproximações com as escolas públicas. Uma das dificuldades encontradas para realização desse trabalho foi a falta de dados precisos das realizações dessas organizações, porque muitas delas são realizadas nas escolas, mas não há registro na SEEDF, pois muitas vezes a escola não realiza registro por escrito, ou não há solicitações formais. Dessa forma, só foi possível verificar as ações das entidades que tinham convênios formais com a Gerência de Contratos e Convênios da SEEDF, posto que estabeleciam contrapartidas financeiras.

Ao analisar as relações de interdependência, atuação e colaboração, pode ser dito que entre O.A e o setor público a dependência se faz presente quando às ações da entidade não podem ser efetuadas sem o convênio estabelecido com o à SSEDf, pois sem o recurso humano cedido, além de não terem a mão de obra qualificada para atuação com os alunos, também não realizam os cursos de formação, que é fonte de recursos financeiros para a organização. Por outro lado, embora sejam atividades complementares à escola, existe uma relação de dependência com os alunos atendidos, que reconhecidamente, são favorecidos na melhora do processo ensino e aprendizagem. Sobre a atuação e colaboração, O.A tem valor, pois hoje, representa não apenas o atendimento aos alunos, mas também favorece o conhecimento técnico científico acerca das várias peculiaridades da deficiência. Embora essa última contribuição não seja reconhecida pelas instâncias superiores da SEEDF.

A O.B não apresenta interdependência com a esfera pública, haja vista que as

atividades realizadas podem ser feitas por qualquer outra entidade do tipo OSCIP, basta que, para isso, participem dos processos de licitação. Contudo, depois de estabelecido o termo de parceria, a atuação se torna fundamental, principalmente na contratação de monitoras para as creches públicas, pois sem essas não seria possível o atendimento integral das crianças. Como resultado da clara demonstração da ineficiência da seleção, contratação e acompanhamento desse pessoal, assevera-se que o setor público teria melhores opções para obter esses recursos humanos, inclusive por meio de concurso público, o que seria o comportamento mais adequado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Theresa e PERONI, Vera. Público não-estatal: estratégias para o setor educacional Brasileiro. In: ADRIÃO, T. e PERONI, V. (Orgs). O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e Sociedade. São Paulo. Xamã, 2005.

ANDERSON, Perry. As Origens da Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

ANTUNES, Ricardo. Reestruturação capitalista e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. IN: DOURADO, Luiz e PARO, Vitor (org.). Políticas públicas e educação básica. São Paulo: Xamã, p. 13 a 27.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. A Educação como Política Pública. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 12ª Edição, 2005.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.63-118.

BRESSER PEREIRA, L. C. e GRAU, N. C. Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. In BRESSER PEREIRA, L. C. e GRAU, N. C. (orgs.). O público não-estatal na reforma do Estado. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BRUNO, Lúcia. Reestruturação capitalista e Estado Nacional. In: OLIVEIRA, Dalila e DUARTE, Marisa. Política e trabalho na escola: administração dos sistemas políticos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BUENO, Carmelita Cristina de Oliveira e KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Público e Privado: A Educação Especial na dança das responsabilidades. IN: In: ADRIÃO, T. e PERONI, V. (Orgs). O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e Sociedade. São Paulo. Xamã, 2005.

BUFFA, Ester. O público e o privado como categoria de análise da educação. In: LOMBARDI, José C, JACOMELI, Mara R. e SILVA, Tânia Mara T. (orgs.). O público e o privado: na história da educação brasileira. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, Unisal, 2005 (Coleção Memória da educação)

CASTRO, Ieda Maria Nobre. Conceito de Política Educacional como Política Social Pública. Universidade Federal do Ceará, 1994.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade in Revista Praia Vermelha nº 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997

CURY, Carlos R. Jamil. Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7ª ed. – São Paulo, Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas. In: LOMBARDI, José C, JACOMELI, Mara R. e SILVA, Tânia Mara T. (orgs.). O público e o privado: na história da educação brasileira. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, Unisal, 2005. (Coleção Memória da educação)

DOURADO, Luís Fernandes. O público e o privado na agenda educacional brasileira. In: FERREIRA, Naura Syria e AGUIAR, Márcia Ângela da S. Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas, in Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Vol. 4 Políticas Sociais e organização do trabalho, Brasília: IPEA/IPLAN, março de 1990.

DUPAS, Gilberto. Tensões Contemporâneas entre o público e o privado. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

DURÃO, Jorge Eduardo S. O Impacto da Reforma do Estado e Ação das ONG's. Palestra apresentada em mesa-redonda no 19º Congresso das APAE's, em Belo Horizonte. Julho de 1999.

ESPING-ANDERSEN, G., "O futuro do welfare state na nova ordem mundial", in Revista Lua Nova nº 35, São Paulo: Marco Zero/CEDEC, 1995.

FERREIRA, Nilda Tevês. Cidadania: uma questão para a educação – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FERNANDES, Rubem César. Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GENTILI, P. - A Falsificação do Consenso. Editora Vozes: Petrópolis. 1998.

GRACINDO, Regina Vinhaes. O escrito, o dito e o feito: Educação e partidos políticos. Campinas, SP: Papyrus, 1984

- HORACHOSVISKI, Rodrigo Rossi. Associativismo civil e Estado: Um estudo sobre organizações não-governamentais (ONG's) e sua dependência de recursos públicos. In: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 109-127 [www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br)
- LIMA, Paulo Gomes. Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional. Campinas, SP: [s.n.], 2001.
- LOPES, José Rogério. TERCEIRO SETOR: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. IN: São Paulo em Perspectiva. 18(3) p. 57-66, 2004
- MARSHAL, T.H., "Cidadania e classe social", In Cidadania, Classe Social e Status, Rio de Janeiro: Zahar, 1967
- MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005
- NAVARRO, V. Neoliberalismo y Estado del bienestar. Barcelona: Ed. Ariel, 2ª ed. 1998.
- PISÓN, José Martínez. Políticas de Bienestar. Um estudo sobre los Derechos Sociales. Madrid, Editorial Tecnos, 1998.
- SADER, Emir. Brasil: una historia de pactos entre élites. In: Tiempos Violentos: neoliberalismo, globalización y desigualdad em América Latina / compilado por Atílio Borón Julio C. Gambina y Naúm Minsburg – 1ª ed. Buenos Aires: Clacso, 2004.
- SANCHES, Lara Câmara. O Público e o Privado na Educação Básica: um olhar sobre a legislação educacional e propostas de partidos políticos. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília - UnB, 2005.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. O Público e o Privado como categoria de análise. In: LOMBARDI, José C, JACOMELI, Mara R. e SILVA, Tânia Mara T. (orgs.). O público e o privado: na história da educação brasileira. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, Unisal, 2005. (Coleção Memória da educação)
- SILVA, S. Exclusão do público, inclusão do privado: a terceirização dos serviços na educação especial. Anais do 24º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. GT: Educação Especial. 2001

TEÓFILO, Maria da Penha. Parceria Estado e Sociedade Civil: estudo de uma experiência na educação no município de Açailândia-MA. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Maranhão, 2004.

**Consulta eletrônica:**

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/fasfil.pdf>, acessado em 14 de julho de 2007, às 14 horas.

<http://acao.globo.com>, acessado em 10/02/2007), às 18 horas.

## ANEXOS

### **1 - Proposta de roteiro para entrevista** (para as Organizações do Terceiro Setor)

- 1.1 – Origem e motivações do surgimento da organização;
- 1.2 – Atividades desenvolvidas pela organização (quem, onde e como);
- 1.3 – Origem dos recursos para o financiamento dos projetos e ações da organização;
- 1.4 – Finalidade da organização;
- 1.5 – Projeto e/ou ações desenvolvidas na escola;
- 1.6 – Público alvo do projeto na escola;
- 1.7 - Avaliação da relação com a escola;
- 1.8 – Expectativas e/ou resultados alcançados.

### **2 - Proposta de roteiro para entrevista** (para a escola)

- 2.1 – Descrição do Projeto/ação da organização;
- 2.2 – Receptividade da comunidade escolar às ações da organização;
- 2.3 – Dependência da escola às ações da organização;
- 2.4 – Avaliação da relação/parceria com a organização;
- 2.5 – Expectativas e/ou resultados alcançados dessa relação/parceria.

Dados da Organização						Dados do Convênio com SEE-DF				
	Nome Entidade	Bairro	Fundação	Classificação	Títulos e Certificados	Atendimento	Quantidade Idade	Recursos Humanos	Objeto	Vigência
1	Ação Social Nossa Senhora de Fátima	Ceilândia Sul	1959	Assistência Social	Entidade Pública Federal / Certificada no CNAS e CAS-DF	Ed. Infantil	70 Crianças de 4 a 6 anos	3 profs. c/ 40h	Unir esforços no sentido de manter, nas dependências da Ação Social Nossa Senhora de Fátima, educação infantil gratuita a até 70 crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, com intuito de promover o seu desenvolvimento global nos aspectos cognitivo, social, perceptivo, motor e afetivo.	02.03.08
2	APAE do Distrito Federal	Asa Norte	1964	Assistência Social (CNAS) Assistencial (EPF)	Entidade Pública Federal / Certificada no CNAS e CAS-DF	Ed. Especial	120 partir de 16 anos	Cessão de professores na proporção de alunos, constantes na Cláusula Primeira do Termo Aditivo ( <i>Vide minuta</i> )	Atendimento na sede da APAE/DF a alunos portadores de necessidades especiais com idade cronológica acima de 16 anos, nos Núcleos Cooperativos de Educação Profissional e nos programas de inserção no mundo do trabalho.	27.03.06
3	Assistência Social Casa Azul - ASCA	Samambaia	1989	Assistência Social (CNAS) Beneficente (EPF)	Entidade Pública Federal / Certificada no CNAS e CAS-DF	Ed. Infantil	90 Crianças de 4 a 6 anos	4 profs. c/ 20h.	União de esforços no sentido de manter, gratuitamente, nas dependências da Assistência social Casa Azul, educação infantil a até 90 (noventa) crianças na faixa etária de 04 a 06 anos, com intuito de promover o seu desenvolvimento global nos aspectos cognitivo, social, perceptivo, motor e afetivo.	01.07.07

Dados da Organização						Dados do Convênio com SEE-DF				
	Nome Entidade	Bairro	Data de Declaração Fundação	Classificação	Títulos e Certificados	Atendimento	Quantidade Idade	Recursos Humanos	Objeto	Vigência
4	Associação Centro de Treinamento de Educação Física Especial - CETEFE	Asa Sul	1990	Assistência Social	Certificada pelo CNAS e CAS-DF	Ed. Especial - Educação Física	218 Alunos com NEE do Ensino Fund., Médio, EJA, com idade cronológica a partir dos 6 anos de idade	8 profs. de Educação Física de 40h.	União de esforços entre as instituições convenientes com vistas ao atendimento gratuito a alunos com necessidades educativas especiais que compõem o Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos, com idade cronológica a partir de 06 anos e comunidade, em Núcleo de Educação Física e Desporto Especial em vários espaços mantidos ou cedidos à CETEFE	14.04.06
5	Associação das Obras Pavonianas de Assistência Centro Educacional da Audição e Linguagem "Ludovico Pavoni" - CEAL/LP	Asa Norte	1974	Não especificado	Registro no CAS-DF	Ed. Especial	350 (115 em turno integral) DA: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.	Profs. c/ 20 ou 40h, até 1.800h, conforme modulação. (Vide minuta)	Oferecer, conjunta e gratuitamente, nas dependências do CEAL, o atendimento a 350(trezentos e cinquenta) alunos com deficiência da audição (incluindo 115 em turno integral) na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, que residam no Distrito Federal, com exceção dos portadores de múltiplas deficiências.	27.10.07
6	Associação de Mães, Pais, Amigos e Reabilitadores de Excepcionais - AMPARE	Asa Norte	1972	Cultura (CNAS) Beneficente (EPF)	Entidade Pública Federal Certificada no CNAS e CAS-DF	Ed. Especial	120 alunos Dmu e PC acima de 18 anos	12 profs. c/ 20h ou 40h, até 380h	União de esforços entre a SEDF e a AMPARE no sentido de prestar assistência pedagógica reabilitacional especializada gratuita a até 60(sessenta) alunos portadores de Deficiência Múltipla maiores de 18 anos para atendimento ao Núcleo Ocupacional, bem como portadores de Deficiência Múltipla (Paralisia Cerebral), perfazendo um total de 120 (cento e vinte alunos).	19.11.07

Dados da Organização						Dados do Convênio com SEE-DF				
	Nome Entidade	Bairro	Fundação	Classificação	Títulos e Certificados	Atendimento	Quantidade Idade	Recursos Humanos	Objeto	Vigência
7	Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos - APADA	Asa Sul	1975	Não especificado	Registro no CNAS e CAS-DF	Ed. Especial	198 DA a partir dos 16 anos, em Núcleos de Ed. Profissional	16 professores	União de esforços entre as partícipes com vistas ao atendimento gratuito a alunos do Ensino Especial com idade cronológica a partir de 16 anos, em Núcleos de Educação Profissional e Trabalho Cooperativo em vários espaços mantidos pela Segunda, através do Programa de Inclusão do Portador de Necessidades Educativas Especiais - PROINE.	19.11.07
8	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes de Taguatinga e Ceilândia - APAED	Ceilândia Sul	1982	Educação (CNAS) Assistencial (EPF)	Entidade Pública Federal e Certificada no CNAS e CAS-DF	Ed. Especial	205 alunos com DF, Dmu, DM	Cessão de professores na proporção de alunos, constantes na Cláusula Segunda, Item I. (Vide minuta)	A união de esforços no sentido de oferecer, gratuitamente, nas dependências da APAED/DF o atendimento exclusivo e/ou complementar a até 205(duzentos e cinco) alunos portadores de deficiência física grave ou associada a outras deficiências e portadores de deficiência mental.	04.03.08
9	Associação dos Amigos dos Autistas do Distrito Federal - AMA/DF	Riacho Fundo	2000	Não especificado	Registro no CAS-DF	Ed. Especial	19 Alunos com Síndrome do Autismo e de Psicose Infanto-Juvenis	6 Professores	Instituir a cooperação técnica, didática, científica e de apoio utilizando os recursos, físicos e materiais que forem destinados pelas partes convenientes, com a finalidade de dar prosseguimento e expandir o atendimento educacional gratuito a alunos portadores da Síndrome do Autismo e de Psicose Infanto-Juvenis, no âmbito do Distrito Federal, encaminhado pela SEDF.	08.12.06

Dados da Organização						Dados do Convênio com SEE-DF				
	Nome Entidade	Bairro	Fundação	Classificação	Títulos e Certificados	Atendimento	Quantidade Idade	Recursos Humanos	Objeto	Vigência
10	Associação Nacional de Equoterapia - ANDE-BRASIL	Granja do Torto	1989	Beneficente (EPF)	Entidade Pública Federal / Registrada no CNAS e CAS-DF	Ed. Especial	30 alunos	9 Professores	Estabelecer bases de Cooperação Mútua entre as partes, com vistas a ofertar aos portadores de necessidades educativas especiais do DF, atividades de Equoterapia, proporcionando seu desenvolvimento bio-psico-social, através de conteúdo curricular pedagógico e favorecendo novas formas de comunicação, socialização, confiança em si mesmo e auto-estima.	23.07.06
11	Associação Positiva de Brasília - APB	Asa Sul	1988	Não especificado	Registro no CNAS	Formação Continuada de Professores	-	-	A contratação de empresa especializada para ministrar Curso de Capacitação para os profissionais que atuam com turmas de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental.	30.05.06
12	Casa da Criança e da Gestante - CAMEGE	Asa Norte	1967	Assistência Social e Beneficente	Entidade Pública Federal; Registro no CNAS CAS-DF	Ed. Infantil	140 crianças de 4 a 6 anos	6 Profs. C/ 40h, até 240h.	Unir esforços no sentido de manter nas dependências do Grupo da Fraternidade "Cícero Pereira" - CAMEGE, localizada à SGAN Quadra 915, Módulo "E", educação infantil gratuita a até 140 crianças na faixa etária de 04 a 06 anos, com intuito de promover o seu desenvolvimento global nos aspectos cognitivo, social, perceptivo, motor e afetivo.	15.06.08

Dados da Organização						Dados do Convênio com SEE-DF				
	Nome Entidade	Bairro	Fundação	Classificação	Títulos e Certificados	Atendimento	Quantidade Idade	Recursos Humanos	Objeto	Vigência
13	Casa de Ismael - CASEL	Asa Norte	1964	Assistência Social (CNAS) Beneficente (EPF)	Entidade Pública Federal Certificada no CNAS e CAS-DF	Ed. Infantil	130 crianças de 4 a 6 anos	Profs. c/ 20 ou 40h, até 420h (Vide minuta).	Unir esforços no sentido de manter, nas dependências da Creche "Lar:Primeira Luz", localizada na SGAN Quadra 913, Conjunto "G", educação infantil gratuita a até 130(cento e trinta) crianças na faixa etária de 04 a 06 anos, com o intuito de promover o seu desenvolvimento global nos aspectos cognitivo, social, perceptivo, motor e afetivo.	18.05.07
14	Casa do Candango	Asa Norte	1961	Assistência Social (CNAS) Beneficente (EPF)	Entidade Pública Federal Certificada no CNAS e CAS-DF	Ed. Infantil	250 crianças de 4 a 6 anos	Profs. c/ 20 ou 40h, até 420h (Vide minuta).	A união de esforços no sentido de manter nas dependências da Casa do Candango, educação infantil gratuita a até 250 crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, com intuito de promover o seu desenvolvimento global nos aspectos cognitivo, social, perceptivo, motor e afetivo.	20.10.07
15	Centro Comunitário São Lucas - CECOSAL	Ceilândia Sul	1967	Cultura (CNAS) Bairrista (EPF)	Entidade Pública Federal Certificada no CNAS e CAS-DF	Ed. Infantil	240 crianças de 4 a 6 anos	09 Profs. de 40h, até 360h.	A união de esforços no sentido de oferecer, gratuitamente, nas dependências do CECOSAL, educação infantil a até 240 (duzentos e quarenta) crianças na faixa etária de 04 a 06 anos, com intuito de promover o seu desenvolvimento global nos aspectos cognitivo, social, perceptivo, motor e afetivo.	13.08.07

Dados da Organização					Dados do Convênio com SEE-DF					
	Nome Entidade	Bairro	Fundação	Classificação	Títulos e Certificados	Atendimento	Quantidade Idade	Recursos Humanos	Objeto	Vigência
16	Centro de Apoio a Atividades Sociais, Educativas e Culturais - CASEC	Asa Norte	2005	Não especificado	OSCIP	Ensino Fundamental Programa "Renda Minha"	Alunos de 7 a 14 anos		1) A execução do Projeto "Programa Visitador Escolar", visando garantir o retorno e a permanência dos alunos matriculados na rede Pública de Ensino do Distrito Federal, todas as vezes que um aluno faltar 3 (três) dias consecutivos ou 5 (cinco) alternados, dentro do mês, sem justificativa plausível. 2) Execução do Programa "Renda Minha", visando acompanhar e avaliar sistematicamente, por meio de visitas domiciliares a situação sócio-econômica de 129.827 famílias, com 282.436 crianças inscritas, selecionadas, habilitadas no Programa "Renda Minha", rotineiramente, de acordo com a demanda necessária, de modo a incluir, reconduzir, suspender ou desligar beneficiários, garantindo a qualidade e idoneidade do referido Programa.	31.12.06
17	Centro Nacional de Desenvolvimento da Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual.- CEDUPI	Guará II	Não especificado	Não especificado	No DO/DF aparece como OSCIP, mas não consta da relação do Ministério da Justiça nem como EPF nem com registro ou certificado do CNAS. Os telefones não correspondem a organização e ninguém sabe informar.	Ensino Fundamental Programa "Renda Minha"	105.000 (cento e cinco mil) alunos de 7 a 14 anos, beneficiados pelo Programa "Renda Minha"		Realizar ações educativas, preventivas e curativas nas áreas de saúde bucal, oftalmológica e nutricional junto a comunidade escolar, resgatando e fortalecendo a auto-estima dos alunos beneficiários do Programa "Renda Minha", motivando-os a alcançar um bom desempenho escolar ao final do ano. A meta será prover atendimento médico-odontológico/avaliação nutricional para 105.000(cento e cinco mil) alunos beneficiados e doação de óculos, conforme prescrição, para aqueles que apresentarem deficiência visual, conforme Edital de Concurso Público para Seleção de Projeto Técnico nº 008/2005.	31.12.06

Dados da Organização						Dados do Convênio com SEE-DF				
	Nome Entidade	Bairro	Fundação	Classificação	Títulos e Certificados	Atendimento	Quantidade Idade	Recursos Humanos	Objeto	Vigência
18	Congregação das Irmãs Oblatas do Menino Jesus	Brazlândia	1980	Cultura (CNAS) Educacional (EPF)	Entidade Pública Federal Certificada no CNAS e CAS-DF	Ed. Infantil	400 crianças de 4 a 6 anos	15 profs. c/ 40h, sendo 01 coordenador local, até 600h.	A união de esforços no sentido de manter nas dependências do Jardim de Infância Menino Jesus, Educação gratuita na modalidade Educação infantil a até 400 (quatrocentas) crianças, na faixa etária de 4 a 6 anos, com intuito de promover o seu desenvolvimento global nos aspectos cognitivo, social, perceptivo, motor e afetivo.	10.06.08
19	Congregação de São João Batista – Instituto Educacional São Judas Tadeu	Lago Sul	1962	Regime de Apoio Sócio-Educativo em Meio, Aberto, Atendimento Infantil, Orientação e apoio sócio familiar	CAS-DF	Ed. Infantil	90 Crianças de 4 a 6 anos	3 profs., até 60h + 1 prof. C/ carga residual.	A união de esforços no sentido de manter nas dependências da CONVENIENTE, educação gratuita a até 90 crianças na faixa etária de 04 a 06 anos, com intuito de promover o seu desenvolvimento global nos aspectos cognitivo, social, perceptivo, motor e afetivo.	23.07.07
20	Congregação Maçônica de Promoção Assistencial Social COMPASSO	Ceilândia	1979	Embora não tenha registro ou certificado nas listas oficiais, no site se autodenomina como Associação civil, sem fins lucrativos ou econômicos, constituída como pessoa jurídica de direito privado.		EJA			Oferta de escolarização a pessoas carentes, no 1º Segmento de Educação de Jovens e Adultos – EJA e na preparação ao Exame Supletivo de Ensino Fundamental, por meio de cooperação mútua entre as partícipes.	16.09.06

Dados da Organização						Dados do Convênio com SEE-DF				
	Nome Entidade	Bairro	Fundação	Classificação	Títulos e Certificados	Atendimento	Quantidade Idade	Recursos Humanos	Objeto	Vigência
21	Creche Medalha Milagrosa	Lago Sul Paranoá	1962	Assistência Social (CNAS) Creche (EPF)	Entidade Pública Federal Certificada no CNAS e CAS-DF	Ed. Infantil	180 Crianças de 4 a 6 anos	Profs. C/ 20 ou 40h, até 120h.	Unir esforços no sentido de manter, nas dependências da Creche Medalha Milagrosa, localizada na QI 19, chácara 18, Lago Sul e na Q.02 Conjunto J Lote 07 – Paranoá/DF, educação infantil gratuita a até 180 crianças na faixa etária de 04 a 06 anos, com intuito de promover o seu desenvolvimento global nos aspectos cognitivo, social, perceptivo, motor e afetivo, conforme cláusulas e condições especificadas neste termo.	09.08.07
22	Creche Sorriso de Maria - Associação de Integração Social de Brasília	Guará II	1971	Assistência Social (CNAS) Assistencial (EPF)	Entidade Pública Federal Certificada no CNAS e CAS-DF	Ed. Infantil	150 Crianças de 4 a 6 anos	05 Profs. c/ 20h, até 100h	Unir esforços no sentido de manter, nas dependências da Associação de Integração Social de Brasília – Creche Sorriso de Maria, Educação Infantil gratuita a até 150 (cento e cinquenta) crianças na faixa etária de 04 a 06 anos, com intuito de promover o seu desenvolvimento global nos aspectos cognitivo, social, perceptivo, motor e afetivo.	27.06.08
23	Fundação Athos Bulcão	Brasília	1992	Pesquisa	OSCIP	Ed. Básica Arte e Cultura			Cooperação técnico pedagógico com o propósito de assegurar, na rede pública de ensino do Distrito Federal, a implantação e realização de projetos	03.11.06

Dados da Organização						Dados do Convênio com SEE-DF				
	Nome Entidade	Bairro	Fundação	Classificação	Títulos e Certificados	Atendimento	Quantidade Idade	Recursos Humanos	Objeto	Vigência
24	FURPAZ – Fundação Rainha da Paz	Brasília	2002 (Declarada como EPF)	Assistencial (EPF)	Registro no CNAS e Entidade Pública Federal	Comunicação / Rádio		02 Profs. C/ 40h.	Veiculação de noticiário educativo, comunicações da SEDF, bem como a veiculação de programas educativos de interesse dos signatários para os níveis de ensino Fundamental, Médio e Supletivo, a serem veiculada através da emissora de rádio denominada “NOVA ALIANÇA”	29.03.07
25	IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Planalto	Asa Norte	2003	Assistência Social, saúde e educação (auto-declaração)	OSCIP	Ed. Infantil Ensino Fundamental	675 crianças de 0 a 3 anos nas creches; 21.354 alunos de 7 a 14 anos ligados ao Programa Renda Minha		1) O atendimento às crianças de 0 a 3 anos que estão matriculadas em 09 (nove) creches públicas do Distrito Federal, mantidas pela Secretaria de Estado de Educação. 2) Execução do Programa “Renda Minha”/Reforço Escolar, visando melhoria do desempenho escolar dos alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino, mediante oferta de atividades pedagógicas diversificadas para enriquecimento e complementação curricular.	1) 22.12.06 2) 31.12.06
26	IHGDF - Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal	Asa Sul	1967	Cultural	Entidade Pública Federal	Ensino Fund.	2.547 alunos de todas as séries	06 profs. c/ 20h ou 40h, até 240h.	Atender aos alunos da Rede Pública visando promover o estudo e a divulgação da História Brasileira	13.03.07

Dados da Organização						Dados do Convênio com SEE-DF				
	Nome Entidade	Bairro	Fundação	Classificação	Títulos e Certificados	Atendimento	Quantidade Idade	Recursos Humanos	Objeto	Vigência
27	Instituto Capella Áurea - Projeto Amigos do Volei - Leila e Ricarta	Taguatinga, Riacho Fundo I e Candangolândia	Não especificado	Não especificado	parece que não tem nenhum título ou certificação no DF	Esportes	700 crianças na faixa etária de 7 a 17 anos.(dados obtidos em entrevista de Leila na página: <a href="http://esportes.terra.com.br/interna">http://esportes.terra.com.br/interna</a>	05 profs. c/ 20h ou 40h, até 160h.	Implantar o projeto esportivo intitulado "Projeto Amigos do Vôlei - Leila e Ricarda", onde será desenvolvida a modalidade de Voleibol, para crianças carentes da comunidade, estimulando a prática desportiva e o desenvolvimento social, perceptivo, motor e afetivo das crianças matriculadas no Projeto.	21.12.10
28	Instituto Cultural e Profissionalizante de Pessoas Portadoras de Deficiência do Distrito Federal. - ICP CULTURAL	Guará I	1999	Assistencial (OSCIP)	OSCIP, Registro no CNAS, no CAS/DF e	Ed. Especial - Educação Prof. e EJA	300	01 Prof. C/ 40h.	Unir esforços com vistas ao atendimento gratuito a alunos do Ensino Especial com idade cronológica a partir de 16 anos, em Núcleos de Educação Profissional, Terapia Ocupacional e Trabalho Cooperativo nos espaços mantidos pelo Instituto Cultural Profissionalizante de Pessoas Portadoras de Deficiência do Distrito Federal, através do Projeto "Superando Limites, Construindo Cidadania", com os seguintes objetivos: preparação Educacional Profissionalizante e Inserção no Mundo do Trabalho; preparação de Pessoas Portadoras de Deficiência para concursos públicos ou privados; desenvolvimento de Projetos de estudos e Pesquisas relacionados à Educação da Pessoa Portadora de Deficiência.	23.11.08

Dados da Organização						Dados do Convênio com SEE-DF				
	Nome Entidade	Bairro	Fundação	Classificação	Títulos e Certificados	Atendimento	Quantidade Idade	Recursos Humanos	Objeto	Vigência
29	Instituto Leonardo Murialdo/Centro Murialdo da Criança e Adolescente Etelvina da Silva Campos - CEMEC	Planaltina - DF.	1976	Não especificado	CAS-DF	Ensino Fundamental Atividades no turno inverso	200 alunos do Ensino Fundamental (7 a 14 anos) com atividades sócio-educativas	02 Profs. c/ 40h, até 80h	Oferta de atividades sócio-educativas por meio de metodologia diversificada como: formação humana, música, inglês, recreação, leitura, artes, capoeira, formação religiosa, dança, comunicação, teatro, educação ambiental, artesanato, esporte e outras atividades a crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 14 anos de idade, no turno inverso ao ensino regular, em regime Sócio Educativo em Meio Aberto, no Centro Murialdo da Criança e Adolescente Etelvina da Silva Campos (CEMEC), com a finalidade de propor um espaço de acolhida e formação humana, religiosa, cultural e social, gratuita para até 200 (duzentas) crianças e adolescentes carentes, sendo 100 (cem) no matutino e 100 (cem) no vespertino.	06.05.07
30	Lions Club de Brasília – Sobradinho.	Sobradinho	Não especificado	Não especificado	Não especificado	Ed. Básica Biblioteca		02 profs. C/ 20h ou 40h, até 60h.	A manutenção da Biblioteca do Lions Clube de Brasília – Sobradinho, por meio do qual, e num esforço conjugado, se fará um trabalho de desenvolvimento da leitura, de orientação ao estudante nos estudos e pesquisas e na elaboração de trabalhos intelectuais, possibilitando, ainda, à comunidade o acesso à informação.	15.06.07

Dados da Organização						Dados do Convênio com SEE-DF				
	Nome Entidade	Bairro	Fundação	Classificação	Títulos e Certificados	Atendimento	Quantidade Idade	Recursos Humanos	Objeto	Vigência
31	Obras Sociais do Centro Espírita Fraternidade Jerônimo Candinho	Sobradinho	1986	Educação (CNAS) Beneficiante (EPF)	Entidade Pública Federal Certificada no CNAS e CAS-DF	Ed. Infantil	150 crianças de 4 a 17 anos	Profs. c/ 20h ou 40h, até 100h.	Oferta de educação escolar gratuita para a educação infantil no Colégio Allan Kardek, com intuito de promover o desenvolvimento global das crianças nos aspectos cognitivo, social, perceptivo, motor e afetivo.	25.04.08
32	Projeto Sócio-Educativo Santa Luzia	Samambaia	1997	Assistência Social (CNAS) Educacional (EPF)	Entidade Pública Federal Certificada no CNAS e CAS-DF	Ed. Infantil	630 crianças de 4 a 6 anos	Profs. c/ 20h ou 40h, até 1.000h.	União de esforços no sentido de manter, gratuitamente nas dependências do Projeto, educação infantil a até 630 crianças na faixa etária de 04 a 06 anos, distribuídas em 21 turmas, com o intuito de promover o desenvolvimento global das crianças nos aspectos cognitivo, social, perceptivo, motor e afetivo.	28.10.07
33	Rotary Club de Brasília	Brasília	Não especificado	Não especificado	-	Ed. Básica	-	-	Cooperação entre as Partícipes no sentido de prestar atendimento oftalmológico a crianças carentes em idade escolar.	18.05.06

Dados da Organização						Dados do Convênio com SEE-DF				
	Nome Entidade	Bairro	Fundação	Classificação	Títulos e Certificados	Atendimento	Quantidade Idade	Recursos Humanos	Objeto	Vigência
34	Serviço Social do Distrito Federal - SECONCI	Asa Sul	1988	Educação (CNAS) Creche (EPF)	Entidade Pública Federal Certificada no CNAS e CAS-DF	EJA	Alfabetização = 991 Informática = 4.662	-	A união de esforços com vistas a ofertar escolarização aos empregados das empresas de construção civil, filiadas ao SECONCI, no 1º e 2º segmento de EJA, por meio de cooperação mútua entre as partícipes.	25.10.07
35	Sociedade Cristã Maria e Jesus “Nosso Lar”	Núcleo Bandeirante	1965	Assistência Social (CNAS) Beneficente (EPF)	Entidade Pública Federal Certificada no CNAS e CAS-DF	Ed. Infantil Ensino Fundamental	70 crianças de 0 a 18 anos	01 Prof. c/ 40h.	Manter nas dependências da Sociedade (Escola Maria Modesto), assistência pedagógica diversificada gratuita aos menores carentes acolhidos pela Instituição e a ela encaminhados pelo Juizado de Menores por meio da Secretaria de Estado de Ação Social, com intuito de promover seu desenvolvimento global nos aspectos cognitivo, perceptivo, motor e afetivo, envolvendo o ensino regular e especial nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental.	07.02.07

Dados da Organização						Dados do Convênio com SEE-DF				
	Nome Entidade	Bairro	Fundação	Classificação	Títulos e Certificados	Atendimento	Quantidade Idade	Recursos Humanos	Objeto	Vigência
36	Sociedade Pestalozzi de Brasília	Asa Sul	1995 (Declarada como EPF)	Assistência Social (CNAS) Beneficente (EPF)	Entidade Pública Federal Certificada no CNAS	Ed. Especial	150 DM, Dmu, a partir dos 14 anos	Cessão de professores na proporção de alunos, constantes na Cláusula Segunda, Item I.(Vide minuta)	União de esforços com vistas a prestar atendimento em profissionalização, nas dependências da Convenente, por meio das oficinas pedagógicas, a 150(cento e cinquenta) alunos com necessidades educacionais especiais deficientes mentais – DM - e deficientes múltiplos – DMu – com maiores comprometerimentos, maiores de 14 (catorze) anos, matriculados na Sociedade Pestalozzi de Brasília, em consonância com as diretrizes do Ensino Especial adotadas pela Secretaria de Estado de Educação - SEDF.	20.12.07
37	UNIPAZ Fundação Cidade da Paz	Núcleo Bandeirante	1987	Educação (CNAS) Cultural (EPF)	Entidade Pública Federal Certificada no CNAS e CAS-DF	Ed. Infantil Ensino Fund.	93 - Ed.Infantil e 157 Ensino Fund.		O fornecimento pela SEDF à Convenente na Escola Casa do Sol, de Gêneros Alimentícios que serão destinados exclusivamente para suprir parcialmente, as necessidades nutricionais de 93 (noventa e três) alunos de creche e 157 (cento e cinquenta e sete) alunos do pré-escolar devidamente mantidos pela Convenente em cumprimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	31.12.06

